EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026 (PROCESSO Nº 189)

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Alzevir Lotário de Marchi, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/2006, além das demais disposições aplicáveis, inclusive a regulamentação municipal e condições estabelecida no Edital e seus anexos, torna público, para o conhecimento dos interessados, a realização da **Concorrência Eletrônica** para **Contratação de empresa para execução da obra de construção e testagem de poço tubular profundo,** sendo que a licitação é do tipo Menor Preço Global, exclusiva para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, atendendo a solicitação da:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

1. DO LOCAL, DATA E HORA:

1.1. Local: plataforma eletrônica do site: www.portaldecompraspublicas.com.br

1.1.1. Final de recebimento de propostas: 08 horas do dia 31/08/2026.

1.1.2. Abertura das propostas: 08 horas e 30 minutos do dia 31/08/2026.

1.1.3. Modo de Disputa: Aberto.

1.1.4. Diferença mínima entre lances: R$ 50,00 (cinquenta reais).

1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1, até às **08 horas do dia 31 de agosto de 2026.**

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO:

2.1. Construção e testagem de um poço tubular profundo na Localidade de Madeireira 2, correspondente à Fase 2 da Etapa 1 do Convênio FPE nº 1862/2025, firmado no âmbito do Programa Mais Água RS, da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária do Estado do Rio Grande do Sul (SEHAB), conforme projeto em anexo.

2.2. O **critério de julgamento adotado será o Menor Preço – Global - (Empreitada por Preço Global),** observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Os orçamentos da Administração não são sigilosos e foram elaborados pela Geóloga Dóris Ketzer Montardo – CREA/RS nº 36.334

3. DA EXECUÇÃO:

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

3.1. O prazo de execução será de 90 (noventa) dias, após assinatura do contrato (devendo a empresa começar os trabalhos em no máximo 05 (cinco) dias) que é considerada a ordem de início, e deverá ser executado conforme o Projeto Construtivo elaborado por **Dóris Ketzer Montardo – Geóloga – CREA-RS 36.334 e Jurandi de Fátima Cordeiro do Nascimento – Geógrafa – CREA-RS 144.348**. O Regime de Execução da Obra é por Empreitada Global.

3.2. O prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela Contratada, mediante solicitação formal **(acompanhada do cronograma físico financeiro ajustado)** devendo ser protocolado no Protocolo Geral, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado, e desde que aceito pelo Município.

3.3. A perfuração e construção do poço, deve seguir as normas técnicas brasileiras previstas no Projeto Construtivo, realizado por Empresa que comprove atuar do ramo atividade e com registro ativo no conselho competente. A Contratada ainda devera obedecer às obrigações elencadas, no Projeto Construtivo, quanto a(o):

3.3.1. Teste de bombeamento contínuo incluindo etapas de rebaixamento e recuperação do nível da água;

3.3.2. Análise da qualidade da água: Coleta de amostras e emissão de laudo laboratorial bacteriológico e físico-químico completo, atestando a potabilidade da água;

3.3.3. Revestimento do poço com tubos de alta qualidade dimensionados adequadamente para a profundidade estimada no Projeto Construtivo;

3.3.4. Cadastramento e Outorga: A contratada será responsável por elaborar e protocolar toda a documentação técnica (perfil litológico, relatório de ensaio de bombeamento, ART do geólogo/engenheiro), junto ao órgão regulador do Estado para a obtenção do Cadastro do Poço e da Outorga de Direito de Uso;

3.3.5. Indicação de Responsável Técnico (Geólogo ou Engenheiro de Minas) habilitado, com a devida emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra;

3.3.6. Isolamento e sinalização do canteiro de obras para evitar acidentes com servidores ou terceiros;

3.3.7. Gestão de resíduos: A contratada deve dar destinação ambientalmente adequada à lama de perfuração e aos resíduos sólidos gerados durante a obra;

3.3.8. Segurança do Trabalho: Cumprimento rigoroso das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente a NR-18 (Segurança na Indústria da Construção) e uso obrigatório de EPIs por toda a equipe;

3.3.9. Requisito de Recebimento e Entrega Garantia da obra: Prazo mínimo de garantia para a estrutura física do poço (contra desmoronamentos ou falhas de revestimento), estipulado em 5 anos;

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

3.3.10. Relatório Final: Entrega de relatório técnico final detalhado contendo o perfil construtivo do poço, coordenadas geográficas exatas, profundidade final, nível estático e dinâmico, e a vazão estabilizada.

3.3.11. A empresa deverá proceder à verificação dos quantitativos de serviços previstos, sendo de sua exclusiva responsabilidade a análise de eventuais divergências identificadas, devendo tais diferenças ser consideradas na composição de seus custos e refletidas na proposta de preços, para fins de adequação, seja por redução ou ampliação do valor global ofertado.

3.3.12. Os serviços executados em desacordo com as condições contratuais e/ou técnicas serão objeto de impugnação pela fiscalização, cabendo ao contratado, às suas expensas e sem prejuízo do cronograma, proceder às reexecuções, correções ou adequações necessárias, imediatamente após a emissão e registro da respectiva ordem de serviço.

3.3.13. Pós perfuração teste de vazão, análise de água e cadastro.

3.3.13.1. Após a perfuração, deverá ser realizado o teste efetivo de vazão através do bombeamento, medição da vazão e verificação do nível por 24h, mais o período de recuperação do nível d'água até 80% conforme ABNT – NBR 12212 e as normativas do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (DRHS-SEMA).

3.3.13.2. Ao longo desse processo, deverá ser providenciada a correta coleta da água para realização das análises físico-químicas e microbiológicas conforme padrão da Outorga de Regularização SIOUT – SEMA – DRHS incluindo teor de Arsênio. As análises a serem realizadas deverão atender as demandas para o processo de outorga, bem como atingir o padrão mínimo de potabilidade.

3.3.13.3. Após aprovada a viabilidade de utilização da água pela FISCALIZAÇÃO (em termos de quantidade disponível e qualidade satisfatória), a empresa deverá:

3.3.13.3.1. Providenciar a Outorga de direito de uso de recursos hídricos (Certidão de Uso de Água) em nome do Município de Nova Ramada RS, com o desembolso de todos os custos necessários;

3.3.13.3.2. Realizar obras de infraestrutura do poço, da laje de proteção, tubo protetor e cercamento de proteção.

3.3.13.4. Após realizar a desinfecção final, feita com solução clorada, em quantidade tal que permita concentração de 50mg/l de cloro livre por pelo menos 2 horas, devendo ser introduzida por tubos auxiliares, caso existam, e/ou solução para ser introduzida pela boca do poço. De acordo com a NBR 12.244, se a solução utilizada for hipoclorito de sódio, deverá ser aplicado 0,5 litro dela por metro cúbico de água no poço.

3.3.13.5. Os testes de vazão, análises da água, cadastros e certidão de outorga, são indispensáveis para compor o relatório final e o aceite e o pagamento da obra.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

3.3.14. Relatório técnico construtivo: A CONTRATADA deverá entregar ao Contratante através do fiscal do contrato relatório técnico construtivo final, em forma de papel e digital, conforme a norma NBR 12.244 da ABNT para que a obra possa ser recebida.

3.3.14.1. Farão parte destes relatórios:

a) Documentos com amostras, perfis IEL, SP, GR, sônico e interpretado, se houver, boletins diários de perfuração, planilhas do teste de bombeamento e cálculos respectivos, perfil litológico e construtivo, perfil de tempo de penetração, análise físico-química-bacteriológica conforme exigida pelo SIOUT-RS incluído teor de Arsênio, assinada pelo fiscal da obra designado pelo CONTRATANTE (todos os documentos devidamente assinados pelo responsável técnico da CONTRATADA);

b) Registros fotográficos contemplando, no mínimo um registro de cada etapa da Execução.

3.3.15. Placa de identificação: A Placa de identificação devera ser instalada pela Empresa Contratada, em local visível e próxima da Construção obedecido o modelo**.** Acessar**:** https://habitação.rs.gov.br/mais-agua-rs



3.3.16. Do poço tubular perdido: No caso que venha a ocorrer perda / trancamento de ferramental, ou no caso de dificuldades construtivas, ou por outro motivo qualquer, ou ainda que a CONTRATADA tenha que

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

paralisar ou abortar a perfuração deste poço, deverá a CONTRATADA providenciar o preenchimento do poço com uma mistura composta de argamassa de cimento e brita às suas expensas e fechamento de proteção conforme normas do SIOUT/DRHS/SEMA RS.

3.3.17. A execução do objeto devera obedecer ao Projeto Construtivo, especificações técnicas e demais normas vigentes.

3.3.18. A Contratada será responsável pelo fornecimento da mão de obra, custos financeiros com equipamentos, análises e testes da água, outorga, materiais, transporte, ferramentas e demais insumos necessários à completa execução do objeto, observando as normas de segurança do trabalho, ambientais e as demais exigências dos órgãos fiscalizadores competentes.

3.3.19. A Contratada deverá fornecer a Contratante, os seguintes documentos comprobatórios:

a) Boletim de sondagem contendo o registro das atividades executadas durante a perfuração;

b) Perfil geológico-construtivo do poço, contendo níveis estáticos e dinâmicos, entradas de água e vazão obtida;

c) Laudo de análise físico-química e bacteriológica da água do poço perfurado, conforme padrão do Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento (DRHS/SEMA-RS);

d) Apresentação de documento oficial (portaria ou certidão) emitido pelo órgão ambiental competente da outorga de água no qual o Poder Público autoriza, concede ou permite o uso de recursos hídricos do poço perfurado;

e) Relatório Construtivo do Poço Tubular, de forma objetiva e detalhada, contendo a descrição dos métodos executivos adotados, materiais empregados, características construtivas, resultados dos testes realizados e demais informações pertinentes à perfeita caracterização da obra;

f) comprovante de cadastramento do poço no Sistema de Outorga de Água do Estado do Rio Grande do Sul (SIOUT-RS).

g) A Contratada deverá fornecer documentos necessários para prestação de contas SEHAB:

- Perfil geológico-construtivo/Teste de vazão/Teste de potabilidade;
- Anotação de responsabilidade técnica da empresa;
- Cadastro do poço no SIOUT/DRHS/SEMA (Geólogo/Eng. Geólogo/Eng. Minas ou pela empresa perfuradora);
- Parecer conclusivo do técnico responsável (Geólogo/Eng. Geólogo/Eng. Minas);
-Relatório fotográfico, incluindo fotos da placa da obra instalada (Geólogo/Eng. Geólogo/Eng. Minas);

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

- Relatório de tamponamento do poço, apenas se resultar em impróprio ou improdutivo. Nestes casos, o objeto pode ser considerado concluído após a comprovação do tamponamento.

3.3.20. São obrigações e responsabilidades da Empresa Contratada:

3.3.20.1. Despesas e providências necessárias à realização do objeto, bem como de estadia, alimentação, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, decorrentes da execução do objeto do presente e quaisquer despesas acessórias e necessárias não especificadas nesse TR e nos seus anexos, são de responsabilidade da contratada;

3.3.20.2. Pela qualidade da obra, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

3.3.20.3. Identificar a equipe executora;

3.3.20.4. Executar obras complementares julgadas necessárias;

3.3.20.5. Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na utilização/aplicação dos materiais industrializados e de emprego especial, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má utilização/aplicação;

3.3.20.6. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3.20.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.3.20.8. Sinalizar convenientemente, às suas expensas, o local de execução das obras, de acordo com as normas vigentes, bem como as em vigor do CONTRATANTE, devendo responder por eventuais danos que venham a ser provocados nas obras, até o seu término, quando estes resultarem de culpa da CONTRATADA, pela falta de sinalização adequada;

3.3.20.9. Expedir e quitar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

3.3.20.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite legal;

3.3.20.11. Admitir-se-á a subcontratação parcial do objeto, desde que previamente autorizada, de forma expressa, pelo Município. A Contratada deverá apresentar documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, a qual será avaliada pela Administração. A subcontratação não afasta nem reduz a

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

responsabilidade integral da Contratada pela execução do objeto, pelo cumprimento das obrigações contratuais e pelos encargos decorrentes da contratação

3.3.20.12. Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais de proteção, bem como cumprir integralmente o contido nos Acordos, Convenções Coletivas ou Sentenças Normativas referentes à categoria profissional dos seus empregados;

3.3.20.13. Dar o destino adequado aos resíduos das obras e entregar o local das obras limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata.

3.3.20.14. Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização do Município, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Técnico;

3.3.20.15. Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los;

3.3.20.16. Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo aos locais onde serão realizadas as obras e entregues os materiais e aos documentos e registros contábeis da empresa Contratada, sujeitando-se no caso de embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação de tais servidores e órgãos a responsabilização administrativa, civil e penal;

3.3.20.17. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3.20.18. Cumprir com todas as obrigações decorrentes do integral cumprimento do objeto contratado.

3.3.20.19. Executar a obra observando fielmente os projetos básicos, inclusive em relação à qualidade dos materiais e ao cronograma de execução, e os termos da sua proposta.

3.3.20.20. Executar todas as obras, serviços e instalações de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram o Termo de Referência e anexos, obedecendo rigorosamente às Normas Técnicas aplicáveis a obra, tais como da ABNT, normas de segurança do trabalho, além de outras determinadas pelo Contratante.

3.3.20.21. Prestar garantia mínima de 5 (cinco) anos conforme dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro, quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando o licitante vencedor responsável por todos os encargos decorrentes disso.

3.4. Demais dados encontram-se no Termo de Referência e Projeto de Engenharia em anexo.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, no campo específico disponível na Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A resposta à **impugnação** ou ao **pedido de esclarecimento** será formalizada pelo Agente de Contratação, e deverá ser divulgada em **sítio eletrônico oficial do Município** e no **Portal de Compras Públicas** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos termos do disposto no § único do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1. A resposta à impugnação, de que trata o item 4.2, será formalizada pelo Agente de Contratação o qual dará vistas a Autoridade Superior para providências, se necessário.

4.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, nos termos do § 1º do art. 55 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. A impugnação, feita tempestivamente pelo licitante, não impedirá sua participação nesta licitação, até a decisão definitiva, bem como as impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.

5. DO CREDENCIAMENTO:

5.1. O fornecedor deverá fazer seu cadastro no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, acessando o seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de **chave de identificação e de senha, pessoal** e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por **eventuais danos** decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes na concorrência eletrônica.

5.4. Por tratar de licitação exclusiva concedidos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, os licitantes deverão **declara**r, em **CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA,** sob as penas da Lei, que cumprem com os requisitos legais, estando aptas a usufruir o tratamento

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

diferenciado estabelecido, nos termos dos artigos 43 a 49, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Lei Complementar Federal nº 147/14.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E OBSERVAÇÕES GERAIS:

6.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Portal de Compras Públicas.

6.2. Como requisito para participação neste certame, o licitante deverá declarar, em **CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, que está ciente e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação** definidos neste Edital. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.

6.3. Os representantes de microempresas, empresas de pequeno porte, **deverão** declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessa(s) categoria(s). A **ausência da declaração**, naquele momento, significará a desistência das microempresas ou empresas de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

6.4. Não poderão participar deste certame os licitantes e agentes públicos:

6.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.4.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

6.4.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.4.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

6.5. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando incidirem em algum dos incisos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, desde que observadas as normas consignadas no art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

6.7. Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis, bem como os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a **moeda corrente nacional**.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

6.8. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

6.9. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

6.10. Como condição para participação na Concorrência, a licitante assinalará **"SIM" ou "NÃO"** em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

6.10.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do **tratamento favorecido** estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

6.10.1.1. Nos itens **exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" **impedirá o prosseguimento** no certame;

6.10.1.2. Nos itens em que a participação **não for exclusiva** para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante **não ter direito ao tratamento favorecido** previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

6.10.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

6.10.3. Que atendem os requisitos para a habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei;

6.10.4. Que não possui, em sua cadeia produtiva, **empregados executando trabalho degradante ou forçado** observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.10.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (caso esteja dispensado deverá comprovar);

6.10.6. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.11. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL E DA INCLUSÃO NO SISTEMA OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

7.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico** a proposta com a **descrição do objeto ofertado e o preço,** até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de lançamento das propostas.

7.2. O envio da proposta, **ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.**

7.3. As microempresas e empresas de pequeno porte **deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista**, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

7.4. Incumbirá ao licitante **acompanhar** as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão **retirar ou substituir** a proposta anteriormente inseridas no sistema.

7.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o Agente de Contratação procederá ao que segue:

7.8.1. Se os documentos de habilitação não estiverem completos, corretos e ou válidos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, e não puderem ser saneados, o agente de contratação reputará o licitante **INABILITADO.**

7.8.2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

7.9. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

7.10. Os documentos apresentados pelo licitante que forem emitidos pela internet terão sua validade verificada pelo Agente de Contratação no momento da habilitação.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência,** para complementação de informações, conforme estabelece o art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.12. Nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

8. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

8.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor em moeda corrente nacional (unitários e total) englobando os custos de materiais e mão de obra, com até duas casas decimais após a vírgula; bem como a tributação e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3. As propostas econômicas devem compreender a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, **não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração**, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

9. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, **por meio de sistema eletrônico**, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas mínima exigidas no Anexo I – Modelo de Proposta e Anexos II Projeto, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Também será **desclassificada** a proposta que identifique o licitante.

9.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

9.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6. O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7. O sistema disponibilizará **campo próprio para troca de mensagens** entre o Agente de Contratação e os Licitantes.

9.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico,** sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.9. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

9.10. Os licitantes poderão **oferecer lances sucessivos,** observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.11. O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior ao último** por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.12. Será adotado o modo de disputa **"ABERTO",** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13. Aberta etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

9.14. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo **R$ 50,00 (cinquenta) reais.**

9.15. Será permitido aos licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa.

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

9.17. Durante o transcurso da disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

9.18. No caso de desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.19. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos licitantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

9.20. No caso de desconexão da licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

9.21. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.22. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.23. Na hipótese de não haver novos lances durante o período de prorrogação a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.24. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Agente de Contratação poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução de um melhor preço, mediante justificativa.

9.25. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.26. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor inicial de sua proposta.

9.27. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9.28. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9.29. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

9.30. Em caso de **empate entre duas ou mais propostas**, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

9.30.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

9.30.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes.

9.30.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento, quando houver.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

9.30.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.30.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.30.5.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul.

9.30.5.2. Empresas brasileiras.

9.30.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

9.30.5.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.31. Encerrada a fase de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

9.32. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.33. Caso não exista possibilidade de negociação, via manifestação formal no chat, pelo fornecedor melhor classificado, **o prazo de negociação poderá ser reduzido.**

9.34. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.35. O valor máximo a ser aceito será o que consta no Anexo I – Modelo de Proposta.

9.36. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas** e no prazo máximo estipulado pelo Agente de Contratação, envie a **PROPOSTA ADEQUADA** (com o valor unitário de cada item que compõe o lote e devidamente assinada e através do Portal de Compras Públicas) **ao último lance ofertado** após a negociação realizada, acompanhada do **Cronograma Físico-Financeiro, Orçamento Discriminado, Planilha de Composição de Encargos** e **Planilha de Percentual do BDI**, devidamente assinados pelo responsável técnico e representante legal da empresa.

10. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.1.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

10.1.2. Conforme Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Art. 59 § 4º, no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

10.1.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Art. 59 § 5º.

10.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável, que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

10.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso do Agente de Contratação no chat.

10.5. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo estipulado pelo Agente de Contração, sob pena de não aceitação da proposta.

10.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação, caso esse entenda pela necessidade de concessão maior de prazo para envio dos documentos.

10.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.7. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade do certame.

10.8. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.8.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, solicitando que o mesmo envie as documentações via sistema (através do Portal

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

de Compras Públicas) em até 2h (duas) horas contadas da solicitação, podendo ser prorrogado a critério do Agente de Contratação.

11. HABILITAÇÃO:

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas e ainda aos seguintes cadastros:

11.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (ceiscadastro.cgu.gov.br) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (portaldatransparencia.gov.br).

11.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br).

11.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (contas.tcu.gov.br).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.3. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.3.1. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.4. Caso atendidas as condições de participação, **a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal de Compras Públicas**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

11.4.1. É dever do licitante **atualizar previamente as comprovações** constantes do Portal de Compras Públicas, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

11.5. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

11.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo estipulado pelo Agente de Contratação, sob pena de inabilitação.

11.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.8. Não serão aceitos documentos de habilitação **com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.**

11.9. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em **nome da matriz**, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em **nome da filial**, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao **CND e ao CRF/FGTS**, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

11.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

11.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.11. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderão sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.12. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

11.13. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

11.13.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.13.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.13.3. No caso de sociedade empresária, inclusive sociedade limitada unipessoal (SLU), deverá ser apresentado o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado do documento comprobatório de seus administradores, quando essa informação não constar do próprio ato constitutivo consolidado;

11.13.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.13.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.13.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.13.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.14. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.14.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

11.14.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.14.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.14.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.14.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

11.14.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

11.14.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

11.14.8. Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal de 1998.

11.14.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.15. HABILITAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA:

11.15.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

11.15.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

11.15.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício, **notas explicativas e demais demonstrações contábeis** dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente autenticado na Junta Comercial, ou no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

11.15.2.1. É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

11.15.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, Art. 65, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

11.15.2.3. Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

11.15.2.4. O documento referido no item 11.15.2. limitar-se-á ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.15.2.5. A verificação da situação financeira será avaliada pelos índices:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL – LG

LG = (Ativo Circulante + Ativo não Circulante) / (Passivo Circulante Passivo não Circulante)

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

O Índice de Liquidez Geral (LG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE – LC

LC = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

Índice de Liquidez Corrente (LC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL – SG

ISG = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Resultado < (menor) 1: Deficitária;

Resultado = (igual) 1: Equilibrada;

Resultado > (maior) 1: Satisfatória;

Para os três índices (LG, LC e SG), o resultado "> 1" é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado melhor será a condição da empresa. Estes índices fornecem informações sobre a saúde financeira e solvência da empresa.

11.15.2.6. Será considerado no quesito capacitação econômica financeira a empresa que atingir os índices acima citados. O cálculo destes indicadores deverá ser expresso em **documento, anexo ao balanço**. O documento deverá **ser assinado por profissional de contabilidade legalmente habilitado**.

11.15.2.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, Art. 65, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

11.16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.16.1. Comprovação de Registro da empresa no Conselho Competente – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

11.16.2. Comprovação de Registro do responsável técnico da empresa no CREA, na área compatível com o objeto (Geologia, Engenharia de Minas, Engenharia Geológica ou outra habilitação legalmente admitida).

11.16.3. Atestado de capacitação técnica, em nome do responsável técnico da empresa, devidamente registrado no conselho competente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de execução satisfatória,

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos, com a respectiva Certidão de Acervo Técnico- CAT.

11.16.4. Comprovação de que o responsável técnico, mencionado no atestado, pertence ao quadro permanente da empresa vencedora, feito através de: Em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do Contrato Social; no caso de empregado, mediante cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS); em caso de vínculo contratual não CLT, apresentar o Contrato de Prestação de Serviços.

11.16.5. Os certificados expedidos por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja o Estado do Rio Grande do Sul, deverão receber o visto do CREA, conforme legislação vigente.

11.16.6 O visto de que trata o item 11.16.5 poderá ser apresentado juntamente com a documentação de habilitação ou, caso a empresa prefira, obrigatoriamente até o momento da assinatura do contrato.

11.16.7. No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata o item 11.16.3 poderão ser substituídos, nos termos da lei de licitações, por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação da Administração**.**

11.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o **licitante será declarado vencedor.**

12. DO RECURSO:

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, se for o caso, **deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.**

12.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros 3 (três) dias úteis,** que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O recurso e as contrarrazões serão analisados pelo Agente de Contratação, que poderá requisitar manifestação técnica, administrativa ou jurídica dos setores competentes, quando necessária à formação da decisão.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

12.3.1. Havendo dúvida jurídica formalizada por esse, com indicação expressa do artigo legal que suscitou a dúvida, o processo poderá ser remetido à assessoria jurídica, que se limitará a analisar a aplicabilidade do dispositivo legal mencionado.

12.4. Da mesma forma, havendo dúvida quanto aos requisitos técnicos, e desde que motivado pelo Agente de Contratação, poderá ser encaminhado ao setor requisitante para juntada de informações.

12.5. O recurso será dirigido ao Agente de Contratação, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo legal; não o fazendo, encaminhará o recurso, com sua motivação, à autoridade superior, para decisão.

12.5.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (Agente de Contratação), que se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021:

13.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

13.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

13.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

13.1.4. Adjudicar e Homologar a licitação.

13.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

13.4. O Município poderá revogar esta concorrência por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

13.5. A anulação da licitação torna sem efeito todos os subsequentes que deles dependam.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

14. CONTRATO:

14.1. Homologado o procedimento licitatório, o Município convocará a licitante vencedora para assinar o contrato.

14.2. Como condição para assinatura do contrato, a empresa deverá apresentar a garantia prevista no art. 98 da Lei Federal nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, sem prejuízo do adicional previsto no item 10.1.3 deste Edital.

14.2.1. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021:

14.2.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

14.2.1.2. Seguro-garantia;

14.2.1.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

14.2.1.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

14.2.2. A garantia tem por objetivo assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento contratual.

14.2.3. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

14.3. A empresa vencedora deverá firmar a contratação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.1. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação expressa da licitante, devidamente justificada.

14.3.2. Quando a garantia contratual for prestada na modalidade seguro-garantia, deverá ser observado o disposto no art. 96, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurado ao contratado prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

14.3.3. Na hipótese do item anterior, o prazo para assinatura do contrato ficará automaticamente prorrogado até a efetiva apresentação da apólice de seguro-garantia, observado o prazo legal.

14.4. O contrato a ser firmado terá como base a minuta constante do Anexo III deste Edital, que dele passa a fazer parte integrante.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

14.5. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, observadas as disposições do art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.6. Como condição para contratação, a licitante vencedora deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, prestar as informações solicitadas pelo Município nos prazos estipulados e não transferir a terceiros as obrigações decorrentes desta licitação.

14.7. Transcorrido o período de 12 (doze) meses, a contar do mês do orçamento estimado de preços (constante no Termo de Referência) a CONTRATADA adquire o direito a ter seus preços reajustados anualmente mediante aplicação do índice de correção monetária previsto no Código Tributário Municipal (atualmente o IGP-M ou o índice que vier a substituí-lo), calculado a partir do mês do orçamento estimado constante no Termo de Referência.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A CONTRATADA que incorrer nas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 se sujeita às seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa, e demais previsões contidas no Decreto Executivo Municipal nº 5.496[1], de 13 de janeiro de 2026:

I- Advertência;

II - Multa, nas seguintes modalidades: a) moratória; b) compensatória;

III- Impedimento de licitar e contratar;

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16. DO PAGAMENTO:

16.1. Os boletins de medição, serão realizados pelos Técnicos responsáveis pelo Projeto Construtivo, após a solicitação a ser protocolada pela Empresa Contratada junto ao Setor de Protocolo do Município de Nova Ramada RS.

16.2. O pagamento será efetuado em três parcelas, sendo:

16.2.1. 50% (cinquenta por cento), do total da atividade 1. do Cronograma Físico (Perfuração do Poço, testagens e obras de infraestrutura do poço);

[1] Disponível em: https://www.novaramada.rs.gov.br/images/documents/decretos/2026/decreto-2026-5496.pdf

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

16.2.2. 25% (vinte e cinco por cento), do total da atividade 2. (Formalização do relatório da análise química, termino da reunião de documentos, complementação de planilhas, laudos e postagem dos documentos no SIOUT para pedido de outorga;

16.2.3. 25% (vinte e cinco por cento), do total para atividade 3 (Relatório com todos os documentos solicitados, Outorga da utilização da água e aprovação do SEHAB – Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária do Estado do RGS).

16.3. A solicitação para o primeiro pagamento poderá ser efetuada após decorridos 15 dias da execução, as demais etapas de no mínimo 10 dias de intervalo e/ou a última, a qualquer tempo após a conclusão da obra e entrega dos relatórios, laudos e certificados.

16.4. Para realizar o pagamento em favor da CONTRATADA esta deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Primeira Parcela:

a.1) Comprovação da Matrícula da Obra (Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Obras – CNO);

a.2) Cópia da ART de execução da obra;

a.3) Relação dos trabalhadores alocados na obra, conforme DCTFWeb. Caso o pagamento ocorra no mesmo mês de início da obra, apresentar relação contendo nome, CPF e cargo dos trabalhadores, assinada pelo responsável da empresa e pelo contador;

a.4) Recibo de pagamento do salário/benefícios, dos empregados que trabalharam na execução do serviço, através de comprovantes da competência imediatamente anterior ao da prestação de serviços;

a.5) Recibo da entrega DCTFweb do mês imediatamente anterior ao da prestação do serviço;

a.6) Guia de pagamento do INSS, conforme valores apurados no DCTFweb, e seu comprovante de recolhimento;

a.7) Guia de pagamento do FGTS do mês imediatamente anterior ao da prestação de serviço, e seu comprovante de recolhimento;

b) Segunda Parcela:

b.1) Para o pagamento da segunda parcela, a Contratada deverá apresentar documentos elencados **na letra (a) exceto (a.1 e a.2)**, todos os relatórios, boletins, análises e testes previstos no Projeto Construtivo e o comprovante de cadastramento do poço no Sistema de Outorga de Água do Estado do Rio Grande do Sul (SIOUT-RS), em nome do Município de Nova Ramada RS;

c) Terceira Parcela:

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

c.1) Para o pagamento da terceira parcela a Contratada deverá apresentar documentos elencados na **letra (a) exceto (a.1 e a.2)**, Certidão de Regularidade Fiscal da Obra **CND** emitida para o número do CNO correspondente, ou Comprovante de Situação Cadastral do CNO, emitido via e-CAC, demonstrando expressamente a situação da obra como **"Encerrada"**, relatório final de execução da obra e seus registros e fotos e a **Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos** (Certidão de Uso de Água) em nome do Município de Nova Ramada RS.

16.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida pela Empresa contratada, com as seguintes informações:

a) Em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA/RS, CNPJ 01.611.828/0001-49;

b) Descrição do objeto executado, informando que está vinculado ao TERMO DE CONVÊNIO FPE nº 1862/2025, CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, E O MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, CONFORME PROCESSO N° 25/1700-0000905-2 e número do respectivo contrato firmado.

16.6. As retenções previdenciárias (INSS) e fiscais (ISSQN e IRRF), deverão ser destacadas na Nota Fiscal pela empresa na forma da Lei. Caso a empresa usufrua de algum benefício previsto em Lei, deverá apresentar a documentação que comprove o mesmo.

16.7. Para a emissão da nota fiscal a empresa deverá observar o previsto no Decreto Executivo Municipal n° 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: https://www.novaramada.rs.gov.br), que adota a Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

16.8. No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal n° 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: https://www.novaramada.rs.gov.br), que adota a Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

17.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

17.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.7. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.7.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.9. A íntegra do Edital está disponível no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e no site www.novaramada.rs.gov.br, bem como poderão ser lidos e/ou obtidos na Prefeitura Municipal de Nova Ramada, junto ao setor de Licitações e ou diretamente com o Agente de Contratação no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, localizado no prédio do centro administrativo, na Avenida Gustavo König, nº 95, telefone (55) 99975-7098.

17.11. As despesas, referente à contratação por conta da seguinte dotação:

05 SEC.MUN.DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO
1 003 ABASTECIMENTO DE ÁGUA
449051910000 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS OBRAS E EQUIPAMENTO

17.12. Fazem parte integrantes deste Edital:

17.12.1. Anexo I – Modelo Proposta de Preços;

17.12.2. Anexo II – Projeto Construtivo;

17.12.3. Anexo III – Minuta Contrato Administrativo;

17.12.4. Anexo IV – Termo de Referência.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

17.13. Fica eleito o Foro da Comarca de Ijuí/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Ramada (RS), 11 de agosto de 2026.

Alzevir Lotário de Marchi	Taciana Rubia Stefani
Prefeito	Setor de Licitações

APROVO:_____

Tatiana Raquel Dallabrida

OAB/RS 091.391- Assessora Jurídica

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

ANEXO III - MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. ...../2026
"Contrato firmado entre o Município de Nova Ramada e a empresa....."

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 01.611.828/0001-49, com sede na Avenida Gustavo König, nº 95, Centro Administrativo, município de Nova Ramada/RS, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **ALZEVIR LOTÁRIO DE MARCHI,** com poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica do Município.

CONTRATADA: ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., com sede na ....., na cidade de ...../...., representada neste ato pelo, **Sr. .....**,

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato Administrativo, considerando os expedientes constantes do processo Concorrência Eletrônica nº.07/2026 – Processo 189, que regerá pelas cláusulas e condições aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive nos casos omissos, suas alterações posteriores, legislação municipal e demais dispositivos legais aplicáveis.

DO OBJETO

Cláusula 1ª. Construção e testagem de um poço tubular profundo na Localidade de Madeireira 2, correspondente à Fase 2 da Etapa 1 do Convênio FPE nº 1862/2025, firmado no âmbito do Programa Mais Água RS, da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária do Estado do Rio Grande do Sul (SEHAB), conforme Concorrência Eletrônica nº 07/2026 – Processo 189, projeto e proposta vencedora.

DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

Cláusula 2ª. O **CONTRATANTE** deverá:

Parágrafo primeiro. Efetuar o devido pagamento à **CONTRATADA** em conformidade com a Cláusula 6ª.

Parágrafo segundo. Aplicar as penalidades compatíveis, quando os serviços não estiverem sendo realizados de forma satisfatória;

Parágrafo terceiro. Disponibilizar os projetos em PDF.

Parágrafo quarto. Acompanhar e fiscalizar durante a execução da obra, através do responsável técnico ou responsável do Município, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, sem que isso importe na redução da responsabilidade da CONTRATADA pela boa execução do CONTRATO.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

Cláusula 3ª. A CONTRATADA deverá:

Parágrafo primeiro. A contratada será responsável devida anotação da responsabilidade técnica – ART de execução junto ao respectivo conselho profissional, bem como suas respectivas baixas após a conclusão da obra.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA fica obrigada a executar a obra, conforme especificações do Edital da Concorrência Eletrônica n° 07/2026 – Processo 189 e em consonância com a proposta de preços.

Parágrafo terceiro. São obrigações e responsabilidades da Empresa Contratada:

Parágrafo quarto. Despesas e providências necessárias à realização do objeto, bem como de estadia, alimentação, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, decorrentes da execução do objeto do presente e quaisquer despesas acessórias e necessárias não especificadas nesse TR e nos seus anexos, são de responsabilidade da contratada;

Parágrafo quinto. Pela qualidade da obra, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

Parágrafo sexto. Identificar a equipe executora;

Parágrafo sétimo. Executar obras complementares julgadas necessárias;

Parágrafo oitavo. Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na utilização/aplicação dos materiais industrializados e de emprego especial, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má utilização/aplicação;

Parágrafo nono. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

Parágrafo décimo. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Parágrafo décimo primeiro. Sinalizar convenientemente, às suas expensas, o local de execução das obras, de acordo com as normas vigentes, bem como as em vigor do CONTRATANTE, devendo responder por eventuais danos que venham a ser provocados nas obras, até o seu término, quando estes resultarem de culpa da CONTRATADA, pela falta de sinalização adequada;

Parágrafo décimo segundo. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite legal;

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

Parágrafo décimo terceiro. Admitir-se-á a subcontratação parcial do objeto, desde que previamente autorizada, de forma expressa, pelo Município. A Contratada deverá apresentar documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, a qual será avaliada pela Administração. A subcontratação não afasta nem reduz a responsabilidade integral da Contratada pela execução do objeto, pelo cumprimento das obrigações contratuais e pelos encargos decorrentes da contratação

Parágrafo décimo quarto. Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais de proteção, bem como cumprir integralmente o contido nos Acordos, Convenções Coletivas ou Sentenças Normativas referentes à categoria profissional dos seus empregados;

Parágrafo décimo quinto. Dar o destino adequado aos resíduos das obras e entregar o local das obras limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata.

Parágrafo décimo sexto. Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização do Município, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Técnico;

Parágrafo décimo sétimo. Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los;

Parágrafo décimo oitavo. Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo aos locais onde serão realizadas as obras e entregues os materiais e aos documentos e registros contábeis da empresa Contratada, sujeitando-se no caso de embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação de tais servidores e órgãos a responsabilização administrativa, civil e penal;

Parágrafo décimo nono. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

Parágrafo vigésimo. Cumprir com todas as obrigações decorrentes do integral cumprimento do objeto contratado.

Parágrafo vigésimo primeiro. Executar a obra observando fielmente os projetos básicos, inclusive em relação à qualidade dos materiais e ao cronograma de execução, e os termos da sua proposta.

Parágrafo vigésimo segundo. Executar todas as obras, serviços e instalações de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram o Termo de Referência e anexos, obedecendo

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

rigorosamente às Normas Técnicas aplicáveis a obra, tais como da ABNT, normas de segurança do trabalho, além de outras determinadas pelo Contratante.

Parágrafo vigésimo terceiro. Prestar garantia mínima de 5 (cinco) anos conforme dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro, quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando o licitante vencedor responsável por todos os encargos decorrentes disso.

DO PREÇO

Cláusula 4ª. O valor a ser pago pelo **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** será R$.....

DA EXECUÇÃO

Cláusula 5ª. O prazo de execução será de 90 (noventa) dias, após assinatura do contrato (devendo a empresa começar os trabalhos em no máximo 05 (cinco) dias) que é considerada a ordem de início, e deverá ser executado conforme o Projeto Construtivo elaborado por **Dóris Ketzer Montardo – Geóloga – CREA-RS 36.334 e Jurandi de Fátima Cordeiro do Nascimento – Geógrafa – CREA-RS 144.348**. O Regime de Execução da Obra é por Empreitada Global.

Parágrafo primeiro. O prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela Contratada, mediante solicitação formal **(acompanhada do cronograma físico financeiro ajustado)** devendo ser protocolado no Protocolo Geral, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado, e desde que aceito pelo Município.

Parágrafo segundo. A perfuração e construção do poço, deve seguir as normas técnicas brasileiras previstas no Projeto Construtivo, realizado por Empresa que comprove atuar do ramo atividade e com registro ativo no conselho competente. A Contratada ainda devera obedecer às obrigações elencadas, no Projeto Construtivo, quanto a(o):

a) Teste de bombeamento contínuo incluindo etapas de rebaixamento e recuperação do nível da água;

b) Análise da qualidade da água: Coleta de amostras e emissão de laudo laboratorial bacteriológico e físico-químico completo, atestando a potabilidade da água;

c) Revestimento do poço com tubos de alta qualidade dimensionados adequadamente para a profundidade estimada no Projeto Construtivo;

d) Cadastramento e Outorga: A contratada será responsável por elaborar e protocolar toda a documentação técnica (perfil litológico, relatório de ensaio de bombeamento, ART do geólogo/engenheiro), junto ao órgão regulador do Estado para a obtenção do Cadastro do Poço e da Outorga de Direito de Uso;

e) Indicação de Responsável Técnico (Geólogo ou Engenheiro de Minas) habilitado, com a devida emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra;

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

f) Isolamento e sinalização do canteiro de obras para evitar acidentes com servidores ou terceiros;

g) Gestão de resíduos: A contratada deve dar destinação ambientalmente adequada à lama de perfuração e aos resíduos sólidos gerados durante a obra;

h) Segurança do Trabalho: Cumprimento rigoroso das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente a NR-18 (Segurança na Indústria da Construção) e uso obrigatório de EPIs por toda a equipe;

i) Requisito de Recebimento e Entrega Garantia da obra: Prazo mínimo de garantia para a estrutura física do poço (contra desmoronamentos ou falhas de revestimento), estipulado em 5 anos;

j) Relatório Final: Entrega de relatório técnico final detalhado contendo o perfil construtivo do poço, coordenadas geográficas exatas, profundidade final, nível estático e dinâmico, e a vazão estabilizada.

l) A empresa deverá proceder à verificação dos quantitativos de serviços previstos, sendo de sua exclusiva responsabilidade a análise de eventuais divergências identificadas, devendo tais diferenças ser consideradas na composição de seus custos e refletidas na proposta de preços, para fins de adequação, seja por redução ou ampliação do valor global ofertado.

m) Os serviços executados em desacordo com as condições contratuais e/ou técnicas serão objeto de impugnação pela fiscalização, cabendo ao contratado, às suas expensas e sem prejuízo do cronograma, proceder às reexecuções, correções ou adequações necessárias, imediatamente após a emissão e registro da respectiva ordem de serviço.

n) Pós perfuração teste de vazão, análise de água e cadastro.

n.1) Após a perfuração, deverá ser realizado o teste efetivo de vazão através do bombeamento, medição da vazão e verificação do nível por 24h, mais o período de recuperação do nível d'água até 80% conforme ABNT – NBR 12212 e as normativas do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (DRHS-SEMA).

n.2) Ao longo desse processo, deverá ser providenciada a correta coleta da água para realização das análises físico-químicas e microbiológicas conforme padrão da Outorga de Regularização SIOUT – SEMA – DRHS incluindo teor se Arsênio. As análises a serem realizadas deverão atender as demandas para o processo de outorga, bem como atingir o padrão mínimo de potabilidade.

o) Após aprovada a viabilidade de utilização da água pela FISCALIZAÇÃO (em termos de quantidade disponível e qualidade satisfatória), a empresa deverá:

o.1) Providenciar a Outorga de direito de uso de recursos hídricos (Certidão de Uso de Água) em nome do Município de Nova Ramada RS, com o desembolso de todos os custos necessários;

o.2) Realizar obras de infraestrutura do poço, da laje de proteção, tubo protetor e cerceamento de proteção.

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

p) Após realizar a desinfecção final, feita com solução clorada, em quantidade tal que permita concentração de 50mg/l de cloro livre por pelo menos 2 horas, devendo ser introduzida por tubos auxiliares, caso existam, e/ou solução para ser introduzida pela boca do poço. De acordo com a NBR 12.244, se a solução utilizada for hipoclorito de sódio, deverá ser aplicado 0,5 litro dela por metro cúbico de água no poço.

q) Os testes de vazão, análises da água, cadastros e certidão de outorga, são indispensáveis para compor o relatório final e o aceite e o pagamento da obra.

r) Relatório técnico construtivo: A CONTRATADA deverá entregar ao Contratante através do fiscal do contrato relatório técnico construtivo final, em forma de papel e digital, conforme a norma NBR 12.244 da ABNT para que a obra possa ser recebida.

s) Farão parte destes relatórios:

s.1) Documentos com amostras, perfis IEL, SP, GR, sônico e interpretado, se houver, boletins diários de perfuração, planilhas do teste de bombeamento e cálculos respectivos, perfil litológico e construtivo, perfil de tempo de penetração, análise físico-química-bacteriológica conforme exigida pelo SIOUT-RS incluído teor de Arsênio, assinada pelo fiscal da obra designado pelo CONTRATANTE (todos os documentos devidamente assinados pelo responsável técnico da CONTRATADA);

s.2) Registros fotográficos contemplando, no mínimo um registro de cada etapa da Execução.

t) Placa de identificação: A Placa de identificação deverá ser instalada pela Empresa Contratada, em local visível e próxima da Construção obedecido o modelo**.** Acessar**:** https://habitação.rs.gov.br/mais-agua-rs

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br



u) Do poço tubular perdido: No caso que venha a ocorrer perda / trancamento de ferramental, ou no caso de dificuldades construtivas, ou por outro motivo qualquer, ou ainda que a CONTRATADA tenha que paralisar ou abortar a perfuração deste poço, deverá a CONTRATADA providenciar o preenchimento do poço com uma mistura composta de argamassa de cimento e brita às suas expensas e fechamento de proteção conforme normas do SIOUT/DRHS/SEMA RS.

v) A execução do objeto devera obedecer ao Projeto Construtivo, especificações técnicas e demais normas vigentes.

w) A Contratada será responsável pelo fornecimento da mão de obra, custos financeiros com equipamentos, análises e testes da água, outorga, materiais, transporte, ferramentas e demais insumos necessários à completa execução do objeto, observando as normas de segurança do trabalho, ambientais e as demais exigências dos órgãos fiscalizadores competentes.

x) A Contratada deverá fornecer a Contratante, os seguintes documentos comprobatórios:

x.1) Boletim de sondagem contendo o registro das atividades executadas durante a perfuração;

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

x.2) Perfil geológico-construtivo do poço, contendo níveis estáticos e dinâmicos, entradas de água e vazão obtida;

x.3) Laudo de análise físico-química e bacteriológica da água do poço perfurado, conforme padrão do Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento (DRHS/SEMA-RS);

x.4) Apresentação de documento oficial (portaria ou certidão) emitido pelo órgão ambiental competente da outorga de água no qual o Poder Público autoriza, concede ou permite o uso de recursos hídricos do poço perfurado;

x.5) Relatório Construtivo do Poço Tubular, de forma objetiva e detalhada, contendo a descrição dos métodos executivos adotados, materiais empregados, características construtivas, resultados dos testes realizados e demais informações pertinentes à perfeita caracterização da obra;

x.6) comprovante de cadastramento do poço no Sistema de Outorga de Água do Estado do Rio Grande do Sul (SIOUT-RS).

x.7) A Contratada deverá fornecer documentos necessários para prestação de contas SEHAB:

- Perfil geológico-construtivo/Teste de vazão/Teste de potabilidade;
- Anotação de responsabilidade técnica da empresa;
- Cadastro do poço no SIOUT/DRHS/SEMA (Geólogo/Eng. Geólogo/Eng. Minas ou pela empresa perfuradora);
- Parecer conclusivo do técnico responsável (Geólogo/Eng. Geólogo/Eng. Minas);
-Relatório fotográfico, incluindo fotos da placa da obra instalada (Geólogo/Eng. Geólogo/Eng. Minas);
- Relatório de tamponamento do poço, apenas se resultar em impróprio ou improdutivo. Nestes casos, o objeto pode ser considerado concluído após a comprovação do tamponamento.

DO PAGAMENTO

Cláusula 6ª. Os boletins de medição, serão realizados pelos Técnicos responsáveis pelo Projeto Construtivo, após a solicitação a ser protocolada pela Empresa Contratada junto ao Setor de Protocolo do Município de Nova Ramada RS.

Parágrafo primeiro. O pagamento será efetuado em três parcelas, sendo:

a) 50% (cinquenta por cento), do total da atividade 1. do Cronograma Físico (Perfuração do Poço, testagens e obras de infraestrutura do poço);

b) 25% (vinte e cinco por cento), do total da atividade 2. (Formalização do relatório da análise química, termino da reunião de documentos, complementação de planilhas, laudos e postagem dos documentos no SIOUT para pedido de outorga;

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

c) 25% (vinte e cinco porcento), do total para atividade 3 (Relatório com todos os documentos solicitados, Outorga da utilização da água e aprovação do SEHAB – Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária do Estado do RGS).

Parágrafo segundo. A solicitação para o primeiro pagamento poderá ser efetuada após decorridos 15 dias da execução, as demais etapas de no mínimo 10 dias de intervalo e/ou a última, a qualquer tempo após a conclusão da obra e entrega dos relatórios, laudos e certificados.

Parágrafo terceiro. Para realizar o pagamento em favor da CONTRATADA esta deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Primeira Parcela:

a.1) Comprovação da Matrícula da Obra (Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Obras – CNO);

a.2) Cópia da ART de execução da obra;

a.3) Relação dos trabalhadores alocados na obra, conforme DCTFWeb. Caso o pagamento ocorra no mesmo mês de início da obra, apresentar relação contendo nome, CPF e cargo dos trabalhadores, assinada pelo responsável da empresa e pelo contador;

a.4) Recibo de pagamento do salário/benefícios, dos empregados que trabalharam na execução do serviço, através de comprovantes da competência imediatamente anterior ao da prestação de serviços;

a.5) Recibo da entrega DCTFweb do mês imediatamente anterior ao da prestação do serviço;

a.6) Guia de pagamento do INSS, conforme valores apurados no DCTFweb, e seu comprovante de recolhimento;

a.7) Guia de pagamento do FGTS do mês imediatamente anterior ao da prestação de serviço, e seu comprovante de recolhimento;

b) Segunda Parcela:

b.1) Para o pagamento da segunda parcela, a Contratada deverá apresentar documentos elencados **na letra (a) exceto (a.1 e a.2)**, todos os relatórios, boletins, análises e testes previstos no Projeto Construtivo e o comprovante de cadastramento do poço no Sistema de Outorga de Água do Estado do Rio Grande do Sul (SIOUT-RS), em nome do Município de Nova Ramada RS;

c) Terceira Parcela:

c.1) Para o pagamento da terceira parcela a Contratada deverá apresentar documentos elencados na **letra (a) exceto (a.1 e a.2)**, Certidão de Regularidade Fiscal da Obra **CND** emitida para o número do CNO correspondente, ou Comprovante de Situação Cadastral do CNO, emitido via e-CAC, demonstrando

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

expressamente a situação da obra como **"Encerrada"**, relatório final de execução da obra e seus registros e fotos e a **Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos** (Certidão de Uso de Água) em nome do Município de Nova Ramada RS.

Parágrafo quarto. A Nota Fiscal deverá ser emitida pela Empresa contratada, com as seguintes informações:

a) Em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA/RS, CNPJ 01.611.828/0001-49;

b) Descrição do objeto executado, informando que está vinculado ao TERMO DE CONVÊNIO FPE nº 1862/2025, CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, E O MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, CONFORME PROCESSO N° 25/1700-0000905-2 e número do respectivo contrato firmado.

Parágrafo quinto. As retenções previdenciárias (INSS) e fiscais (ISSQN e IRRF), deverão ser destacadas na Nota Fiscal pela empresa na forma da Lei. Caso a empresa usufrua de algum benefício previsto em Lei, deverá apresentar a documentação que comprove o mesmo.

Parágrafo sexto. Para a emissão da nota fiscal a empresa deverá observar o previsto no Decreto Executivo Municipal n° 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: https://www.novaramada.rs.gov.br), que adota a Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

Parágrafo sétimo. No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal n° 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: https://www.novaramada.rs.gov.br), que adota a Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

DA VIGÊNCIA

Cláusula 7ª. O Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e terá seu vencimento em 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula 8ª. As despesas referentes ao presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

05 SEC.MUN.DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO
1 003 ABASTECIMENTO DE ÁGUA
449051910000 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS OBRAS E SANEAMENTO

DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Cláusula 9ª. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida.

Parágrafo único. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

DO REAJUSTE

Cláusula 10. Transcorrido o período de 12 (doze) meses, a contar do mês do orçamento estimado de preços (constante no Termo de Referência) a CONTRATADA adquire o direito a ter seus preços reajustados anualmente mediante aplicação do índice de correção monetária previsto no Código Tributário Municipal (atualmente o IGP-M ou o índice que vier a substituí-lo), calculado a partir do mês do orçamento estimado constante no Termo de Referência.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 11. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos artigos 137, 138 e/ou 139 da Lei Federal nº.14.133/2021.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 12. A **CONTRATADA** que incorrer nas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei federal nº 14.133/2021 se sujeita às seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa, e demais previsões contidas no Decreto-Executivo Municipal nº 5.496, de 13 de janeiro de 2026:

I- Advertência;

II - Multa, nas seguintes modalidades: a) moratória; b) compensatória;

III- Impedimento de licitar e contratar;

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Cláusula 13. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Executivo nº 4.563, de 27/03/2023. A gestão do contrato será exercida pelo Gestor de Contratos do Município, designado por meio da Portaria nº 229/2026, ou outra que venha a substituí-la. A fiscalização dos serviços se dará por servidor a ser designado através de portaria.

Parágrafo único. A execução da obra será acompanhada e fiscalizada também pela Dóris Ketzer Montardo – Geóloga – CREA-RS 36.334 e Jurandi de Fátima Cordeiro do Nascimento – Geógrafa – CREA-RS 144.348, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, sem que isso importe na redução da responsabilidade da CONTRATADA pela boa execução do CONTRATO.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 14. As eventuais omissões desse contrato serão resolvidas pelas disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

DO FORO

Cláusula 15. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Ijuí/RS, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma

Aprovo: _____

Tatiana Raquel Dallabrida
OAB/RS 091.391- Assessora Jurídica

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000
Fone: (55) 99975-7098
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA CONCORRÊNCIA Nº 7/2026 – PROCESSO Nº 189

1.DO OBJETO: Construção e testagem de um poço tubular profundo na Localidade de Madeireira 2, correspondente à Fase 2 da Etapa 1 do Convênio FPE nº 1862/2025, firmado no âmbito do Programa Mais Água RS, da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária do Estado do Rio Grande do Sul (SEHAB), conforme especificações abaixo:

Código	Lote	Item	Quant	Und	Especificação	Materiais R$	Mão de Obra	Valor total máxima a ser pago R$
24974	1	1	1,00	UN	Execução de perfuração do Poço Tubular profundo parcialmente revestido na localidade der Madereira 2	18.242,31	**58.861,20**	**77.103,51**

Obs.: Cronograma Físico-Financeiro, Orçamento Discriminado, Planilha de Composição de Encargos e **Planilha de Percentual do BDI**, são obrigatoriamente partes integrantes da proposta

Na sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

EMPRESA/CNPJ:_____

NOME LEGÍVEL DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:_____

ASSINATURA_____

NOME E Nº DO REGISTRO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO_____

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO _____

Avenida Gustavo Konig, nº 95 – Centro Administrativo – Cep: 98758-000 - Fone: (55) 99975-7098
CNPJ: 01.611.828/0001-49 – Inscrição Estadual isento
Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: licita@novaramada.rs.gov.br

Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

SOLICITAÇÃO Nº	17/2026
ASSUNTO:	Execução da Construção e Testagem do Poço Tubular Profundo na Localidade de Madeireira 2.

1. Definição do objeto

A presente contratação tem por objeto a execução dos serviços de construção e testagem de um poço tubular profundo na Localidade de Madeireira 2, correspondente à Fase 2 da Etapa 1 do Convênio FPE nº 1862/2025, firmado no âmbito do Programa Mais Água RS, da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária do Estado do Rio Grande do Sul (SEHAB).

O poço será implantado em área de propriedade do Município, registrada sob a Matrícula nº 1.622 do Registro de Imóveis de Ajuricaba e cadastrada no Patrimônio Municipal sob o nº 4.102, nas coordenadas geográficas Latitude Sul 28,035331° e Longitude Oeste 53,71702°.

A execução dos serviços deverá obedecer integralmente ao Projeto Construtivo para Poço Tubular Profundo Parcialmente Revestido na Localidade de Madeireira 2, próximo ao Arroio Faxinal, Nova Ramada/RS, elaborado pela Geóloga Doris Ketzer (CREA-RS nº 36.334) e pela Geógrafa Jurandi de Fátima Cordeiro do Nascimento (CREA-RS nº 144.348), documento integrante do processo administrativo.

O empreendimento encontra-se regularmente cadastrado no Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT), sob o nº 2026/007.123, possuindo Autorização Prévia para Perfuração expedida por meio da Portaria nº 004.764/2026, atendendo aos requisitos legais para sua execução.

A contratação decorre da necessidade de ampliar e garantir o abastecimento de água potável à comunidade da Localidade de Madeireira, no interior do Município, cuja demanda atual não é plenamente atendida pela infraestrutura existente. A implantação do novo poço proporcionará maior segurança hídrica, assegurando o fornecimento contínuo de água em quantidade e qualidade adequadas para consumo humano, contribuindo para a melhoria das condições de saúde pública, higiene, qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico da população beneficiada.

2. Fundamentação da contratação

A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Estudo Técnico Preliminar 024/2026.

3. Descrição da solução como um todo

Contratação de Empresa para Construção e Testagem do um Poço Tubular Profundo (empreitada global).

4. Requisitos da contratação

A contratação tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

O objeto está classificado como Obra, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A descrição da obra, suas especificidades encontram-se explicitas no memorial e ao projeto técnico, de responsabilidade da Geóloga Doris Ketzer, CREA-RS 36.334 e Geógrafa Jurandi de Fátima Cordeiro do Nascimento – CREA-RS 144.348.

A perfuração e construção do poço, deve seguir as normas técnicas brasileiras previstas no Projeto Construtivo, realizado por Empresa que comprove atuar do ramo atividade e com registro ativo no conselho competente. A Contatada ainda devera obedecer às obrigações elencadas, no Projeto Construtivo, quanto a(o):

- Teste de bombeamento contínuo incluindo etapas de rebaixamento e recuperação do nível da água;

- Análise da qualidade da água: Coleta de amostras e emissão de laudo laboratorial bacteriológico e físico-químico completo, atestando a potabilidade da água;

- Revestimento do poço com tubos de alta qualidade dimensionados adequadamente para a profundidade estimada no Projeto Construtivo;

- Cadastramento e Outorga: A contratada será responsável por elaborar e protocolar toda a documentação técnica (perfil litológico, relatório de ensaio de bombeamento, ART do geólogo/engenheiro), junto ao órgão regulador do Estado para a obtenção do Cadastro do Poço e da Outorga de Direito de Uso;

- Indicação de Responsável Técnico (Geólogo ou Engenheiro de Minas) habilitado, com a devida emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra;

- Isolamento e sinalização do canteiro de obras para evitar acidentes com servidores ou terceiros;

- Gestão de resíduos: A contratada deve dar destinação ambientalmente adequada à lama de perfuração e aos resíduos sólidos gerados durante a obra;

- Segurança do Trabalho: Cumprimento rigoroso das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente a NR-18 (Segurança na Indústria da Construção) e uso obrigatório de EPIs por toda a equipe;

- Requisito de Recebimento e Entrega Garantia da obra: Prazo mínimo de garantia para a estrutura física do poço (contra desmoronamentos ou falhas de revestimento), estipulado em 5 anos;

- Relatório Final: Entrega de relatório técnico final detalhado contendo o perfil construtivo do poço, coordenadas geográficas exatas, profundidade final, nível estático e dinâmico, e a vazão estabilizada.

DA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

4.1. Habilitação jurídica

I - Registro Comercial, no caso de empresa individual;

II - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

II - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;

III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

IV - Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

V - Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF);

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

As microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que apresentem alguma restrição, nos termos da legislação vigente.

4.3. Qualificação econômica - financeira

I - Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

a) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

II - Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício, notas explicativas e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente autenticado na Junta Comercial, ou no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

a) É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

de abertura, Art. 65, § 1º da Lei 14.133/2021.

c) Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

d) O documento referido no item "b" limitar-se-á ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

III - A verificação da situação financeira será avaliada pelos índices:

a) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL – LG

LG = (Ativo Circulante + Ativo não Circulante) / (Passivo Circulante Passivo não Circulante).

O Índice de Liquidez Geral (LG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

b) ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE – LC

LC = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

Índice de Liquidez Corrente (LC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

c) ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL – SG

ISG = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante).

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Resultado < (menor) 1: Deficitária;

Resultado = (igual) 1: Equilibrada;

Resultado > (maior) 1: Satisfatória;

Para os três índices (LG, LC e SG), o resultado "> 1" é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado melhor será a condição da empresa. Estes índices fornecem informações sobre a saúde financeira e solvência da empresa.

III - Será considerado no quesito capacitação econômica financeira a empresa que atingir os índices acima citados. O cálculo destes indicadores deverá ser expresso em documento, anexo ao balanço. O documento deverá ser assinado por profissional de contabilidade legalmente habilitado.

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

IV - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas.

4.4. Qualificação técnica profissional

I - Comprovação de Registro da empresa no Conselho Competente – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

II - Comprovação de Registro do responsável técnico da empresa no CREA, na área compatível com o objeto (Geologia, Engenharia de Minas, Engenharia Geológica ou outra habilitação legalmente admitida).

III - Atestado de capacitação técnica, em nome do responsável técnico da empresa, devidamente registrado no conselho competente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de execução satisfatória, contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos, com a respectiva Certidão de Acervo Técnico- CAT.

IV - Comprovação de que o responsável técnico, mencionado no atestado, pertence ao quadro permanente da empresa vencedora, feito através de: Em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do Contrato Social; no caso de empregado, mediante cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS); em caso de vínculo contratual não CLT, apresentar o Contrato de Prestação de Serviços.

V - Os certificados expedidos por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja o Estado do Rio Grande do Sul, deverão receber o visto do CREA, conforme legislação vigente.

a) Os certificados que trata o V, poderão ser enviados pela vencedora junto com a documentação de habilitação, e ou se preferir, poderá apresentar para assinatura do contrato.

4.5. Da garantia

I - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

II - Para assinatura do contrato a empresa deverá apresentar, sem prejuízo adicional previsto no item 1 a garantia que trata o art. 98 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

III - Caberá ao contratado, conforme art. 96 da Lei Federal nº14.133/2021, optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

IV - A garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento.

V - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou retribuída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

4.6. Obrigações da contratada

A empresa deverá proceder à verificação dos quantitativos de serviços previstos, sendo de sua exclusiva responsabilidade a análise de eventuais divergências identificadas, devendo tais diferenças ser consideradas na composição de seus custos e refletidas na proposta de preços, para fins de adequação, seja por redução ou ampliação do valor global ofertado.

Os serviços executados em desacordo com as condições contratuais e/ou técnicas serão objeto de impugnação pela fiscalização, cabendo ao contratado, às suas expensas e sem prejuízo do cronograma, proceder às reexecuções, correções ou adequações necessárias, imediatamente após a emissão e registro da respectiva ordem de serviço.

São obrigações e responsabilidades da Empresa Contratada:

I - Despesas e providências necessárias à realização do objeto, bem como de estadia, alimentação, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, decorrentes da execução do objeto do presente e quaisquer despesas acessórias e necessárias não especificadas nesse TR e nos seus anexos, são de responsabilidade da contratada;

II - Pela qualidade da obra, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

III - Identificar a equipe executora;

IV - Executar obras complementares julgadas necessárias;

V - Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na utilização/aplicação dos materiais industrializados e de emprego especial, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má utilização/aplicação;

VI - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

VII - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VIII - Sinalizar convenientemente, às suas expensas, o local de execução das obras, de acordo com as normas vigentes, bem como as em vigor do CONTRATANTE, devendo responder por eventuais danos que venham a ser provocados nas obras, até o seu término, quando estes resultarem de culpa da CONTRATADA, pela falta de sinalização adequada;

IX - Expedir e quitar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

X - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite legal;

XI - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade, salvo em caso de autorização expressa do município;

XII - Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais de proteção, bem como cumprir integralmente o contido nos Acordos, Convenções Coletivas ou Sentenças Normativas referentes à categoria profissional dos seus empregados;

XIII - Dar o destino adequado aos resíduos das obras e entregar o local das obras limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata.

XIV - Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização do Município, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Técnico;

XV - Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los;

XVI - Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo aos locais onde serão realizadas as obras e entregues os materiais e aos documentos e registros contábeis da empresa Contratada, sujeitando-se no caso de embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação de tais servidores e órgãos a responsabilização administrativa, civil e penal;

XVII - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

XVIII - Cumprir com todas as obrigações decorrentes do integral cumprimento do objeto contratado.

XIX - Executar a obra observando fielmente os projetos básicos, inclusive em relação à

qualidade dos materiais e ao cronograma de execução, e os termos da sua proposta.

XX - Executar todas as obras, serviços e instalações de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram o Termo de Referência e anexos, obedecendo rigorosamente às Normas Técnicas aplicáveis a obra, tais como da ABNT, normas de segurança do trabalho, além de outras determinadas pelo Contratante.

XXI - Prestar garantia mínima de 5 (cinco) anos conforme dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro, quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando o licitante vencedor responsável por todos os encargos decorrentes disso.

4.6.1. Pós perfuração teste de vazão, análise de água e cadastro

I - Após a perfuração, deverá ser realizado o teste efetivo de vazão através do bombeamento, medição da vazão e verificação do nível por 24h, mais o período de recuperação do nível d'água até 80% conforme ABNT – NBR 12212 e as normativas do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (DRHS-SEMA).

II - Ao longo desse processo, deverá ser providenciada a correta coleta da água para realização das análises físico-químicas e microbiológicas conforme padrão da Outorga de Regularização SIOUT – SEMA – DRHS incluindo teor se Arsênio. As análises a serem realizadas deverão atender as demandas para o processo de outorga, bem como atingir o padrão mínimo de potabilidade.

III - Após aprovada a viabilidade de utilização da água pela FISCALIZAÇÃO (em termos de quantidade disponível e qualidade satisfatória), a empresa deverá:

a) Providenciar a Outorga de direito de uso de recursos hídricos (Certidão de Uso de Água) em nome do Município de Nova Ramada RS, com o desembolso de todos os custos necessários;

b) Realizar obras de infraestrutura do poço, da laje de proteção, tubo protetor e cerceamento de proteção.

IV - Após realizar a desinfecção final, feita com solução clorada, em quantidade tal que permita concentração de 50mg/l de cloro livre por pelo menos 2 horas, devendo ser introduzida por tubos auxiliares, caso existam, e/ou solução para ser introduzida pela boca do poço. De acordo com a NBR 12.244, se a solução utilizada for hipoclorito de sódio, deverá ser aplicado 0,5 litro dela por metro cúbico de água no poço.

V – Os testes de vazão, analises da água, cadastros e certidão de outorga, são indispensáveis para compor o relatório final e o aceite e o pagamento da obra.

4.6.2. Relatório técnico construtivo

A CONTRATADA deverá entregar ao Contratante através do fiscal do contrato relatório técnico construtivo final, em forma de papel e digital, conforme a norma NBR 12.244 da ABNT para que a obra possa ser recebida.

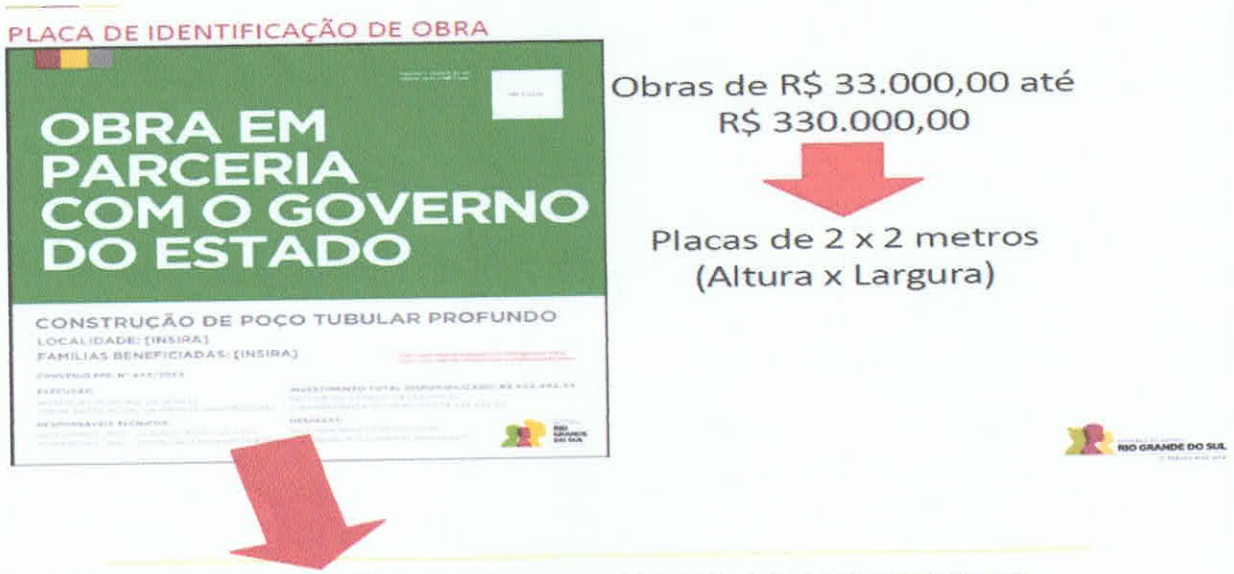
I - Farão parte destes relatórios:

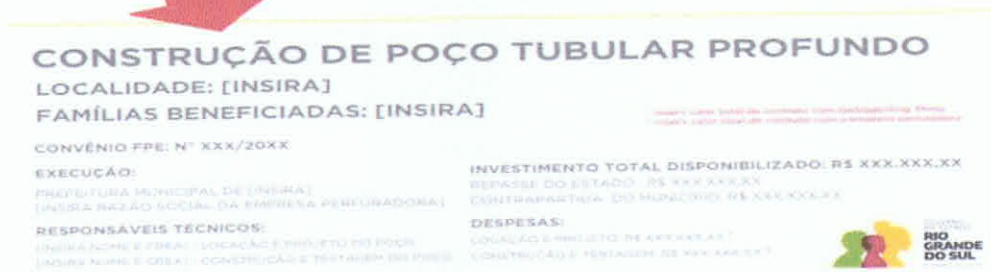
a) Documentos com amostras, perfis IEL, SP, GR, sônico e interpretado, se houver, boletins diários de perfuração, planilhas do teste de bombeamento e cálculos respectivos, perfil litológico e construtivo, perfil de tempo de penetração, análise físico-química-bacteriológica conforme exigida pelo SIOUT-RS incluído teor de Arsênio, assinada pelo fiscal da obra designado pelo CONTRATANTE (todos os documentos devidamente assinados pelo responsável técnico da CONTRATADA);

b) Registros fotográficos contemplando, no mínimo um registro de cada etapa da Execução.

4.6.3. placa de identificação

A Placa de identificação devera ser instalada pela Empresa Contatada, em local visível e próxima da Construção obedecido o modelo. Acessar: https://habitação.rs.gov.br/mais-agua-rs





4.6.4 . Do poço tubular perdido

No caso que venha a ocorrer perda / trancamento de ferramental, ou no caso de dificuldades construtivas, ou por outro motivo qualquer, ou ainda que a CONTRATADA tenha que paralisar ou abortar a perfuração deste poço, deverá a CONTRATADA providenciar o preenchimento do poço

com uma mistura composta de argamassa de cimento e brita às suas expensas e fechamento de proteção conforme normas do SIOUT/DRHS/SEMA RS.

4.7. Dos prazos

I - A vigência do Contrato será até 31 dezembro de 2026, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

a) Após a assinatura do contrato, a empresa Contratada terá cinco dias para dar início na obra.

II - O prazo de execução da obra será de até 90 (noventa) dias, atendendo o cronograma físico de execução, contados da data de assinatura do Contrato.

III - O prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela Contratada, mediante documento protocolado no Protocolo Geral, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceite pelo Município.

4.8. Das infrações e sanções administrativas

O licitante e contratado que incorrer nas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei federal nº 14.133/2021, se sujeita às seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa, e demais previsões contidas no Decreto-Executivo Municipal nº 5.496, de 13 de janeiro de 2026:

I- Advertência;

II - Multa, nas seguintes modalidades: a) moratória; b) compensatória;

III- Impedimento de licitar e contratar;

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

5. Modelo de execução do objeto

I - A execução do objeto devera obedecer ao Projeto Construtivo, especificações técnicas e demais normas vigentes.

II - A Contratada será responsável pelo fornecimento da mão de obra, custos financeiros com equipamentos, analises e testes da água, outorga, materiais, transporte, ferramentas e demais insumos necessários à completa execução do objeto, observando as normas de segurança do trabalho, ambientais e as demais exigências dos órgãos fiscalizadores competentes.

III - A Contratada deverá fornecer a Contratante, os seguintes documentos comprobatórios:

a) Boletim de sondagem contendo o registro das atividades executadas durante a perfuração;

b) Perfil geológico-construtivo do poço, contendo níveis estáticos e dinâmicos, entradas de água e vazão obtida;

Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

c) Laudo de análise físico-química e bacteriológica da água do poço perfurado, conforme padrão do Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento (DRHS/SEMA-RS);

d) Apresentação de documento oficial (portaria ou certidão) emitido pelo órgão ambiental competente da outorga de água no qual o Poder Público autoriza, concede ou permite o uso de recursos hídricos do poço perfurado;

e) Relatório Construtivo do Poço Tubular, de forma objetiva e detalhada, contendo a descrição dos métodos executivos adotados, materiais empregados, características construtivas, resultados dos testes realizados e demais informações pertinentes à perfeita caracterização da obra;

f) comprovante de cadastramento do poço no Sistema de Outorga de Água do Estado do Rio Grande do Sul (SIOUT-RS).

g) A Contratada deverá fornecer documentos necessários para prestação de contas SEHAB:

- Perfil geológico-construtivo/Teste de vazão/Teste de potabilidade;
- Anotação de responsabilidade técnica da empresa;
- Cadastro do poço no SIOUT/DRHS/SEMA (Geólogo/Eng. Geólogo/Eng. Minas ou pela empresa perfuradora);
- Parecer conclusivo do técnico responsável (Geólogo/Eng. Geólogo/Eng. Minas);
-Relatório fotográfico, incluindo fotos da placa da obra instalada (Geólogo/Eng. Geólogo/Eng. Minas);
- Relatório de tamponamento do poço, apenas se resultar em impróprio ou improdutivo. Nestes casos, o objeto pode ser considerado concluído após a comprovação do tamponamento.

6. Modelo de Gestão do Contrato

O acompanhamento do ciclo de vida, a execução do objeto e o cumprimento das cláusulas contratuais, serão efetuadas, pelos seguintes responsáveis:

I – Gestor de Contratos: Servidor Mateus Rocha Riske, Matricula Funcional nº 726-9/1, designada através da PORTARIA Nº 229/2026.

II - Fiscalização do Contrato: Servidora Maria Aline Zanetti - Matricula 6904-02.

III – Acompanhamento Técnico: Geóloga Doris Ketzer, CREA-RS 36.334 e Geógrafa Jurandi de Fátima Cordeiro do Nascimento – CREA-RS 144.348, que fará anotações técnicas em registro próprio, relatando ocorrências relacionadas a execução, determinando o que for necessário para a regularização das falhas ou defeitos observados, sem que isso importe na redução da responsabilidade da CONTRATADA pela boa execução do objeto.

7. Critérios de medição e de pagamento

I - Os boletins de medição, serão realizados pelos Técnicos responsáveis pelo Projeto Construtivo, após a solicitação a ser protocolada pela Empresa Contratada junto ao Setor de Protocolo do Município de Nova Ramada RS.

7.1. Do Pagamento

I - O pagamento será efetuado em três parcelas, sendo:

a) 50% (cinquenta por cento), do total da atividade 1. do Cronograma Físico (Perfuração do Poço, testagens e obras de infraestrutura do poço);
b) 25% (vinte e cinco por cento), do total da atividade 2. (Formalização do relatório da análise química, termino da reunião de documentos, complementação de planilhas, laudos e postagem dos documentos no SIOUT para pedido de outorga;
c) 25% (vinte e cinco porcento), do total para atividade 3 (Relatório com todos os documentos

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

solicitados, Outorga da utilização da água e aprovação do SEHAB – Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária do Estado do RGS).

II – A solicitação para o primeiro pagamento poderá ser efetuada após decorridos 15 dias da execução, as demais etapas de no mínimo 10 dias de intervalo e/ou a última, a qualquer tempo após a conclusão da obra e entrega dos relatórios, laudos e certificados.

III - Para realizar o pagamento em favor da CONTRATADA esta deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Primeira Parcela:

a.1) Comprovação da Matrícula da Obra (Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Obras – CNO);

a.2) Cópia da ART de execução da obra;

a.3) Relação dos trabalhadores alocados na obra, conforme DCTFWeb. Caso o pagamento ocorra no mesmo mês de início da obra, apresentar relação contendo nome, CPF e cargo dos trabalhadores, assinada pelo responsável da empresa e pelo contador;

a.4) Recibo de pagamento do salário/benefícios, dos empregados que trabalharam na execução do serviço, através de comprovantes da competência imediatamente anterior ao da prestação de serviços;

a.5) Recibo da entrega DCTFweb do mês imediatamente anterior ao da prestação do serviço;

a.6) Guia de pagamento do INSS, conforme valores apurados no DCTFweb, e seu comprovante de recolhimento;

a.7) Guia de pagamento do FGTS do mês imediatamente anterior ao da prestação de serviço, e seu comprovante de recolhimento;

b) Segunda Parcela:

Para o pagamento da segunda parcela, a Contratada deverá apresentar documentos elencados **na letra (a) exceto (a.1 e a.2)**, todos os relatórios, boletins, analises e testes previstos no Projeto Construtivo e o comprovante de cadastramento do poço no Sistema de Outorga de Água do Estado do Rio Grande do Sul (SIOUT-RS), em nome do Município de Nova Ramada RS;

c) Terceira Parcela:

Para o pagamento da terceira parcela a Contratada deverá apresentar documentos elencados na **letra (a) exceto (a.1 e a.2)**, Certidão de Regularidade Fiscal da Obra **CND** emitida para o número do CNO correspondente, ou Comprovante de Situação Cadastral do CNO, emitido via e-CAC, demonstrando expressamente a situação da obra como **"Encerrada"**, relatório final de execução da obra e seus registros e fotos e a **Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos** (Certidão de Uso de Água) em nome do Município de Nova Ramada RS.

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

IV - A Nota Fiscal deverá ser emitida pela Empresa contratada, com as seguintes informações:

a) Em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA/RS, CNPJ 01.611.828/0001-49;

b) Descrição do objeto executado, informando que está vinculado ao TERMO DE CONVÊNIO FPE nº 1862/2025, CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, E O MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, CONFORME PROCESSO Nº 25/1700-0000905-2 e número do respectivo contrato firmado.

V - As retenções previdenciárias (INSS) e fiscais (ISSQN e IRRF), deverão ser destacadas na Nota Fiscal pela empresa na forma da Lei. Caso a empresa usufrua de algum benefício previsto em Lei, deverá apresentar a documentação que comprove o mesmo.

VI - Para a emissão da nota fiscal a empresa deverá observar o previsto no Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: https://www.novaramada.rs.gov.br), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço

A seleção Empresa para execução da obra será mediante processo licitatório na modalidade **Concorrência Eletrônica – Menor Preço Global por Lote (Empreitada Global).**

A nível de fornecedores identificamos Empresas que atuam no ramo atividade, que sob o aspecto técnico, são indicadas:

- M. POÇOS ARTESIANOS LTDA – CNPJ 27.630.072/0001-79 - SÃO VALÉRIO DO SUL/RS;
- WOITCHUNAS POÇOS ARTESIANOS - CNPJ 93.083.137/0001-38 - IJUÍ/RS;
- IJUÍ POÇOS ARTESIANOS LTDA – CNPJ 04.834.055/0001-58 - IJUÍ/RS;
- RIOGRANDENSE POÇOS ARTESIANOS LTDA – CNPJ 18.143.021/0001-21- TAPEJARA/RS.
- ÁGUA VIVA POÇOS ARTESIANOS – CNPJ 05704686000115 - TAPEJARA/RS.
- PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA - CNPJ 13.250.019/0001-38 - TAPEJARA/RS
- GEO H2O PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS LTDA – CNPJ 08.820.274/0001-39 - CAXIAS DO SUL/RS

As indicações meramente comerciais, tidas através de pesquisa IA, efetuada em Compras Públicas RS, Região (55).

9. Estimativa do valor da contratação

A contratação está estimada em R$ 77.103,51 (R$ 58.861,20 de Mao de Obra e R$ 18.242,31 de Materiais). A referência orçamentária do Projeto é realizada com BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) que representa o preço da obra, incluindo custos diretos, despesas indiretas (administração, seguros, impostos) e o lucro, previstos na Planilha de Orçamento – PO.

Observa-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023 e nos termos do artigo 23 da Lei federal 14.133/21.

O orçamento não necessita ser sigiloso.

Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

Face ao valor orçado, fica desobrigada alimentação no Licitacon Obras, conforme legislação vigente.

10. Adequação orçamentária

Nos termos da Planilha anexa, detalhando o Projeto/Atividade, Fonte de Recursos e o respectivo despacho do Setor de Empenhos.

11. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?

( ) NÃO. ( ) SIM.

Obs. Os recursos financeiros correrão à conta do seguinte recurso orçamentário, com empenho gravado sob o nº 25006287492, datado de 25/09/2025.

Unidade Orçamentária: 17.10
Projeto/Atividade: 3720
Subtítulo: 3720.00001
Natureza da Despesa: 4.4.40.42.4201
Rubrica: 295
Valor: R$ 100.000,00
TERMO DE CONVÊNIO FPE nº 1862/2025.
E recursos próprios.

Nova Ramada, 16 de julho de 2026

Alfredo Höring
Responsável pela elaboração

Em acordo:

Flaviano Arnoldt
Secretária Municipal de Obras, Viação e Trânsito

Parecer do Responsável financeiro:
( ) Há recursos financeiros disponíveis
( ) A disponibilidade ocorrerá de acordo com o repasse federal/estadual
( ) Não há previsão de disponibilidade de recursos financeiros antes de _____
( ) Os recursos financeiros estarão disponíveis na efetiva aquisição.

Elton Rehfeld
Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 17/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

Projeto/Atividade: 1.003	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	CÓDIGO DA DESPESA: 9967

FR: 1701 - Outras Transferencias de Convenio - Desd. 1183 - FPE 1862/2025 (Fase 2 Etapa 01).

Cód.PAC	Item	Quant	und	OBRAS E INSTALAÇÕES	VLR.MÁX.ITEM	VLR.TOTAL	CÓD.ALMOX.
1435	1	1	und	Execução do Projeto Construtivo de Perfuração do Poço Tubular Profundo Parcialmente Revestido na Localidade de Madereira 2	77.103,51	77.103,51	
					TOTAL DA DESPESA	**R$ 77.103,51**	

16/07/2026

Elaborado P/Alfredo

Secretário

Empenhos

Almoxarifado

Desdobramento MO/Materiais

Item	Mao de Obra	Materiais	Total
1	R$ 58.861,200	R$ 18.242,310	R$ 77.103,51
Totais	R$ 58.861,20	R$ 18.242,31	R$ 77.103,51

Montardo e Nascimento

Geologia, Geografia e Meio Ambiente

PROJETO CONSTRUTIVO PARA POÇO TUBULAR PROFUNDO PARCIALMENTE REVESTIDO NA LOCALIDADE DE MADEIREIRA 2, PRÓXIMO AO ARROIO FAXINAL, NOVA RAMADA, RS,

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:
DORIS KETZER MONTARDO – GEÓLOGA
CREA-RS 36.334

JURANDI DE FÁTIMA CORDEIRO DO NASCIMENTO – GEÓGRAFA
CREA-RS 144.348

MONTARDO E NASCIMENTO ME
Rua Atílio Bertoldo, 204. Sala 01
98700-000 Ijuí, RS
mn.geo@hotmail.com
(55) 33338141 (55) 991310936, (55) 999624436

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – LOCALIZAÇÃO DO POÇO NA CARTA TOPOGRÁFICA 4
Figura 2 – LOCALIZAÇÃO DO POÇO NA IMAGEM DE SATÉLITE.....5
Figura 3 – Recorte do mapa hidrogeológico da CPRM, 2005, com seta apontando aproximadamente o local avaliado.....6
Figura 4 – Recorte do mapa geológico da CPRM (2004) sobre imagem de satélite.....7
Figura 5 – Imagem de radar SRTM.....8
Figura 6 – Poços mapeados no Município de Nova Ramada.....9
Figura 7 – Perfil construtivo esquemático previsto 11
Registro fotográfico do local.....12 a 14

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 3
2. O POÇO PREVISTO 3
2.1. DADOS INICIAIS DO POÇO 3
2.2. LOCALIZAÇÃO DO POÇO.....4
2.3. VERIFICAÇÃO 5
3. CARACTERIZAÇÃO DO POÇO 5
3.1. GEOLOGIA E HIDROGEOLOGIA – O SISTEMA AQUÍFERO SERRA GERAL I.....5
4. CONCLUSÕES E CRONOGRAMA PREVISTO 9
5. PERFIL CONSTRUTIVO ESQUEMÁTICO PREVISTO 10
6. REGISTRO FOTOGRÁFICO DO LOCAL PRETENDIDO E ENTORNO 12
7. ANEXOS 14
8. CONSULTAS BIBLIOGRÁFICAS 15
9. RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....15

1. INTRODUÇÃO

Este documento é atinente ao projeto da abertura de um poço tubular profundo na localidade de Madeireira no Município de Nova Ramada, RS, próximo ao Arroio Faxinal, em convênio com o programa Mais Água da Secretaria Estadual de Habitação e Regularização Fundiária RS.

Objetiva atender os requisitos técnicos para abertura de poço artesiano profundo, quais sejam: NBR 12.212. e NBR 12.244.

Os dados do proprietário são:

Empreendedor: Município de Nova Ramada

CNPJ: 016118280001-49

Endereço: Avenida Gustavo Konig, 95 **CEP** 98758 971

2. O POÇO PREVISTO

2.1. DADOS INICIAIS DO POÇO

O poço está previamente cadastrado no SIOUT (Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul) sob o número 2026/007.123, com Portaria de Autorização Prévia nº 004.764/2026.

Planejado com as seguintes características:

1) Tipo de poço: Poço tubular;
2) Tipo de aquífero: Fraturado;
3) Bacia hidrográfica: Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí;
4) Sistema aquífero: Serra Geral I;
5) Coordenadas geográficas: -28,0353 ° / -53,7170°; 461 m;
6) Finalidade de uso: Abastecimento público;
7) Previsão de total de dias/ano: 365 dias;
8) Volume médio mensal previsto: 486,7 m³;
9) Vazão média mensal prevista: 8 m³/h;
10) Horas de bombeamento diário: 2:00 h/dia;
11) Total de horas/ano previsto: 730 horas;

12) Volume total anual previsto: 5.840 m³;

13) Vazão média diária prevista: 16 m³/dia;

14) Vazão máxima diária prevista: 16 m³/dia.

2.2. LOCALIZAÇÃO DO POÇO

O Município encaminhou pedido da marcação na área que necessita para o abastecimento, sendo em propriedade do poder público, Matrícula nº 1.622.

Indicada na referência de coordenadas geográficas no DATUM SIRGAS 2000: LATITUDE SUL 28,035331 °' e LONGITUDE OESTE W 53,71702°'.

O poço fica 3,6 quilômetros em linha reta ao norte da sede do município.

As figuras 1 e 2 mostram a localização, respectivamente, na carta topográfica do Exército e na imagem de satélite.



A seta marrom aponta a localização aproximada do poço.

Figura 1 - LOCALIZAÇÃO DO POÇO NAS CARTAS TOPOGRÁFICAS FOLHAS SH.22-V-A-I-1 e 2. Fonte Ministério do Exército do Brasil.



Figura 2 - LOCALIZAÇÃO DO POÇO NA IMAGEM DE SATÉLITE.
Fonte: *software* livre Google Earth, de novembro de 2023.

2.3. VERIFICAÇÃO

Os resultados aqui relatados incluem informações obtidas com:

- pesquisa sobre o substrato geológico e as condições hidrogeológicas locais;
- inspeção da planta planialtimétrica em escala original 1:50.000, elaborada pela 1ª Divisão do Serviço Geográfico do Exército em 1975/77;
- conferência da imagem de satélite fornecida pelo *software* livre Google Earth;
- inspeção da imagem de radar SRTM fornecida livremente pela Embrapa.

3. CARACTERIZAÇÃO DO POÇO

3.1. GEOLOGIA E HIDROGEOLOGIA – O SISTEMA AQUÍFERO SERRA GERAL I

A geologia regional é composta por rochas da Formação Serra Geral do Grupo São Bento, de idade juro-cretácica, cerca de 120 a 130 milhões de anos, em sua Fácies Paranapanema (segundo SCHOBBENHAUS et al., 2004, ver figura 3), com predomínio de basaltos granulares finos a médios, melanocráticos, com horizontes vesiculares bem desenvolvidos, podendo ser preenchidas por quartzo (principalmente ametista), zeolita, seladonita (celadonita) e carbonato.

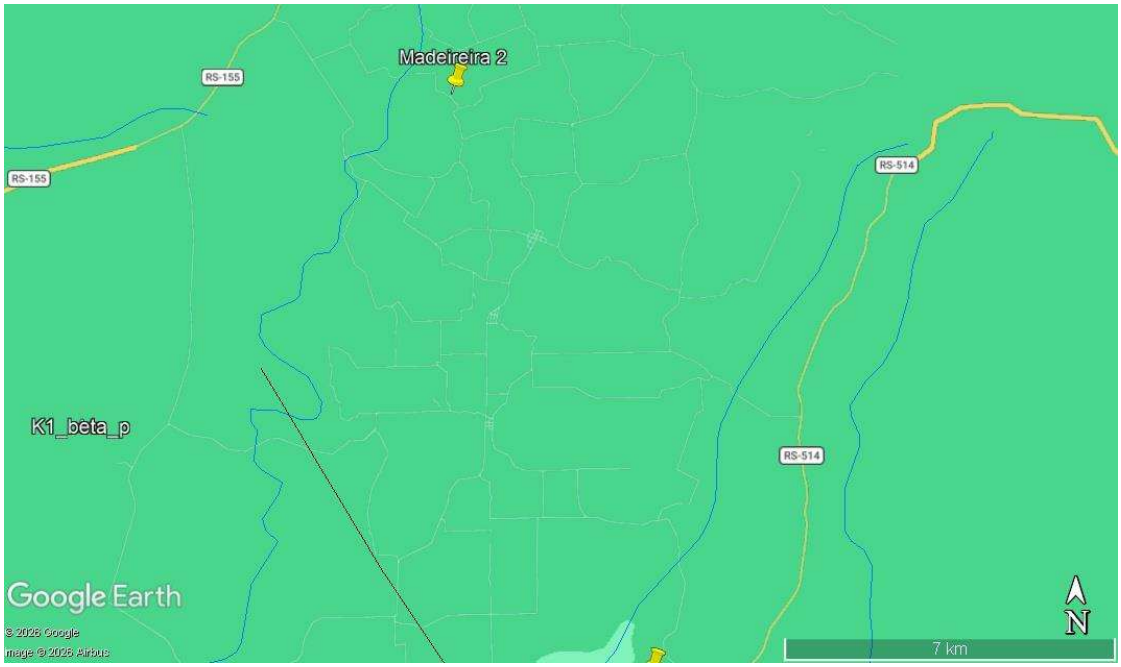


Figura 3 – Recorte do mapa geológico da CPRM (2004) sobre imagem de satélite.
Fonte: software livre Google Earth.

A permeabilidade da água subterrânea acontece pela intensa e marcada rede de diaclases, caracterizando o aquífero fraturado Serra Geral. Este é um dos grandes reservatórios subterrâneos brasileiros, parcialmente compartilhado pelos vizinhos países Uruguai, Argentina e Paraguai.

Nas condições do aquífero Serra Geral, a água subterrânea não está presente em qualquer lugar, dependendo sua captação de fatores naturais que condicionam a distribuição e concentração da água subterrânea em certos locais.

Estudo e interpretação de imagens de satélite, de radar e de cartas topográficas, além das observações *in loco,* consistem em ferramentas de grande valor para localizar poços em rochas cristalinas de origem vulcânica.

Assim, de maneira a melhorar o rendimento e a vazão de um poço perfurado tornando o empreendimento mais proveitoso e evitando ou diminuindo a taxa de insucesso é preciso planejar onde possa ser localizado.

Ao mesmo tempo, é importante que o projeto construtivo preveja que a produção de água satisfaça as necessidades da população a ser atendida.

A captação de água subterrânea tem um custo elevado e, portanto, não deve ser feita sem critérios técnicos.

Pelo indicativo do mapeamento da CPRM, nas condições locais do Aquífero Serra Geral 1, a probabilidade é de encontrar boa produção em profundidade entre 100 e 200 metros (fig. 3).

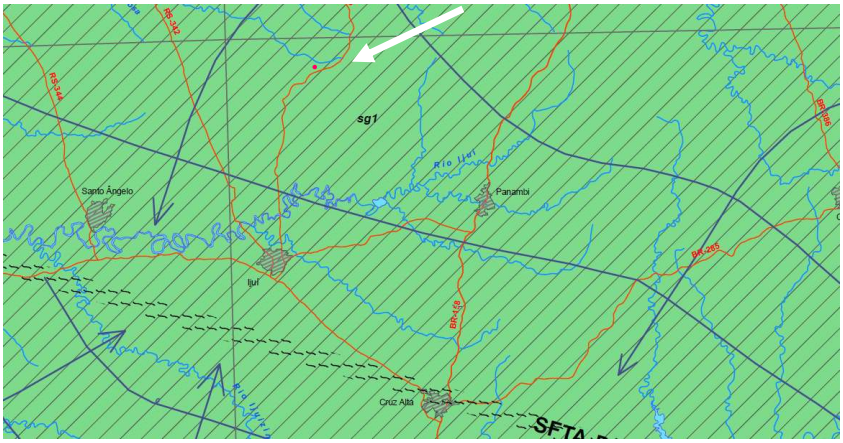


Figura 4 – Recorte do mapa hidrogeológico da CPRM, 2005, com seta apontando aproximadamente o local avaliado.
Fonte: *software* livre Google Earth.

No Rio Grande do Sul, o Aquífero Serra Geral 1 está condicionado às rochas de origem vulcânica que constituem a porção norte/noroeste do Planalto Meridional, delimitada pelos municípios de Soledade, Tupanciretã, Santo Antônio das Missões, Santa Rosa, Tenente Portela, Nonoai, Erechim e Passo Fundo.

Conforme CPRM,

> *"Constitui-se principalmente de litologias basálticas, amigdalóides e fraturadas, capeadas por espesso solo avermelhado. As capacidades específicas são muito variáveis, existindo poços não produtivos próximos de outros com excelentes vazões. Predominam poços com capacidades específicas entre 1 e 4 m³/h/m e excepcionalmente se encontram poços com valores superiores a 4 m³/h/m. As salinidades em geral são baixas, em média 200 mg/l. Poços que captam águas mais salinas, sódicas e de elevado pH (entre 9 e 10), provavelmente correspondem a porções do aqüífero influenciadas por águas ascendentes do Sistema Aqüífero Guarani."*

As características petrológicas e estruturais condicionam uma dinâmica peculiar e específica das águas subterrâneas do Sistema Aquífero Serra Geral, sendo as estruturas rúpteis originadas a partir do resfriamento de lavas vulcânicas alastradas na superfície continental compondo um controle especial de fraturamentos multidirecionados junto com ocorrências posteriores de movimentos tectônicos.

Assim, ocorrem fluxos da água subterrânea do aquífero ao longo da rede de fraturas definidas por descontinuidades físicas primárias (juntas de contração, vesículas e contatos entre derrames) ou secundárias (fraturas tectônicas). É este conjunto de rupturas e suas interligações a origem basilar de volume e continuidade da produtividade de um poço.

Na região proximal, não existem mapeadas fraturas (figura 3).

Entretanto, na imagem de radar obtida pela missão de mapeamento do relevo terrestre SRTM (Shuttle Radar Topography Mission), desenvolvido pela NASA (National Aeronautics and Space Administration) e NGA (National Geospatial-Intelligence Agency) dos Estados Unidos, possibilita se verificar estruturação tectônica próxima ao local selecionado para instalação (apontado pela seta branca na fig. 5).

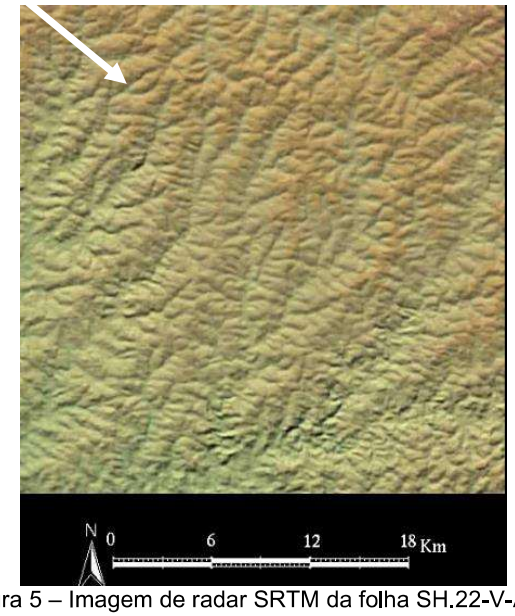


Figura 5 – Imagem de radar SRTM da folha SH.22-V-A-I-2.

O Município de Nova Ramada tem poucos poços tubulares legalmente cadastrados pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) na área do município (fig.6).

Porém, no raio de 5 quilômetros deste poço, existem diversos poços de abastecimento público e de empresas.

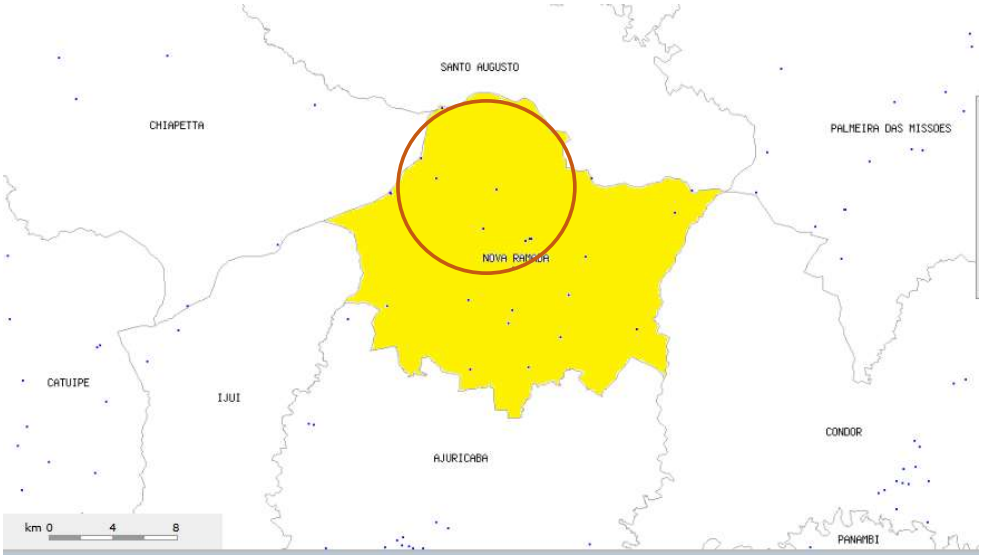


Figura 6 – Poços mapeados no Município de Nova Ramada com círculo marcando raio de 5 quilômetros na região estudada.
Fonte: siagaweb, CPRM.

4. CONCLUSÕES E CRONOGRAMA PREVISTO

Os estudos realizados permitem prever uma permeabilidade nas fraturas da rocha basáltica, de forma a garantir a transmissividade contínua da água subterrânea. Com base nas informações descritas, é possível sugerir que em profundidade de 150 a 200 metros a perfuração resultará em boa produção.

Outros poços cadastrados no siagas web e estudados anteriormente apresentam profundidade neste intervalo, havendo grande variação dos níveis d'água estático e dinâmico.

O perfil hipotético da figura 7 a seguir é uma previsão das condições construtivas.

Os parâmetros construtivos previstos são:

- Boca do poço com altura em 50 cm;
- Laje sanitária espessura de 10 cm;
- Perfuração com 12" de 0 a 20 metros e de 6" de 20 metros até o final;
- DNF com profundidade até 150/200 m;
- Proteção sanitária calda de cimento com profundidade de 20 m e 12" de diâmetro;
- Revestimento com profundidade de 0 a 20 m e 6" de diâmetro.

CRONOGRAMA FÍSICO

Atividade / mês de 2026	março	abril	maio	junho	julho
Estudo e locação do poço					
Cadastro e autorização prévia no SIOUT DRH					
Elaboração do projeto técnico e do TR					
Licitação para perfuração					
Perfuração do poço					
Finalização: limpeza e desinfecção, teste de vazão					
Obras de infraestrutura do poço					
Relatório da análise química					
Terminar reunião de documentos					
Completar planilhas e laudos					
Concluir postagem dos documentos no SIOUT para pedido de outorga					

5. PERFIL CONSTRUTIVO ESQUEMÁTICO PREVISTO PARA O POÇO TUBULAR A SER PERFURADO EM ROCHAS MAGMÁTICAS CONSOLIDADAS NA LOCALIDADE DE MADEIREIRA

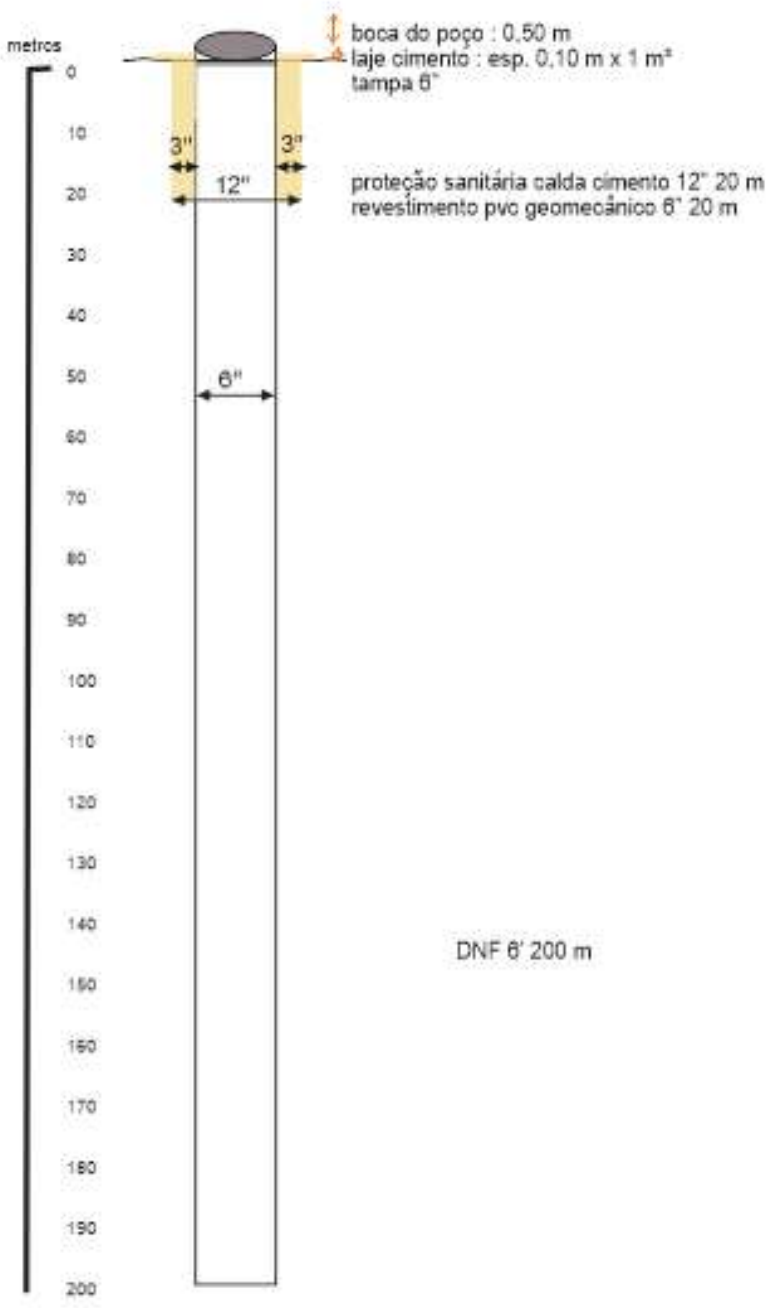


Figura 7 - Perfil construtivo esquemático previsto

MNGE MONTARDO E NASCIMENTO LTDA.
Geologia, Geografia e Meio Ambiente
(55) 99131 0936 - (55) 99962 4436

6. REGISTRO FOTOGRÁFICO DO LOCAL PRETENDIDO E ENTORNO

O local onde será perfurado o poço e seu entorno estão registrados em fotografias abaixo.

O local fica próximo a estrada e residências.

Há rede elétrica disponível para bombeamento do poço e facilidade de acesso.







MNGE MONTARDO E NASCIMENTO LTDA.
Geologia, Geografia e Meio Ambiente
(55) 99131 0936 - (55) 99962 4436



7. ANEXOS

I – ART CREA RS Número 14360534

II – RESUMO DO CADASTRO NO SIOUT nº 2026/007.123

III – PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DRHS N° 004.764/2026.

IV – TERMO DE REFERÊNCIA

V – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

8. CONSULTAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT - NBR 12.212/1997. *Projeto de Poço para Captação de Água Subterrânea*.

ABNT - NBR 12244/2006. *Poço tubular - Construção de poço tubular para captação de água subterrânea*.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. *Mapa Hidrogeológico do Rio Grande do Sul. Escala 1:750.000*. Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial. Projeto Mapa Hidrogeológico do Rio Grande do Sul. Convênio SOPS-SEMA-DRH/RS-CPRM N° 029/98, novembro 2005.

IBGE. *Levantamento de Recursos Naturais. Volume 33 Folha SH.22 Porto Alegre e parte das folhas SH.21 Uruguaiana e SI.22 Lagoa Mirim*. Projeto RADAMBRASIL. IBGE: 1989.

OLIVEIRA, A. M. S. e BRITO, S. N. A. (org.) *Geologia de Engenharia*. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 1998.

SCHOBBENHAUS, C., GONÇALVES, J.H., SANTOS, J.O.S., ABRAM, M.B., LEÃO NETO, R. MATOS, G.M.M., VIDOTTI, R.M., RAMOS, M.A.B., JESUS, J.D.A. de. (eds.) *Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo, Sistema de Informações Geográficas. Programa Geologia do Brasil*. CPRM, Brasília. CD-ROM. 2004.

RIO GRANDE DO SUL. *DECRETO ESTADUAL Nº 56.218, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021*. Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária Departamento de Habitação - Divisão de Poços e Redes. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Habitação e Regularização Fundiária – Departamento de Habitação – Divisão de Poços e Redes. *CONVÊNIO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS 2025* ANEXOS 1 E 2.

9. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

DORIS KETZER MONTARDO:23865873049
Assinado de forma digital por DORIS KETZER MONTARDO:23865873049
Dados: 2026.04.24 11:26:52 -03'00'

Doris Ketzer Montardo – Geóloga, Ms. Geociências UFRGS
CREA RS 36334 - ART nº 14360534

Nova Ramada, 15 de abril de 2026

Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49

Ofício n° 009 /2026

Nova Ramada/RS, 15 de janeiro de 2026.

Senhor Presidente,

Na oportunidade em que cumprimento cordialmente Vossa Excelência, venho através deste comunicar, para fins de acompanhamento e fiscalização, sobre a assinatura do Termo de Convênio FPE N°. 1862/2025 e seu respectivo Plano de Trabalho (em anexo), o qual tem por objetivo a Perfuração, Construção e Instalação hidráulica de um Poço Tubular profundo para abastecimento de água na localidade de Madeireira.

Atenciosamente,

Alzevir Lotário de Marchi
Prefeito

CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA RAMADA
PROTOCOLO Nº: 09/2026
DATA: 15/01/26
Ana Paula D. Speroni
RESPONSÁVEL

Exmo. Sr.
Eliseu Fischer Mafalda
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Nova Ramada/RS

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRA – PROGRAMA MAIS ÁGUA RS

1. **Acessar:** https://habitacao.rs.gov.br/mais-agua-rs
2. Ao final da página:



3. Vai abrir o Google Drive, entrar na pasta “Convênio de Poços”:



PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRA – PROGRAMA MAIS ÁGUA RS



PLACA DE POÇOS

Obras de R$ 33.000,00
até R$ 330.000,00

Placas de 2 x 2 metros
(Altura x Largura)

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRA – PROGRAMA MAIS ÁGUA RS

MUITÍSSIMA ATENÇÃO PARA COLOCAR **TODOS OS DADOS** ABAIXO.

CONSTRUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO

LOCALIDADE: [INSIRA]

FAMÍLIAS BENEFICIADAS: [INSIRA]

[1] Inserir valor total do contrato com Geólogo/Eng. Minas
[2] Inserir valor total do contrato com a empresa perfuradora

CONVÊNIO FPE: Nº XXX/20XX

EXECUÇÃO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE [INSIRA]
[INSIRA RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA PERFURADORA]

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

[INSIRA NOME E CREA] - LOCAÇÃO E PROJETO DO POÇO
[INSIRA NOME E CREA] - CONSTRUÇÃO E TESTAGEM DO POÇO

INVESTIMENTO TOTAL DISPONIBILIZADO: R$ XXX.XXX,XX

REPASSE DO ESTADO : R$ XXX.XXX,XX
CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO: R$ XXX.XXX,XX

DESPESAS:

LOCAÇÃO E PROJETO: R$ XXX.XXX,XX [1]
CONSTRUÇÃO E TESTAGEM: R$ XXX.XXX,XX [2]

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRA – PROGRAMA MAIS ÁGUA RS



PLACA DE REDES

Obras de R$ 33.000,00
até R$ 330.000,00

Placas de 2 x 2 metros
(Altura x Largura)

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRA – PROGRAMA MAIS ÁGUA RS

MUITÍSSIMA ATENÇÃO PARA COLOCAR **TODOS OS DADOS** ABAIXO.

CONSTRUÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

LOCALIDADE: [INSIRA]

FAMÍLIAS BENEFICIADAS: [INSIRA]

[1] Inserir valor total do contrato com a empresa executora

CONVÊNIO FPE: Nº XXX/20XX

EXECUÇÃO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE [INSIRA]

[INSIRA RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA EXECUTORA]

INVESTIMENTO TOTAL DISPONIBILIZADO: R$ XXX.XXX,XX

REPASSE DO ESTADO : R$ XXX.XXX,XX

CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO: R$ XXX.XXX,XX

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

[INSIRA NOME E CREA] - PROJETO DE REDE

[INSIRA NOME E CREA] - EXECUÇÃO DO PROJETO

DESPESAS:

EXECUÇÃO DO PROJETO: R$ XXX.XXX,XX [1]

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRA – PROGRAMA MAIS ÁGUA RS

COMO GERAR O QR-CODE?

Para gerar o QR-CODE integrante das placas de obras, o município deverá responder o seguinte formulário:
https://forms.office.com/r/UmgQ6J24GR

A SPGG-RS receberá as informações e encaminhará o QR-CODE ao email registrado pelo município no formulário. Esse email será enviado através do email <dae@spgg.rs.gov.br>.

O município deve reproduzir o QR-CODE com dimensões quadrangulares de aproximadamente 30x30 cm², no canto direito superior da placa. Caso a placa já esteja instalada, o QR-CODE poderá ser incluído com adesivo.

A leitura do QR-CODE direcionará o usuário ao Mapa do SME, no qual haverá as informações da obra fornecidas no preenchimento do formulário.

Atualizações da obra poderão ser enviadas para o e-mail <dae@spgg.rs.gov.br> sempre que necessário.

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRA – PROGRAMA MAIS ÁGUA RS

NÃO há um local específico para instalação da placa.

É **IMPORTANTE** que a placa seja colocada em local visível para a **população.** Ou seja, se o poço for construído em um ponto de difícil acesso ao público geral, é interessante que se coloque não na obra, mas em local de maior circulação.

Sugestões? Praça da cidade, prefeitura municipal, nas proximidades do poço ou caixa d'água....

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRA – PROGRAMA MAIS ÁGUA RS

NÃO há um material específico a ser utilizado na confecção da placa, sendo esta uma escolha do município. Entretanto, é **IMPORTANTE** que a escolha considere o custo-benefício, durabilidade, resistência e estética da placa, a fim de garantir a divulgação da obra o maior tempo possível.

Sugestões? Chapas metálicas, lona…

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRA – PROGRAMA MAIS ÁGUA RS

É **IMPORTANTE** destacar que a placa deve ser fixada no chão, com madeira ou metal. Não é permitida a fixação em cercas ou árvores, ou o uso de pedestal móvel. Além disso, a placa deve possuir armação capaz de fixar e estender a lona ou a chapa metálica, na qual constam as informações da obra. **Não é permitido** o uso de banner de lona sem armação.

ORIENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO – PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO

1. OBJETO DO CONVÊNIO

O convênio tem como objeto a perfuração de poço tubular profundo para abastecimento de água potável e sua instalação (caso o poço resulte produtivo – com relação a potabilidade e vazão). As etapas do convênio são:

- Contratação de profissional habilitado (geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas) para **estudo de locação** e **projeto do poço** e elaboração de **termo de referência**;
- **Construção e testagem** (vazão e potabilidade) do poço tubular profundo, por empresa perfuradora (inclui o tamponamento, se necessário);
- **Projeto de instalação hidráulica** do poço realizado por profissional habilitado; e
- **Construção da instalação hidráulica** do poço acompanhado por profissional habilitado.

2. PONTOS CRÍTICOS DE ATENÇÃO

🔴 Erro comum nº1 – Na contratação do profissional geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas:

O contrato com o profissional deve prever, obrigatoriamente:

- Estudo de locação e projeto do poço;
- Elaboração do termo de referência e planilha orçamentária; e
- Acompanhamento técnico da execução da obra, inclusive com emissão de pareceres e atestados.

O profissional fica responsável por conhecer o regulamento do convênio, o termo de convênio e o plano trabalho.
Está disponível no site do Programa Mais Água RS (https://habitacao.rs.gov.br/mais-agua-rs) uma lista de profissionais que manifestaram interesse em atuar nos convênios do programa.

🔴 Erro comum nº2 – Objeto do contrato de construção e testagem do poço:

Não é permitido contratar a instalação definitiva do poço nesta etapa. A testagem do poço (vazão e potabilidade) deverá ser realizada com um bomba-teste da empresa perfuradora, instalada provisoriamente.
Após a conclusão e aprovação da construção e testagem do poço, o projeto para instalação hidráulica definitiva (motobomba, reservatório, canalização etc.) deverá considerar as condições do poço, tais como profundidade do nível d'água, vazão, qualidade da água).

3. ETAPAS POSTERIORES DEPENDEM DE:

- Aprovação da etapa anterior por parte da equipe da Divisão de Poços e Redes (DPR/DEHAB/SEHAB/RS).
- NUNCA dar andamento em etapa sem APROVAR a etapa anterior.

4. OUTRAS ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

- O recurso estadual não pode ser utilizado para obtenção de outorga e rede de distribuição;
- O profissional contratado para a primeira etapa não pode ter vínculo com a empresa perfuradora contratada na segunda etapa;
- O poço deve ser cercado e identificado conforme normas;
- Em caso de poço improdutivo, é obrigatório o tamponamento, bem como o registro no SIOUT-RS.
- Em caso de dúvidas, não hesitem em contatar a equipe técnica da DPR: pocoseredes@sehab.rs.gov.br (51)3288-4685 ou a fiscal do convênio: danielli-sampaio@sehab.rs.gov.br (53)991968283.

ORIENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO – PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO

1. OBJETO DO CONVÊNIO

O convênio tem como objeto a perfuração de poço tubular profundo para abastecimento de água potável e sua instalação (caso o poço resulte produtivo – com relação a potabilidade e vazão). As etapas do convênio são:

- Contratação de profissional habilitado (geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas) para **estudo de locação** e **projeto do poço** e elaboração de **termo de referência**;
- **Construção e testagem** (vazão e potabilidade) do poço tubular profundo, por empresa perfuradora (inclui o tamponamento, se necessário);
- **Projeto de instalação hidráulica** do poço realizado por profissional habilitado; e
- **Construção da instalação hidráulica** do poço acompanhado por profissional habilitado.

2. PONTOS CRÍTICOS DE ATENÇÃO

🔴 Erro comum nº1 – Na contratação do profissional geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas:

O contrato com o profissional deve prever, obrigatoriamente:
- Estudo de locação e projeto do poço;
- Elaboração do termo de referência e planilha orçamentária; e
- Acompanhamento técnico da execução da obra, inclusive com emissão de pareceres e atestados.

O profissional fica responsável por conhecer o regulamento do convênio, o termo de convênio e o plano trabalho.
Está disponível no site do Programa Mais Água RS (https://habitacao.rs.gov.br/mais-agua-rs) uma lista de profissionais que manifestaram interesse em atuar nos convênios do programa.

🔴 Erro comum nº2 – Objeto do contrato de construção e testagem do poço:

Não é permitido contratar a instalação definitiva do poço nesta etapa. A testagem do poço (vazão e potabilidade) deverá ser realizada com um bomba-teste da empresa perfuradora, instalada provisoriamente.
Após a conclusão e aprovação da construção e testagem do poço, o projeto para instalação hidráulica definitiva (motobomba, reservatório, canalização etc.) deverá considerar as condições do poço, tais como profundidade do nível d'água, vazão, qualidade da água).

3. ETAPAS POSTERIORES DEPENDEM DE:

- Aprovação da etapa anterior por parte da equipe da Divisão de Poços e Redes (DPR/DEHAB/SEHAB/RS).
- NUNCA dar andamento em etapa sem APROVAR a etapa anterior.

4. OUTRAS ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

- O recurso estadual não pode ser utilizado para obtenção de outorga e rede de distribuição;
- O profissional contratado para a primeira etapa não pode ter vínculo com a empresa perfuradora contratada na segunda etapa;
- O poço deve ser cercado e identificado conforme normas;
- Em caso de poço improdutivo, é obrigatório o tamponamento, bem como o registro no SIOUT-RS.
- Em caso de dúvidas, não hesitem em contatar a equipe técnica da DPR: pocoseredes@sehab.rs.gov.br (51)3288-4685 ou o fiscal do convênio: gilberto-rosa@sehab.rs.gov.br (51)982017271.

ORIENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO – PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO

1. OBJETO DO CONVÊNIO

O convênio tem como objeto a perfuração de poço tubular profundo para abastecimento de água potável e sua instalação (caso o poço resulte produtivo – com relação a potabilidade e vazão). As etapas do convênio são:

- Contratação de profissional habilitado (geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas) para **estudo de locação** e **projeto do poço** e elaboração de **termo de referência**;
- **Construção e testagem** (vazão e potabilidade) do poço tubular profundo, por empresa perfuradora (inclui o tamponamento, se necessário);
- **Projeto de instalação hidráulica** do poço realizado por profissional habilitado; e
- **Construção da instalação hidráulica** do poço acompanhado por profissional habilitado.

2. PONTOS CRÍTICOS DE ATENÇÃO

🔴 Erro comum nº1 – Na contratação do profissional geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas:

O contrato com o profissional deve prever, obrigatoriamente:
- Estudo de locação e projeto do poço;
- Elaboração do termo de referência e planilha orçamentária; e
- Acompanhamento técnico da execução da obra, inclusive com emissão de pareceres e atestados.

O profissional fica responsável por conhecer o regulamento do convênio, o termo de convênio e o plano trabalho.
Está disponível no site do Programa Mais Água RS (https://habitacao.rs.gov.br/mais-agua-rs) uma lista de profissionais que manifestaram interesse em atuar nos convênios do programa.

🔴 Erro comum nº2 – Objeto do contrato de construção e testagem do poço:

Não é permitido contratar a instalação definitiva do poço nesta etapa. A testagem do poço (vazão e potabilidade) deverá ser realizada com um bomba-teste da empresa perfuradora, instalada provisoriamente.
Após a conclusão e aprovação da construção e testagem do poço, o projeto para instalação hidráulica definitiva (motobomba, reservatório, canalização etc.) deverá considerar as condições do poço, tais como profundidade do nível d'água, vazão, qualidade da água).

3. ETAPAS POSTERIORES DEPENDEM DE:

- Aprovação da etapa anterior por parte da equipe da Divisão de Poços e Redes (DPR/DEHAB/SEHAB/RS).
- NUNCA dar andamento em etapa sem APROVAR a etapa anterior.

4. OUTRAS ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

- O recurso estadual não pode ser utilizado para obtenção de outorga e rede de distribuição;
- O profissional contratado para a primeira etapa não pode ter vínculo com a empresa perfuradora contratada na segunda etapa;
- O poço deve ser cercado e identificado conforme normas;
- Em caso de poço improdutivo, é obrigatório o tamponamento, bem como o registro no SIOUT-RS.
- Em caso de dúvidas, não hesitem em contatar a equipe técnica da DPR: pocoseredes@sehab.rs.gov.br (51)3288-4685 ou a fiscal do convênio: andreza-soares@sehab.rs.gov.br (51)99456-5373.

GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária
Departamento de Habitação
Divisão de Poços e Redes

Porto Alegre, 26 de junho de 2026.

Referente: Programa Mais Água RS.
Convênio: FPE Nº 1862/2025
Objeto: A perfuração, construção e instalação hidráulica de 01 poço tubular profundo para abastecimento de água para consumo humano - Localidade Madeireira, 26 famílias.
Convenente: Prefeitura Municipal de Nova Ramada
Interlocução municipal: Simone Chagas Rodrigues
Responsável Técnico: Dóris Ketzer Montardo (Geóloga – CREA/RS 36334)
Fiscal do Convênio: Danielli Copello Dias (Engenheira Civil - DPR/DEHAB/SEHAB)
PROA Mãe: 25/1700-0000905-2

PARECER TÉCNICO
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DA META 1 - ETAPA 1

O presente Parecer Técnico tem por objetivo avaliar a documentação referente à Meta 1 – Etapa 1 do convênio. Trata-se, portanto, da documentação comprobatória da conclusão da primeira etapa do convênio, submetida pela Prefeitura Municipal de Nova Ramada à Divisão de Poços e Redes, com vistas ao atendimento do regulamento vigente quanto à forma e ao conteúdo, especialmente no que se refere às cláusulas 4.4, 7.1.22 e 7.1.26 do termo de convênio.

Diante do exposto, verifica-se que o município apresentou a seguinte documentação:

(I) **Estudo de locação e projeto do poço** - elaborado por Dóris Ketzer Montardo (Geóloga), apresentou o levantamento técnico geológico/hidrogeológico, o local escolhido para a construção de poço e outras especificações para a execução do projeto;

(II) **Termo de referência e planilha orçamentária** - elaborados por Dóris Ketzer Montardo (Geóloga), apresentam regulamento, condicionantes e especificações para a contratação da construção e testagem do poço;

(III) **Contrato de prestação de serviços do profissional habilitado ou consultoria especializada** - o município apresentou contrato com a empresa MONTARDO E NASCIMENTO LTDA;

Documento PROA Assinado

GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária
Departamento de Habitação
Divisão de Poços e Redes

(IV) **Anotação de responsabilidade técnica** - emitida por Dóris Ketzer Montardo (Geóloga);

(V) **Comprovante de notificação à Câmara Municipal e/ou ao conselho local** - o município apresentou comprovante de notificação enviada à Câmara Municipal.

Diante do exposto, consideram-se atendidas as cláusulas 4.4 e 7.1.22 do termo de convênio. Por fim, atesto que a Meta 1 - Etapa 1 do plano de trabalho do convênio FPE nº 1862/2025 encontra-se concluída, não havendo óbices ao prosseguimento para a Meta 1 - Etapa 2.

Ricardo Maahs
Especialista em Infraestrutura - Geólogo
DPR/DEHAB/SEHAB
Matrícula: 4695992/02

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Parecer_M1-E1_Nova Ramada_FPE 1862_2025.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Ricardo Maahs	SEHAB / DIVPROJETOS / 469599202	26/06/2026 14:37:54

Documento PROA Assinado

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

TERMO DE CONVÊNIO
FPE nº 1862/2025

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, E O MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, CONFORME PROCESSO N° 25/1700-0000905-2

O **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, por intermédio da **SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, com sede na Av. Borges de Medeiros 1501, 14º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 49.429.315/0001-48, representada neste ato por seu titular, **SECRETÁRIO ANTÔNIO CARLOS GOMES DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 9066442497, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 021.427.437-30, doravante denominado **CONCEDENTE,** e o MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, com sede na Av. Gustavo König, nº 95, no Município de Nova Ramada/RS, CEP 98.758-000, inscrito no CNPJ sob o nº 01.611.828/0001-49, doravante denominado **CONVENENTE**, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. **Alzevir Lotário de Marchi,** residente na Rua José Speroni, nº 01, no Município de Nova Ramada/RS, portador da Carteira de Identidade nº 2033788189, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 279.332.960-68, com base na Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024, celebram o presente CONVÊNIO, nos termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Convênio tem por objeto **a perfuração, construção e instalação hidráulica de 01 poço tubular profundo para abastecimento de água para consumo humano**, de acordo com o Plano de Trabalho, que é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 O objeto deste Convênio será executado de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelos partícipes, com as cláusulas deste instrumento e com a Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024, e será acompanhado e fiscalizado

de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e sua plena e tempestiva execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos financeiros correrão à conta do seguinte recurso orçamentário, com empenho gravado sob o nº 25006287492, datado de 25/09/2025.

Unidade Orçamentária: 17.10
Projeto/Atividade: 3720
Subtítulo: 3720.00001
Natureza da Despesa: 4.4.40.42.4201
Rubrica: 295
Valor: R$ 100.000,00

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS EM PARCELAS

4.1 Para consecução do objeto, o CONCEDENTE repassará ao CONVENENTE o valor de R$ **100.000,00 (cem mil reais)**, o qual será liberado em **02 (duas) parcelas**.

4.2 Os recursos financeiros serão depositados e geridos em conta específica do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, a qual será movimentada pelo CONVENENTE **exclusivamente para fins deste Convênio**, visando ao pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho ou para aplicação financeira.

4.3 A liberação da **primeira** parcela, de 10% do valor do repasse, pelo CONCENDENTE ocorrerá após a **publicação da súmula do Convênio**.

4.4 A liberação da **segunda e última** parcela, de 90% do valor do repasse, pelo CONCEDENTE fica condicionada à entrega pelo CONVENENTE e aprovação pelo CONCEDENTE dos documentos, listados abaixo, relativos à execução da etapa 1 da meta 1:

4.4.1 estudo de locação e projeto do poço;

4.4.2 termo de referência para contratação da empresa perfuradora;

4.4.3 cópia do contrato de prestação de serviços de profissional habilitado ou consultoria especializada, responsável por: executar estudo de locação e projeto do poço; elaborar o termo de referência; acompanhar e fiscalizar a perfuração, a construção e a testagem do poço; e

4.4.4 Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional responsável; e

4.4.5 comprovantes da emissão e da data de entrega da notificação (item 7.1.12).

4.5 A liberação de **todas as parcelas** fica condicionada à observância dos requisitos previstos no art. 16 da IN CAGE nº 04/2024 e à **inserção dos documentos comprobatórios das despesas já executadas**, nos termos do art. 37 do mesmo diploma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA

5.1 O CONVENENTE deverá alocar, nos termos do art. 14 da IN nº 04/2024 e conforme detalhado no Plano de Trabalho aprovado, a contrapartida:

5.1.1 financeira no valor de R$00,00, parcelada de acordo com o cronograma de desembolso do Plano de Trabalho e proporcionalmente ao valor repassado pelo Estado;

5.1.2 em bens e/ou serviços no valor de R$00,00.

Parágrafo Único. O CONVENENTE fica dispensado de alocação de contrapartida, considerando Decreto Municipal de Emergência nº 5.203/2025, devidamente homologado pelo Estado do Rio Grande do Sul através do Decreto Estadual de nº58.103/2025.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

6.1 Para a consecução do objeto previsto na Cláusula Primeira do presente instrumento, caberá ao CONCEDENTE realizar as obrigações essenciais elencadas no art. 25, I, da IN CAGE nº 04/2024, dentre as quais destacam-se:

6.1.1 transferir os recursos financeiros para conta bancária específica, de acordo com o cronograma de desembolso;

6.1.2 certificar-se da atualização do respectivo registro no Sistema de Monitoramento de Convênios (art. 2º do Decreto nº 56.939, de 20 de março de 2023, c/c art. 16, I, da IN CAGE nº 04/2024);

6.1.3 observar a evolução da execução física do objeto mediante registo de dados, informações, documentos e, principalmente, fotografias anexadas ao Sistema de Monitoramento de Convênios (art. 16, II, da IN CAGE nº 04/2024);

6.1.4 cientificar-se da Declaração de Início da Execução Física e da Declaração de Conclusão da Execução Física (IN CAGE nº 04/2024 – Anexos I e III) no Sistema de Monitoramento de Convênios;

6.1.5 acompanhar a apresentação dos documentos comprobatórios da despesa no Sistema de Prestação de Contas, que deve ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do pagamento.

6.1.6 designar, mediante Portaria, servidor e respectivo suplente para fiscalizar a execução do presente Convênio, com a prerrogativa de orientar e administrar os atos cujos desvios tenham ocasionado prejuízos aos objetivos e metas estabelecidas (art. 30 da IN CAGE nº 04/2024);

6.1.7 exigir a prestação de contas na forma e nos prazos fixados neste instrumento e na legislação em vigor, em especial nos arts. 37 e seguintes da IN CAGE nº 04/2024;

6.1.8 exigir a imediata apresentação dos documentos comprobatórios da execução do Convênio, conforme estabelecido na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA do presente instrumento, ou a devolução total ou parcial, nos termos do art. 38, §3º da IN CAGE nº 04/2024 dos valores transferidos, devidamente atualizados, na forma do art. 42, § 1º, da IN CAGE nº 04/2024, sem prejuízo de instauração de tomada de contas especial, se houver dano ao erário;

6.1.9 analisar e emitir, tempestivamente, parecer sobre a regularidade das contas e da execução do Convênio (art. 25, I, "e", da IN CAGE nº 04/2024);

6.1.10 receber o objeto do Convênio, quando concluído, nos termos avençados, atestando sua efetiva execução (art. 25, I, "f", da IN CAGE nº 04/2024);

6.1.11 no caso de inadimplência ou de paralisação parcial ou total injustificadas, assumir o controle, inclusive dos bens e materiais, bem como a execução do Convênio, podendo transferir a responsabilidade a outro interessado, sem prejuízo das providências legais cabíveis (art. 25, I, "g", da IN CAGE nº 04/2024).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

7.1 Para a consecução do objeto previsto na Cláusula Primeira do presente instrumento, caberá ao CONVENENTE realizar as obrigações essenciais, elencadas no art. 25, II, da IN CAGE nº 04/2024, dentre as quais destacam-se:

7.1.1 executar o objeto conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

7.1.2 registrar, **mensalmente**, no **Sistema de Monitoramento de Convênios Administrativos**, as informações referentes à execução do Convênio, até o **dia 15 (quinze)** de cada mês, tendo como data base o período relativo ao mês anterior, nos termos do art. 26, inciso II, letra "v", da IN CAGE nº 04/2024;

7.1.3 apresentar, por meio do Sistema de Monitoramento de Convênios, a **Declaração de Início da Execução Física** e a **Declaração de Conclusão da Execução Física** (IN CAGE nº 04/2024 – Anexos I e III);

7.1.4 inserir os documentos comprobatórios da despesa no **Sistema de Prestação de Contas** no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do pagamento;

7.1.5 manter e movimentar os recursos financeiros recebidos na conta bancária específica;

7.1.6 aplicar os saldos do Convênio, enquanto não utilizados, em modalidade de aplicação financeira lastreada em títulos da dívida pública;

7.1.7 aplicar os rendimentos da aplicação financeira referida na alínea anterior exclusivamente no objeto do Convênio, destacando-os no relatório e demonstrativos da prestação de contas;

7.1.8 contribuir com a contrapartida pactuada e, no caso de contrapartida financeira, depositá-la conforme os critérios previstos na CLÁUSULA QUINTA;

7.1.9 realizar os pagamentos **mediante transferência** da conta específica para conta bancária de titularidade dos fornecedores e dos prestadores de serviços;
7.1.10 publicar o instrumento convocatório de licitação, no prazo de **90 (noventa) dias**, a contar do recebimento da primeira parcela;
7.1.11 designar, mediante Portaria, servidor e respectivo suplente responsável pelo acompanhamento, registro e fiscalização dos contratos com terceiros para a execução do objeto do Convênio, responsabilizando-se pelos recebimentos provisórios e definitivos;
7.1.12 notificar, no prazo improrrogável de **30 (trinta) dias** após o primeiro repasse dos recursos financeiros, o respectivo conselho local ou a instância de controle social da área vinculada ao programa que originou a transferência, quando houver, e a Câmara Municipal, para fins de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações pactuadas, a qual deverá ser acompanhada, impreterivelmente, de cópia do Plano de Trabalho assinado;
7.1.13 **atestar a execução das obras ao final das METAS 1 e 2, conforme especificações da cláusula décima primeira**;
7.1.14 concluir o objeto conveniado, se os recursos previstos no Convênio forem insuficientes para a sua conclusão, sob pena de ressarcimento do prejuízo causado aos cofres públicos;
7.1.15 apresentar Prestação de Contas dos recursos recebidos, obedecidas as disposições deste instrumento e da IN CAGE nº 04/2024;
7.1.16 devolver os saldos do Convênio e dos rendimentos das aplicações financeiras, por ocasião da prestação de contas ou da extinção do Convênio, que não tiverem sido aplicados no objeto ou cuja regularidade de sua aplicação não restar comprovada, observada a proporcionalidade entre a contrapartida pactuada e o valor repassado pelo CONCEDENTE, conforme guia de arrecadação de código 1146;
7.1.17 devolver, no caso da extinção antecipada do Convênio, os valores transferidos, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, de acordo com a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC - para títulos federais, acumulada mensalmente, até o mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) no mês do pagamento, sem prejuízo das ações legais cabíveis, acrescidos dos rendimentos das aplicações financeiras;
7.1.18 divulgar em seu sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, identificando o número do Convênio e o nome do CONVENENTE, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
7.1.19 garantir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE) e do Tribunal de Contas do Estado aos processos, documentos, informações e locais de execução do objeto;
7.1.20 permitir ao CONCEDENTE, bem como à CAGE e aos órgãos de controle externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica

vinculada ao presente Convênio, não estando sujeita ao sigilo bancário perante o Estado e respectivos órgãos de controle;

7.1.21 comunicar, **tempestivamente**, os fatos que poderão ou estão a afetar a execução normal do Convênio para permitir a adoção de providências imediatas pelo CONCEDENTE;

7.1.22 solicitar o pagamento da **segunda e última parcela** (referente à 90% do valor do repasse) ao CONCEDENTE (item 4.4), logo após a concluir a META 1 – ETAPA 1. A solicitação deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

7.1.22.1 estudos de locação e projeto do poço (conforme item 10.2);

7.1.22.2 termo de referência com planilha orçamentária para contratação da empresa perfuradora (conforme item 10.2);

7.1.22.3 cópia do contrato de prestação de serviços de profissional habilitado ou consultoria especializada (referente ao item 7.1.26), responsável por executar estudo de locação e projeto do poço, elaborar o termo de referência, acompanhar e fiscalizar a perfuração, a construção e a testagem do poço (se inexistir profissional habilitado no quadro da prefeitura);

7.1.22.4 anotação de responsabilidade técnica do profissional responsável (conforme item 10.2);

7.1.22.5 comprovante da emissão e da data de entrega da notificação (referente ao item 7.1.12);

7.1.23 manter as informações cadastrais atualizadas durante a vigência do Convênio;

7.1.24 identificar o produto do convênio através de placa da obra, em local visível aos usuários, conforme o padrão estabelecido pelo CONCEDENTE;

7.1.25 garantir a implementação do **Plano de Sustentabilidade do Objeto** nos termos do art. 2º, XXXIV, da IN CAGE nº 04/2024;

7.1.26 contratar responsável técnico habilitado, geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas, no caso de inexistir profissional com tal qualificação no quadro de servidores da prefeitura, para elaborar os estudos de locação do poço, elaborar termo de referência para contratar empresa perfuradora, assim como fiscalizar a execução e atestar o recebimento provisório e definitivo da obra, sendo que este profissional não poderá ter vínculo com a empresa perfuradora;

7.1.27 submeter à apreciação e aprovação do CONCEDENTE os estudos de locação e o projeto do poço e o termo de referência (conforme item 11.1) para que sejam avaliados pela equipe técnica da CONCEDENTE que emitirá um parecer técnico de avaliação dos documentos;

7.1.28 contratar empresa perfuradora para executar a construção e testagem do poço, conforme as especificações dos estudos de locação e projeto do poço, incluindo:

7.1.28.1 elaborar e instalar placa de obra para identificação do convênio, conforme o padrão estabelecido pelo CONCEDENTE;

7.1.28.2 obtenção de Portaria DRHS/SEMA de Autorização Prévia para construção do poço;

7.1.28.3 perfuração, revestimento (parcial ou total) e selamento sanitário do poço, conforme normas da ABNT;

7.1.28.4 cercamento da área do poço, com área mínima de 4 m²;

7.1.28.5 teste de vazão de 24 horas e recuperação mínima de 80% do nível estático, conforme normas da ABNT;

7.1.28.6 análises físico-química e bacteriológica da qualidade da água, de acordo com as normas da ABNT, Portaria nº 888, de 4 de maio de 2021, do Ministério da Saúde, Portaria nº 415/2023, de 20 de março de 2023, da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul, e padrão DRH/SEMA para Outorga de Direito de Uso da Água;

7.1.28.7 cadastro do Uso da Água do poço no Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT/DRHS/SEMA) da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura;

7.1.29 executar o tamponamento do poço, caso resulte em improdutivo, com água imprópria para consumo humano ou apresente outro problema que inviabilize seu uso, devendo o respectivo procedimento ser registrado no SIOUT/DRHS/SEMA;

7.1.30 submeter à apreciação e aprovação do CONCEDENTE o laudo de conclusão do poço (conforme item 11.3) para que sejam avaliados pela equipe técnica da CONCEDENTE, que emitirá um parecer técnico de avaliação dos documentos;

7.1.31 elaborar o projeto de instalação hidráulica do poço, após a aprovação do laudo de conclusão do poço e caso o mesmo resulte em produtivo e com água própria para consumo humano. O projeto de instalação deverá visar a garantia de disponibilização da água potável em reservatório da comunidade alvo do Convênio, devendo ser elaborado por profissional habilitado da prefeitura ou contratado, no caso de inexistir profissional com tal qualificação no quadro de servidores da prefeitura;

7.1.32 submeter à apreciação e aprovação do CONCEDENTE a documentação para instalação do poço antes de iniciar os procedimentos para instalação de equipamentos para explotação da água. Esta documentação deverá incluir:

7.1.32.1 parecer técnico de aprovação emitido pelo CONCEDENTE referente ao laudo de conclusão do poço (item 7.1.30);

7.1.32.2 plano de sustentabilidade do objeto do Convênio (conforme item 7.1.25);

7.1.32.3 projeto de instalação com memorial descritivo, planta da instalação, orçamento com base na SINAPI e ART (conforme item 11.4);

7.1.33 executar a instalação do poço observando as normas técnicas e legislação, após aprovação dos documentos do item anterior pelo CONCEDENTE, durante a vigência do convênio, devendo incluir:

7.1.33.1 aquisição e instalação de motobomba d’água submersa;

7.1.33.2 quadro de comando elétrico;

7.1.33.3 dosador de cloro;

7.1.33.4 dosador de flúor (caso necessário);

7.1.33.5 filtro (caso necessário);

7.1.33.6 reservatório e torre (caso necessário); e

7.1.33.7 tubulação de ligação poço/reservatório e acessórios.

7.1.34 submeter à apreciação e aprovação do CONCEDENTE o laudo de conclusão da instalação do poço (conforme item 11.5) para que sejam avaliados pela equipe técnica da CONCEDENTE que emitirá um parecer técnico de avaliação dos documentos;
7.1.35 comunicar ao CONCEDENTE, no caso de tamponamento do poço, se o Convênio será encerrado ou se será realizada nova tentativa de perfuração e construção do poço, desde destinada ao atendimento da mesma comunidade. Caso opte por nova tentativa, o CONVENENTE ficará obrigado a reiniciar os trabalhos de locação e projeto, construção e testagem do poço, e, posteriormente, executar a instalação do poço ou o tamponamento, caso resulte em improdutivo, com água imprópria para consumo humano ou apresente outro problema que inviabilize seu uso;
7.1.36 utilizar os recursos do convênio exclusivamente para contratação dos profissionais (itens 7.1.24 e 7.1.31), construção, testagem e registro do poço (item 7.1.28), tamponamento (item 7.1.29), instalação hidráulica do poço (item 7.1.33) e, excepcionalmente, para nova perfuração para atender a mesma localidade (item 7.1.35).

CLÁUSULA OITAVA - DAS VEDAÇÕES

8.1 É vedada a assinatura de outro instrumento jurídico para perfuração de poço entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE, até que o objeto deste Convênio tenha sido aprovado pelo CONCEDENTE e a prestação de contas tenha sido iniciada;
8.2 É vedada a utilização dos recursos do Convênio para construção de rede de distribuição de água e para obtenção de Outorga de direito de uso da água do poço;
8.3 É vedada a utilização do recurso para aquisição de equipamentos e serviços distintos do objeto do convênio;
8.4 É vedada a aquisição de equipamentos para utilização futura, sendo obrigatória a aplicação de todos os itens adquiridos durante a execução das metas;
8.5 É vedada, no desenvolvimento da META 1, a CONVENENTE executar a ETAPA 2, referente à construção e testagem do poço, sem antes obter a aprovação da ETAPA 1, referente aos estudos de locação, projeto do poço e termo de referência, por parte da CONCEDENTE;
8.6 É vedada A CONVENENTE a iniciar os procedimentos referentes à META 2, referente à instalação do poço, sem antes obter a aprovação completa da META 1 e demais documentos indicados no item 7.1.33.
8.7 É vedada, no desenvolvimento da META 2, a CONVENENTE a executar a ETAPA 2, referente à execução da instalação do poço, sem antes obter a aprovação da ETAPA 1, referente ao projeto de instalação do poço, por parte da CONCEDENTE.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1 O prazo de vigência do presente instrumento será de 18 (DEZOITO) meses (548 dias), a contar da data da publicação de sua súmula no Diário Oficial do Estado.

9.2 A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação de sua súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

10.1 Este instrumento poderá ser alterado, por meio de termo aditivo, havendo concordância entre os partícipes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada, no mínimo, **60 (sessenta) dias** antes do término de sua vigência, vedada a alteração do objeto.

10.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, desde que haja manifestação do fiscal do Convênio, e que a CONVENENTE apresente:

10.1.1.1 os motivos detalhados que justifiquem o atraso ocorrido na execução e o prazo de prorrogação solicitado;

10.1.1.2 as ações que já foram realizadas para sanar os motivos apresentados como justificativa para o atraso;

10.1.1.3 extrato da conta corrente bancária específica, quando não disponibilizado automaticamente;

10.1.1.4 descrição detalhada dos itens do Plano de Trabalho que já tenham sido executados, assim como daqueles que ainda o serão, contendo a porcentagem da execução do objeto e a porcentagem dos valores já realizados;

10.1.1.5 comprovante da emissão e da data de entrega da notificação descrita na CLÁUSULA SÉTIMA, item 7.1.12, deste Convênio;

10.1.1.6 comprovante da publicação do instrumento convocatório de licitação no prazo estabelecido, bem como de sua prorrogação, se houver;

10.1.1.7 levantamento fotográfico da obra executada; e

10.1.1.8 comprovação do preenchimento tempestivo das informações no Sistema de Monitoramento de Convênios e no Sistema de Prestação de Contas.

10.1.2 A apresentação do previsto nos itens 10.1.1.5, 10.1.1.6 e 10.1.1.7 será **dispensada** quando já devidamente anexados ao Sistema de Monitoramento de Convênios.

10.2 O instrumento poderá ser prorrogado de ofício pelo CONCEDENTE quando houver atraso de repasse financeiro de qualquer parcela, desde que o convenente não haja contribuído para tal, conforme previsto no inciso I, Artigo 23 da IN 04/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FORMA DE CUMPRIMENTO DO OBJETO

11.1 O cumprimento do objeto do presente Convênio será comprovado através de documentação técnica submetida pela CONVENENTE para apreciação da CONCEDENTE após o cumprimento específico de cada meta e etapa;

11.2 META 1 – ETAPA 1: Os estudos de locação, projeto de poço e elaboração de termo de referência, por profissional habilitado, devem seguir as normas técnicas da ABNT e diretrizes do DRHS/SEMA, devendo conter:

11.2.1 caracterização geológica e hidrogeológica da região;
11.2.2 planta de localização ou croqui;
11.2.3 coordenadas geográficas do ponto de perfuração;
11.2.4 perfil construtivo e litológico;
11.2.5 especificações da perfuração, revestimento, preenchimento do espaço anular, selamento sanitário (incluindo laje) e cercamento;
11.2.6 estimativa de vazão;
11.2.7 especificações do teste de vazão;
11.2.8 especificações do teste de potabilidade (análises físico-química e bacteriológica);
11.2.9 termo de referência com tabela orçamentária;
11.2.10 anotações de responsabilidade técnica (ARTs).

11.3 META 1 – ETAPA 2: Construção do poço tubular profundo, por empresa perfuradora.

11.3.1 Caso o poço resulte **produtivo e com água própria para consumo humano**, apresentar o **laudo de conclusão do poço** de acordo com as diretrizes da DPR/DEHAB/SEHAB, devendo, no mínimo, conter:

11.3.1.1 parecer conclusivo do técnico responsável (geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas);
11.3.1.2 portaria DRHS/SEMA de Autorização Prévia para construção do poço;
11.3.1.3 perfil construtivo e litológico;
11.3.1.4 relatório do teste de vazão;
11.3.1.5 análises físico-química e bacteriológica;

11.3.1.6 relatório fotográfico, incluindo comprovação da placa da obra instalada (item 7.1.24);

11.3.1.7 comprovante de cadastro do poço no SIOUT/DRHS/SEMA;
11.3.1.8 anotações de responsabilidade técnica (ARTs);

11.3.2 Caso o poço resulte em improdutivo ou com água imprópria para consumo humano, o **laudo de conclusão do poço tamponado** de acordo com as diretrizes da DPR/DEHAB/SEHAB, deve, no mínimo, conter:

11.3.2.1 parecer conclusivo do técnico responsável (geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas);
11.3.2.2 portaria DRHS/SEMA de Autorização Prévia para construção do poço;
11.3.2.3 perfil construtivo e litológico;
11.3.2.4 relatório fotográfico, incluindo comprovação da placa da obra instalada (item 7.1.24);
11.3.2.5 relatório de tamponamento;

11.3.2.6 comprovante de registro do tamponamento no SIOUT/DRHS/SEMA;
11.3.2.7 anotações de responsabilidade técnica (ARTs);

11.4 META 2 – ETAPA 1: O **projeto de instalação hidráulica do poço**, realizado por profissional habilitado, deve conter:
11.4.1 memorial descritivo;
11.4.2 planta da instalação;
11.4.3 orçamento com base na SINAPI;
11.4.4 anotações de responsabilidade técnica (ARTs);

11.5 META 2 – ETAPA 2: Construção da instalação hidráulica do poço acompanhado por profissional habilitado, devendo apresentar o **laudo de conclusão da instalação hidráulica do poço** que deve conter:
11.5.1 projeto de instalação hidráulica do poço “as built”;
11.5.2 relatório fotográfico;
11.5.3 anotações de responsabilidade técnica (ARTs);

11.6 No caso da META 1 – ETAPA 2 resultar em poço **improdutivo ou com água imprópria para consumo humano**, o objeto poderá ser considerado concluído apenas com a apresentação dos itens 11.2 e 11.3 e sem a realização da META 2 (itens 11.4 e 11.5). Na hipótese do CONVENENTE realizar uma nova tentativa de construção do poço (item 7.1.35), esta comporá o objeto do convênio e estará sujeita às comprovações das metas 1 e 2 (itens 11.2 a 11.5);

11.7 A CONCEDENTE poderá, complementarmente, através da Equipe Técnica, realizar vistoria(s) técnica(s) para verificação do cumprimento do objeto;

11.8 Outros documentos adicionais poderão ser solicitados pela CONCEDENTE, a qualquer momento, inclusive na prestação de contas, a fim de comprovar a realização do objeto do Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 A execução do presente Convênio será monitorada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena e tempestiva execução do objeto, devendo haver designação do Fiscal do Convênio e respectivo suplente por meio de Portaria do titular do CONCEDENTE.

12.1.1 O CONCEDENTE terá o prazo de até **10 (dez) dias** para emitir, por meio de apostila no sistema FPE, Portaria publicada no Diário Oficial do Estado designando o substituto de Fiscal que tenha incorrido em incompatibilização durante a vigência do Convênio.

12.1.2 O monitoramento será realizado por meio do Sistema de Monitoramento de Convênios Administrativos, instituído pelo Decreto nº 56.939, de 20 de março de 2023, com a finalidade de monitorar a execução dos Convênios administrativos celebrados pelo Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, na condição de CONCEDENTE, mediante registro de dados, informações, documentos e fotografias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 O ônus de comprovar a regularidade da aplicação dos recursos públicos compete ao CONVENENTE, por meio de documentação comprobatória de que os gastos foram efetuados de acordo com os objetivos pactuados.

13.1.1 A prestação de contas será realizada no **Sistema de Prestação de Contas**, por meio do Portal de Convênios e Parcerias.

13.1.2 A prestação de contas inicia-se **concomitantemente** com a liberação da primeira parcela do repasse estadual.

13.1.3 A inserção dos documentos comprobatórios da despesa no Sistema de Prestação de Contas deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do pagamento.

13.1.4 A Prestação de Contas deverá conter os documentos mencionados no art. 39 da IN CAGE nº 04/24, dentre os quais destacam-se:

13.1.4.1 fotografias da execução do serviço, **salvo** se já tiverem sido fornecidas pelo convenente por meio do Sistema de Monitoramento de Convênio;

13.1.4.2 termo de Compatibilidade Físico-Financeira, quando se tratar de obra não concluída, que demonstre a situação física da obra em relação aos recursos repassados, inclusive a contrapartida do executor e/ou do convenente;

13.1.4.3 relação dos bens construídos à conta do Convênio, indicando o seu destino final, quando estabelecido no instrumento;

13.1.4.4 termo de conclusão da obra ou de recebimento definitivo; e

13.1.4.5 certidões de quitação dos encargos incidentes sobre a obra, na forma da legislação em vigor e o documento hábil expedido pelo Poder Público Municipal em relação à liberação da obra para uso e utilização, em observância aos fins autorizados, quando for o caso.

13.1.5 A Prestação de Contas também deverá conter:

13.1.5.1 Documento que torna a área do poço em área de utilidade pública, ou, no caso de propriedade privada, através de Termo de concessão de uso por tempo indeterminado e respectiva servidão de passagem para acesso ao local;

13.1.5.2 Projeto básico de rede distribuição de água, incluindo planta de situação e localização, planta da rede de abastecimento de água, memorial descritivo e ART's, no caso do poço abastecer uma rede de água ainda não existente;

13.1.5.3 Caso o poço abasteça uma rede existente, apresentar um relatório, assinado por profissional habilitado (p.ex. engenheiro civil, geólogo, engenheiro de minas, engenheiro geólogo), informando que o poço atenderá rede de água existente e em funcionamento, acompanhado de croqui com identificação do poço com as coordenadas geográficas, do reservatório, da canalização de ligação entre eles e indicação de saída "para rede existente".

13.1.6 Os documentos fiscais comprobatórios das despesas realizadas devem ser emitidos em nome do CONVENENTE, **com identificação do número do respectivo Convênio**;
13.1.7 Os documentos fiscais devem conter ateste, efetuado por servidor competente devidamente identificado, do recebimento de materiais e/ou da prestação de serviços.
13.1.7.1 Não sendo possível o ateste no corpo do documento fiscal, sua formalização deve ocorrer em **documento específico**.
13.1.8 Estarão sujeitas à glosa as despesas cujos documentos fiscais não atenderem ao disposto no item 12.1.6 e 12.1.7.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS BENS REMANESCENTES

14.1 Os bens porventura adquiridos, produzidos, transformados, construídos, reformados ou ampliados com recursos oriundos deste Convênio e remanescentes na data de sua conclusão ou extinção serão de propriedade do ***CONVENENTE.***

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

15.1 O presente Convênio poderá ser denunciado por iniciativa dos partícipes a qualquer tempo, mediante prévia e expressa comunicação, por escrito, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, independentemente deste prazo, rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pelos motivos previstos no art. 42 da IN CAGE nº 04/24.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 As controvérsias que ocorrerem durante a vigência deste instrumento serão solucionadas pelas áreas técnicas, indicadas pelos Partícipes, e poderão ser objeto de autocomposição no Centro de Conciliação e Mediação do Estado, nos termos da Lei nº 14.794/15 e da Resolução nº 112/16/PGE. Em não sendo possível a autocomposição, eventual conflito decorrente do presente instrumento será dirimido judicialmente, elegendo os partícipes, para tanto, o Foro da Comarca de Porto Alegre.
16.2 E, por estarem justos e acertados, os Partícipes lavram o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, seguindo-se as demais exigências e formalidades legais, para que produza os seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, _____ de _____ de _____.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

ANTÔNIO CARLOS GOMES DA SILVA

Secretário de Habitação e Regularização Fundiária

ALZEVIR LOTARIO DE MARCHI:27933296068
Assinado de forma digital por ALZEVIR LOTARIO DE MARCHI:27933296068
Dados: 2025.12.10 09:44:03 -03'00'

ALZEVIR LOTÁRIO DE MARCHI

Prefeito Municipal de Nova Ramada

TESTEMUNHAS:

1) Assinatura _____

Nome:

CPF:

2) Assinatura _____

Nome:

CPF:

MNGE
MONTARDO E NASCIMENTO LTDA ME
Geologia, Geografia, Engenharia, Biologia e Meio Ambiente
(55) 99131 0936 - (55) 99962 4436

Termo de referência para procedimento licitatório para a contratação da empresa perfuradora do POÇO TUBULAR PROFUNDO NA LOCALIDADE DE MADEIREIRA 2, NOVA RAMADA, RS

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:
DORIS KETZER MONTARDO – GEÓLOGA
CREA-RS 36.334

JURANDI DE FÁTIMA CORDEIRO DO NASCIMENTO – GEÓGRAFA
CREA-RS 144.348

MONTARDO E NASCIMENTO ME
Rua Atílio Bertoldo, 204. Sala 01
98700-000 Ijuí, RS
mn.geo@hotmail.com
(55) 33338141 (55) 991310936, (55) 999624436

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 3
2. O POÇO PREVISTO 3
2.1. DADOS INICIAIS DO POÇO 3
2.2. LOCALIZAÇÃO DO POÇO 4
3. TERMO DE REFERÊNCIA DAS OBRAS E SERVIÇOS 4
3.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA CONTRATAÇÃO DE PERFURAÇÃO DO POÇO TUBULAR 4
3.1.1. REQUISITOS 5
3.1.2. OBJETO 7
3.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA 7
3.2. CONDIÇÕES GERAIS 7
3.2.1. DA CONSTRUÇÃO DO POÇO 7
3.2.2. DO MÉTODO DE PERFURAÇÃO 8
3.3.3. DA CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS 8
3.2.4. DA PROFUNDIDADE DO POÇO TUBULAR E DIÂMETRO DE COMPLETAÇÃO 8
3.2.5. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS E MATERIAIS 9
3.2.6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DA OBRA 9
3.2.7. DO POÇO TUBULAR PERDIDO 9
3.2.8. DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA 10
3.3. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS 11
3.3.1. DTM E PREPARAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS 11
3.3.2. DOS REVESTIMENTOS E FILTROS 12
3.3.3. DOS CENTRALIZADORES 12
3.3.4. DO DESENVOLVIMENTO DO POÇO PERFURADO PELO MÉTODO ROTO-PNEUMÁTICO 12
3.3.5. DA LAJE DE PROTEÇÃO, TUBO PROTETOR E CERCAMENTO DE PROTEÇÃO 14
3.3.6 TESTE DE VAZÃO, ANÁLISE DE ÁGUA E CADASTRO 14
3.3.7. DO RELATÓRIO TÉCNICO CONSTRUTIVO 15
3.3.8. DO QUADRO ELÉTRICO DE COMANDO 15
3.3.9. DA PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA 16
3.3.10. PROJETO CONSTRUTIVO PARCIALMENTE REVESTIDO 17
4.ANEXO: ART CREA RS Número 13892953 19
5. CONSULTAS BIBLIOGRÁFICAS 19
6. RESPONSABILIDADE TÉCNICA 19

MONTARDO E NASCIMENTO LTDA ME
Geologia, Geografia, Engenharia, Biologia
e Meio Ambiente
(55) 99131 0936 - (55) 99962 4436

1. INTRODUÇÃO

Este documento acompanha o projeto de abertura de um poço tubular profundo na localidade de Madeireira, próximo ao Arroio Faxinal, no Município de Nova Ramada, RS.

Objetiva atender os requisitos técnicos para execução completa e adequada, fundamentados nas Normas Técnicas exigidas pelo Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura, quais sejam: NBR 12.212. e NBR 12.244.

Os dados do proprietário são:

Empreendedor: Município de Nova Ramada
CNPJ: 016118280001-49
Endereço: Avenida Gustavo Konig, 95 **CEP** 98758 971

2. O POÇO PREVISTO

2.1. DADOS DO POÇO

O poço está previamente cadastrado no SIOUT (Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul) sob o número 2026/007.123, com Portaria de autorização prévia nº 004.764/2026.

Planejado com as seguintes características previstas:

1) Tipo de poço: Poço tubular;
2) Tipo de aquífero: Fraturado;
3) Bacia hidrográfica: Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí;
4) Sistema aquífero: Serra Geral I;
5) Coordenadas geográficas: -28,0353 ° / -53,7170°; 461 m;
6) Finalidade de uso: Abastecimento público;
7) Previsão de total de dias/ano: 365 dias;
8) Volume médio mensal previsto: 486,7 m³;

MONTARDO E NASCIMENTO LTDA ME
Geologia, Geografia, Engenharia, Biologia e Meio Ambiente
(55) 99131 0936 - (55) 99962 4436

9) Vazão média mensal prevista: 8 m³/h;

10) Horas de bombeamento diário: 2:00 h/dia;

11) Total de horas/ano previsto: 730 horas;

12) Volume total anual previsto: 5.840 m³;

13) Vazão média diária prevista: 16 m³/dia;

14) Vazão máxima diária prevista: 16 m³/dia.

2.2. LOCALIZAÇÃO DO POÇO

O Município encaminhou pedido da marcação na área que necessita do abastecimento.

Indicada na referência de coordenadas geográficas no DATUM SIRGAS 2000: LATITUDE SUL 28,035331 °' e LONGITUDE OESTE W 53,71702°'.

O detalhamento encontra-se no PROJETO CONSTRUTIVO PARA POÇO TUBULAR PROFUNDO.

Já existe nas proximidades disponibilidade de rede de energia elétrica.

3. TERMO DE REFERÊNCIA DAS OBRAS E SERVIÇOS

Para a contratação de empresa jurídica e tecnicamente habilitada para perfuração e construção de poço tubular profundo parcialmente revestido em rochas duras pelo método roto-pneumático na localização prevista, na zona rural de Nova Ramada, Rio Grande do Sul, observando as normas técnicas brasileiras em vigor, em particular as ABNT NBRs 12.212 e 12.244.

3.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA CONTRATAÇÃO DE PERFURAÇÃO DO POÇO TUBULAR

MONTARDO E NASCIMENTO LTDA ME
Geologia, Geografia, Engenharia, Biologia
e Meio Ambiente
(55) 99131 0936 - (55) 99962 4436

3.1.1. REQUISITOS

O objeto será atendido conforme:

- Especificações Técnicas – Projeto Básico deste documento;
- Normas Técnicas da ABNT;
- Normas e Procedimentos do Ministério do Trabalho;
- Resoluções do CONAMA (Conselho Nacional do Meio-Ambiente);
- Instruções para Sinalização Rodoviária do DAER e DNIT;

Além das obrigações descritas nas cláusulas contratuais, a Contratada deverá:

- providenciar o Diário de perfuração para que as partes registrem os serviços diários, as alterações ocorridas e os fatos relevantes;
- providenciar a limpeza final, que deverá ser aprovada pelo Fiscal do Contrato;
- atender às solicitações do Fiscal do Contrato;
- apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) tantas quantos forem necessárias;
- depositar os rejeitos de obra em local adequado licenciado;
- comunicar o Fiscal do Contrato (com antecedência suficiente) sobre possíveis intervenções nas vias públicas. Também solicitar a este que comunique o órgão municipal competente;
- fornecer material, mão de obra e equipamentos necessários a completa e adequada execução do objeto;
- exercer a supervisão e a administração dos serviços;
- respeitar e promover as Normas de Segurança e de Medicina do Trabalho;
- disponibilizar EPI's e EPC's adequados e convenientes para execução dos trabalhos, tendo estes Certificados de Aprovação (CA);
- promover e cumprir a Gestão dos Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Resolução do CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002. Tem-se, ainda, que observar, prevenir e fazer cumprir os artigos 46, 49 e 60 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- manter como Responsável Técnico, na execução do contrato, o mesmo profissional detentor do atestado de responsabilidade técnica, para atendimento à qualificação técnico-profissional da fase de habilitação do processo licitatório, ou outro profissional que atenda os mesmos requisitos previstos no edital, desde que aprovado pela administração;

• utilizar vestimenta regulamentada para o trabalho;

• utilizar, empregar e implementar Equipamentos de Proteção Coletivas (EPC);

• utilizar equipamentos de Proteção Individuais (EPI's) mínimos, necessários e adequados para o ambiente de trabalho, a exemplificar: máscara para vapores orgânicos; luvas nitrílicas; botinas de segurança contra riscos mecânicos e elétricos; macacão sanitário, capacete entre outros;

• estar ciente dos procedimentos de segurança estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e possuir todos os equipamentos de segurança exigidos, além de ferramentas e materiais de montagem apropriados.

Quanto à comunicação da Contratada com a Contratante:

- A Contratada indicará e nomeará o seu preposto o qual será o responsável pelas comunicações junto à Contratante que, por sua vez, indicará e nomeará o Fiscal do Contrato com as atribuições específicas para responder naquilo que lhe couber perante o Contrato.

- Toda comunicação para atendimento ao objeto do Contrato será entre o preposto da Contratada e o Fiscal do Contrato da Contratante.

- A Contratada deverá atender às solicitações do Fiscal do Contrato.

- A Contratada poderá solicitar que o Fiscal do Contrato formalize tais solicitações.

Quanto ao Fornecimento dos itens listados na Planilha Orçamentária:

- A Contratada fornecerá os materiais e/ou equipamentos relacionados e quantificados na Planilha Orçamentária conforme suas respectivas Especificações Técnicas, com todos os componentes de fábrica, necessários e suficientes às instalações e montagens, cabendo-lhe, integralmente, a responsabilidade pela compra, carga, transporte, descarga e depósito, ficando a CONTRATANTE isenta de quaisquer obrigações provenientes do fornecimento dos materiais.

- A medição e o pagamento serão conforme a verificação pelo fiscal do contrato quando da conclusão técnica da obra.

Inspeções e Testes:

-O serviço terá acompanhamento técnico por geólogo/engenheiro de minas/engenheiro geólogo da CONTRATADA no que se refere à adequação dos serviços ao que é proposto contratualmente e que segue aos princípios das técnicas do estado de arte da perfuração de poços tubulares, seguindo a normatização da ABNT.

Quanto ao acompanhamento das inspeções e testes:

As inspeções e testes deverão ter acompanhamento técnico da CONTRATADA ou por profissionais por ela indicado.

Quanto às despesas com os inspetores da CONTRATADA, as despesas com veículo, combustível, alimentação e pernoite e demais gastos pessoais serão por conta da CONTRATADA.

3.1.2. OBJETO

Contratação dos serviços de perfuração e instalação de poço tubular parcialmente revestido, abrangendo rochas friáveis (intemperizadas) nos primeiros metros e rochas duras (pouco alteradas) no restante, pelo método roto-pneumático.

3.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA

A Contratada deve:

- estar registrada no Conselho Regional de Engenharia competente, da empresa e de seus responsáveis técnicos (geólogo e/ou engenheiro de minas);

- comprovar que possui capacidade técnica-profissional do(s) responsável(is) técnico(s) da empresa, por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo Conselho Regional de Engenharia, que comprove experiência na execução de serviço com característica igual ou semelhante;

- assumir toda a responsabilidade técnica e civil sobre as obras a serem executadas, nos termos das leis vigentes, inclusive com emissão das ART correspondente para o poço tubular perfurado;

- cumprir todas as leis e normas trabalhistas e da previdência social para com seus empregados e/ou terceiros, inclusive em casos de acidentes.

Eventuais danos causados ao meio ambiente, ou a outros bens, inclusive de terceiros, deverão ser reparados à custa da CONTRATADA.

3.2. CONDIÇÕES GERAIS

3.2.1. DA CONSTRUÇÃO DO POÇO

A construção do poço deverá estar de acordo com as normas NBR 12.212 e 12.244 da ABNT e o Projeto Construtivo de Poço Tubular, em condições específicas desde que devidamente autorizado pelo fiscal da obra designado pelo CONTRATANTE.

3.2.2. DO MÉTODO DE PERFURAÇÃO

A perfuração deverá ser executada pelos métodos de sondagem roto-pneumáticos em rochas duras e/ou rotativos em rochas friáveis, em conformidade com o Projeto Construtivo em anexo.

3.3.3. DA CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a relação dos seus equipamentos de perfuração com sua capacidade mínima conforme segue:

- Pull back = 27.000 Kgf;
- Pull down =10.000Kgf;
- Capacidade de perfuração = 150 metros em 12 polegadas em rochas basálticas consolidadas.

3.2.4. DA PROFUNDIDADE DO POÇO TUBULAR E DIÂMETRO DE COMPLETAÇÃO

Nestas condições, para poço parcialmente revestido perfurado em rochas consolidadas, a profundidade final de cada poço será entre 150 e 200 metros, com o início da perfuração em 12 polegadas até penetrar pelo menos 20 metros em rocha dura e não desmoronável, a partir daí a complementação da perfuração será em 6 polegadas até a profundidade final. Sempre de acordo com as especificações mínimas estabelecidas pelas normas da ABNT para este tipo de poço: parcialmente revestido em aquífero fissural/fraturado estável.

MN GE MONTARDO E NASCIMENTO LTDA ME
Geologia, Geografia, Engenharia, Biologia e Meio Ambiente
(55) 99131 0936 - (55) 99962 4436

3.2.5. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS E MATERIAIS

As medições serão acompanhadas e deverão respeitar o prazo contratual e o preço unitário de cada item em conformidade com o especificado no Demonstrativo da Composição do Custo Unitário.

A formação do custo final do poço só levará em consideração os diâmetros finais de execução do poço concluído, não sendo possível o pagamento de perfuração piloto em diâmetro a menor mais a reabertura para o diâmetro final.

3.2.6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DA OBRA

O recebimento do poço tubular será de responsabilidade dos fiscais de obra designados pelo Município de Nova Ramada e se dará em duas etapas: a provisória e a definitiva, sendo:

a) A provisória: Recebimento considerado provisório será feito após vistoria em campo dos fiscais responsáveis para o acompanhamento das obras, e da entrega do Relatório Técnico Construtivo, conforme normas da ABNT

b) A definitiva: O recebimento considerado definitivo deverá ser feito pelo contratante em um prazo mínimo de um mês quando constatadas condições adequadas para montagem e operação do poço após executado o teste de bombeamento no poço e verificado que o mesmo não apresentou problemas de cunho construtivo.

3.2.7. DO POÇO TUBULAR PERDIDO

No caso que venha a ocorrer perda / trancamento de ferramental, ou no caso de dificuldades construtivas, ou por outro motivo qualquer, ou ainda que a CONTRATADA tenha que paralisar ou abortar a perfuração deste poço, deverá a CONTRATADA providenciar o preenchimento do poço com uma mistura composta de argamassa de cimento e brita às suas expensas e fechamento de proteção conforme normas do SIOUT/DRHS/SEMA RS.

Observação: Podem ser retirados ou recuperados os materiais investidos, tais como revestimentos e tubos de boca, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE. Os materiais removidos ou recuperados não poderão ser reutilizados em nenhum outro poço da CONTRATANTE, sem prévia autorização do fiscal da obra.

3.2.8. DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA

A fiscalização da obra será efetuada por equipe técnica da CONTRATANTE ou por esta designada. A CONTRATADA deverá apresentar cronograma de execução da obra, onde constem:

- Previsão de início e fim da obra;
- Preparação do canteiro de obras;
- Perfuração;
- Descida da coluna final;
- Desenvolvimento;
- Desinfecção;
- Selo Sanitário; e
- Tampa protetora.

Para cada atividade a ser iniciada na obra, a CONTRATADA deverá ser autorizada pelo fiscal designado pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá manter na obra um Boletim Diário de Perfuração, com notação de todas as atividades e materiais empregados, com cópia para a fiscalização.

O uso de materiais, ferramentas ou procedimentos fora das especificações resultará em paralisação da obra até que a situação seja regularizada. Os custos decorrentes dessa paralisação serão por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA ficará obrigada a executar a obra de acordo com as especificações que constam neste Termo de Referência. Eventuais alterações no projeto construtivo do poço tubular somente poderão ser feitas a pedido da CONTRATANTE com concordância por escrito da fiscalização.

A CONTRATADA se obriga a aceitar todos os métodos de inspeção necessários para as medições e fiscalizações da obra.

Constituem atribuições da fiscalização do CONTRATANTE, plenamente aceitas pela CONTRATADA:

- Ter livre acesso a todos os materiais, serviços e informações sobre a obra, bem como solicitar a retirada de empregado da CONTRATADA que dificultar a fiscalização;
- Exigir a execução da obra de acordo com as especificações e/ou modificações indicadas pelo CONTRATANTE;
- Rejeitar os serviços executados e/ou materiais fora das especificações ou modificações ou ainda fora das normas ABNT;
- Rejeitar serviços com não atendimento de obrigações legais (em especial as ambientais) ou aqueles a que a fiscalização não teve acesso ou não foi comunicada;

- Rejeitar serviços que resultem em perda de poço por problemas técnicos construtivos.
- Determinar o aumento, diminuição ou eliminação serviços, de acordo com a boa técnica para o melhor aproveitamento ou não do poço;
- Realizar medições se e quando julgar conveniente, assim como registros fotográficos.

3.3. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

3.3.1. DTM E PREPARAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS

As operações de Desmonte, Transporte e Montagem dos equipamentos de sondagem, bem como a preparação do canteiro de obras os acessos, vigilância, energia elétrica e água correrão por conta da CONTRATADA.

O canteiro de obras deverá ser convenientemente isolado, para impedir a entrada de pessoas não autorizadas para a prevenção de acidentes.

Os equipamentos, ferramentas e materiais deverão estar devidamente organizados. Os materiais a serem empregados na obra, tais como tubos de boca, revestimentos, filtros, pré-filtros e centralizadores deverão estar no canteiro de obras quando do início da perfuração.

Não será permitido o uso de equipamentos estragados ou defeituosos ou ainda materiais de quaisquer naturezas que possam representar risco ambiental por acondicionamento inadequado.

A CONTRATADA se obriga a manter o espaço reservado para o abrigo, apoio e descanso de seus colaboradores em perfeitas condições de uso e operação. Comprometendo-se a disponibilizar espaço adequado para descanso, convívio e higiene pessoal, bem como compromete-se a manter a manutenção em dia e o pleno funcionamento de todos os utensílios destes espaços de convivência.

Encerrada a obra, a CONTRATADA deverá providenciar a limpeza do terreno, que deverá ficar limpo, sem marcas de veículos, livre de rejeitos de perfuração, os tanques de lama deverão ser adequadamente eliminados e preenchidos com o material previamente removido para a execução dos mesmos, resíduos de cimento deverão ser removidos bem como materiais plásticos e quaisquer tipos de lixo ou de materiais inservíveis. Cercas e outras benfeitorias que por acaso tenham sido removidas ou danificadas deverão ser recuperadas pela CONTRATADA.

3.3.2. DOS REVESTIMENTOS E FILTROS

A CONTRATADA deverá fornecer os tubos de revestimento e filtros conforme especificados no Projeto Construtivo em conformidade com a Planilha de Orçamento Básico. A CONTRATADA deverá manter peças de metragens variadas de revestimentos e filtros para mais opções de montagem da coluna, conforme as características do material rochoso e necessidades técnicas. Os materiais deverão ser novos, sem defeitos e de conformidade com as normas ABNT e/ou especificações técnicas. Caso a CONTRATANTE tenha dúvidas sobre a qualidade do material ofertado, reserva-se o direito de solicitar testes nos materiais. Neste caso, as despesas daí decorrentes correrão por conta da CONTRATADA.

3.3.3. DOS CENTRALIZADORES

Deverão ser usados centralizadores tipo cestos, em aço resistente para a finalidade, com no mínimo cinco (5) pernas, espaçados a cada vinte (20) metros nos tubos lisos e a cada quatro (4) metros nos filtros (topo e base), fornecidos pela CONTRATADA e de acordo com o Projeto Construtivo, Item 2.4.

3.3.4. DO DESENVOLVIMENTO DO POÇO PERFURADO PELO MÉTODO ROTO-PNEUMÁTICO

São especificações técnicas para este tipo de poço tubular:

- Profundidade: até 200m;
- Dni: 12”;
- Dnf: 8’’;
- Colocação de tubo de ferro calandrado para escoramento do solo (até pelo menos 10 m);
- Tubulação de revestimento (Geomec. – Std. – Dn 6”): 20 m;
- Lage de proteção superficial (1 m² de área x 10 cm de espessura);
- Tampa superior / Cap superficial;
- Selo Sanitário (coluna calda de cimento): 20 m;

- Norma – ABNT – NBR 12244 (construção de poço tubular para captação de água subterrânea);
- Execução de teste de vazão (24h) conforme Norma ABNT – NBR 12212 e com apresentação da planilha de teste com recuperação do nível d'água de até 80%;
- Coleta e análise físico-química e microbiológica da água conforme padrão SIOUT-DRHS -SEMA para Outorga de Regularização, incluindo teor de Arsênio;
- Cercamento do poço com portão de acesso – mínimo de 2 x 2 m².

É a descrição dos serviços:

"O serviço de perfuração de poços tubulares deverá iniciar com DN 12" até no mínimo 20 metros de profundidade. Nos primeiros 06 metros deverá ser utilizada tubulação de ferro calandrado para escoramento do solo. A seguir deverá ser colocada até 20 metros de tubulação de revestimento geomecânico DN 6'' modelo STD "ou a metragem que for necessária" para a correta vedação de possível infiltração de água superficial comprometida micro biologicamente, no espaço anelar de perfuração deverá ser injetada calda de cimento (selo sanitário) até os 20 metros ou a profundidade que for necessária para a correta vedação de possível infiltração de água superficial.

A seguir, os serviços de perfuração deverão ter continuidade em DN 12" até os metros no máximo necessários (profundidades acima dos 200 metros deverão ser autorizados previamente pelo Município), sendo que as mudanças no material/rocha perfurados (cor, textura, granulação, granulometria, etc.) deverão constar no boletim de perfuração da obra, como também deverão ser assinaladas as entradas d'água, bem como o nível estático aproximado que ocorrerem durante os trabalhos de perfuração. Também deverá ser executado o desenvolvimento do poço pelo tempo adequado (mínimo 2 a 3 horas) para proporcionar a correta desobstrução das entradas de água, bem como, a limpeza preliminar do mesmo.

Na etapa de finalização da obra, deverá ser executada a laje de proteção superficial que deverá ter 10 cm de espessura e 1 m² de área no entorno da tubulação de revestimento que estará no mínimo a 50cm de altura do solo e com tampa superficial (ABNT – NBR 12244).

Após o encerramento das atividades de perfuração descritas acima, a empresa perfuradora deverá executar o teste de vazão (24h) mais o período de recuperação do nível d'água até 80% conforme ABNT – NBR 12212. O relatório será acompanhado da ART do profissional responsável, devidamente registrada e com as assinaturas.

Na conclusão deverá providenciar a correta coleta da água para a realização das análises físico-químicas e microbiológicas conforme padrão da Outorga de Regularização SIOUT– DRHS – SEMA." Incluindo teor de Arsênio.

A desinfecção final deverá ser feita com solução clorada, em quantidade tal que permita concentração de 50mg/l de cloro livre por pelo menos 2 horas, devendo ser introduzida por tubos auxiliares, caso existam, e/ou solução para ser introduzida pela boca do poço.

De acordo com a NBR 12.244, se a solução utilizada for hipoclorito de sódio, deverá ser aplicado 0,5 litro dela por metro cúbico de água no poço.

3.3.5. DA LAJE DE PROTEÇÃO, TUBO PROTETOR E CERCAMENTO DE PROTEÇÃO

A obra denominada de perfuração de poço tubular será considerada concluída pela CONTRATANTE quando:

- Os serviços de concretagem da laje de proteção deverão ter as seguintes características: em concreto com traço 1:2:3, com área não inferior a 4,0 m², 0,25 m de espessura, ressalto de 0,15 m acima do solo e com declividade do centro para a borda.
- A coluna de revestimento deverá estar no mínimo a 0,5 m acima do topo da laje;
- Tubo Protetor em aço engastado na laje de proteção sanitária e pintado em cor verde claro, referência Munsel 2,5 – G – ¾.
- Tampa Protetora confeccionada de aço, mesmo material do Tubo Protetor e soldada no tubo protetor, com ambos pintados em cor verde claro, referência Munsel 2,5 – G – 3/4 conforme norma ABNT-NBR 6493.
- Cercamento do poço com portão de acesso em dimensão mínima de 2 x 2 m².

3.3.6 TESTE DE VAZÃO, ANÁLISE DE ÁGUA E CADASTRO

Após a perfuração, deverá ser realizado o teste efetivo de vazão através do bombeamento, medição da vazão e verificação do nível por 24h, mais o período de recuperação do nível d'água até 80% conforme ABNT – NBR 12212 e as normativas do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (DRHS-SEMA).

Ao longo desse processo, deverá ser providenciada a correta coleta da água para realização das análises físico-químicas e microbiológicas conforme padrão da Outorga de Regularização SIOUT – SEMA – DRHS incluindo teor se Arsênio. As análises a serem realizadas

deverão atender as demandas para o processo de outorga, bem como atingir o padrão mínimo de potabilidade.

Após aprovada a viabilidade de utilização da água pela FISCALIZAÇÃO (em termos de quantidade disponível e qualidade satisfatória), o responsável técnico devidamente habilitado, deverá providenciar o protocolo de outorga no nome do Município, sendo responsável pelos custos das análises e autorizações necessárias.

3.3.7. DO RELATÓRIO TÉCNICO CONSTRUTIVO

A CONTRATADA deverá entregar o Relatório Técnico Construtivo final em papel e em forma digital, conforme a norma NBR 12.244 da ABNT para que a obra possa ser recebida.

Farão parte deste relatório: amostras, perfis IEL, SP, GR, Sônico e interpretado, se houver, boletins diários de perfuração, planilhas do teste de bombeamento e cálculos respectivos, perfil litológico e construtivo, perfil de tempo de penetração, análise físico-química-bacteriológica conforme exigida pelo SIOUT-RS incluído teor de Arsênio, planilha de materiais utilizados na obra e Nota Fiscal com o custo da obra conferida e assinada pelo fiscal da obra designado pelo CONTRATANTE.

Todos os documentos devidamente assinados pelo responsável técnico da CONTRATADA.

3.3.8. DO QUADRO ELÉTRICO DE COMANDO

O quadro elétrico de comando completo da bomba será instalado de forma embutida no interior do respectivo abrigo. O quadro de comando elétrico será dimensionado em conformidade com o modelo da moto- bomba, que será no mínimo 3 HP monofásica e terá a função de protegê-la de oscilações. O quadro de comando deverá ser confeccionado em caixa metálica própria (aço impermeável), com pintura epóxi anticorrosiva; terá equipamentos para o funcionamento manual e/ou automático de controle da operação, além de proteção para sobrecarga, sobre tensão, contra descargas atmosféricas (pararaios), além de relé de nível, cujos eletrodos serão instalados no interior do poço de modo a evitar o funcionamento a seco da bomba submersa. Farão ainda parte do mesmo: amperímetro, voltímetro, contractor, relé térmico, relé de fase, fusíveis, trilho, fio de força e relé de tempo.

Como referência, são apresentados os componentes de um quadro de comando:

- Cabo elétrico de alimentação da bomba submersa de 3x4mm ou 3x6mm;
- Cabo de plastichumbo de 2x4mm;
- Chave boia de acionamento automático;
- Caixa de aço impermeável para quadro comando de 0.5, 0.4 e 0.2m;
- Chave reversora;
- Conectores;
- Duas bases completas de proteção (fusíveis);
- Contractor principal;
- Contractor auxiliar;
- Capacitores de partida;
- Capacitores permanentes de auxílio;
- Relé de sobrecarga;
- Fusíveis e parafusos de 35A;
- Relé de tempo;
- Tampa de proteção de 63A;
- Botoeira para acionamento manual;
- Amperímetro;
- Anéis de proteção;
- Voltímetro;
- Canaletas Plásticas 20x20mm;
- Trilhos;
- Terminais;
- Fiação 0,75 e 6 mm.

3.3.9. DA PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

Deverá ser confeccionada, instalada e mantida, no mínimo, uma placa de identificação da obra, nos termos do decreto 56.218/2021, conforme modelo de placa da figura a seguir.

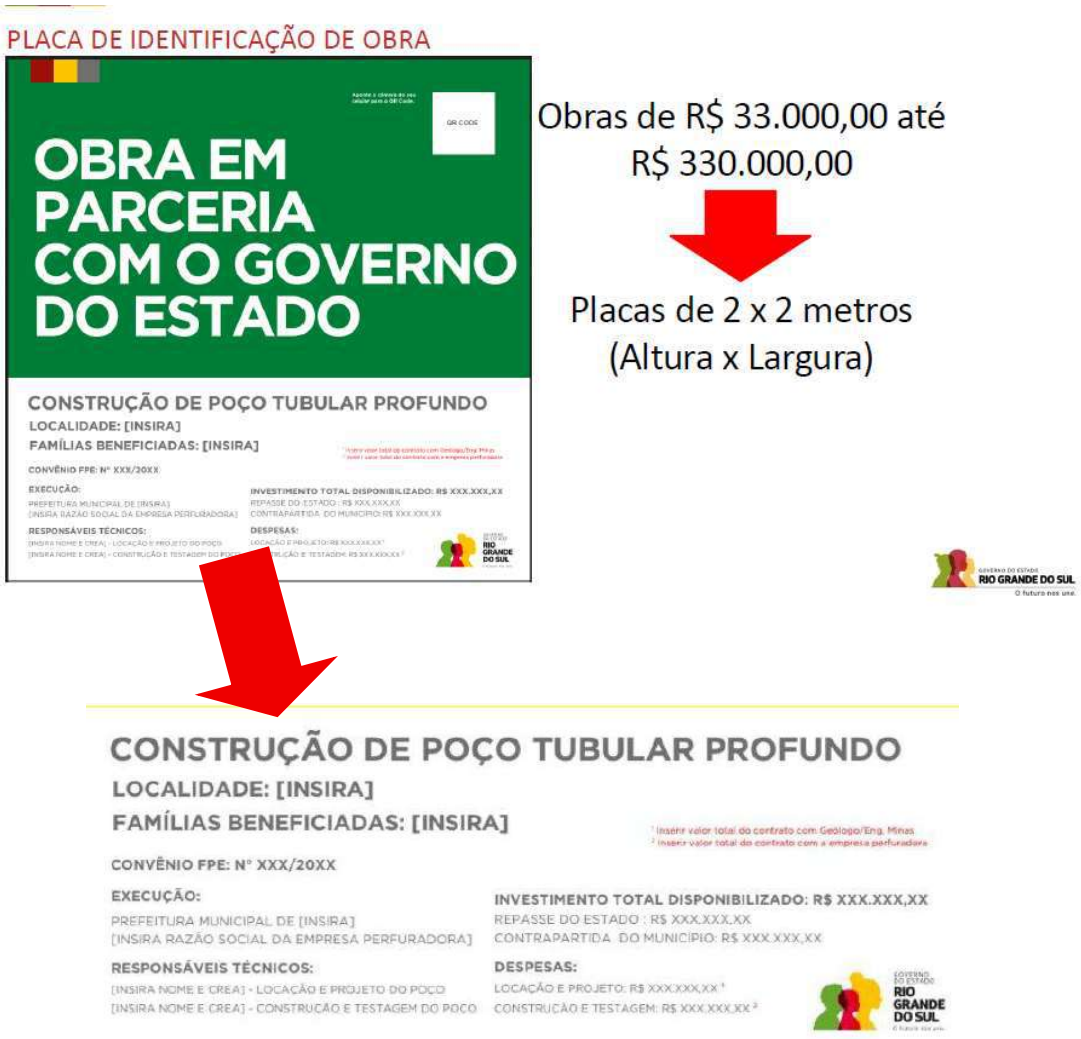
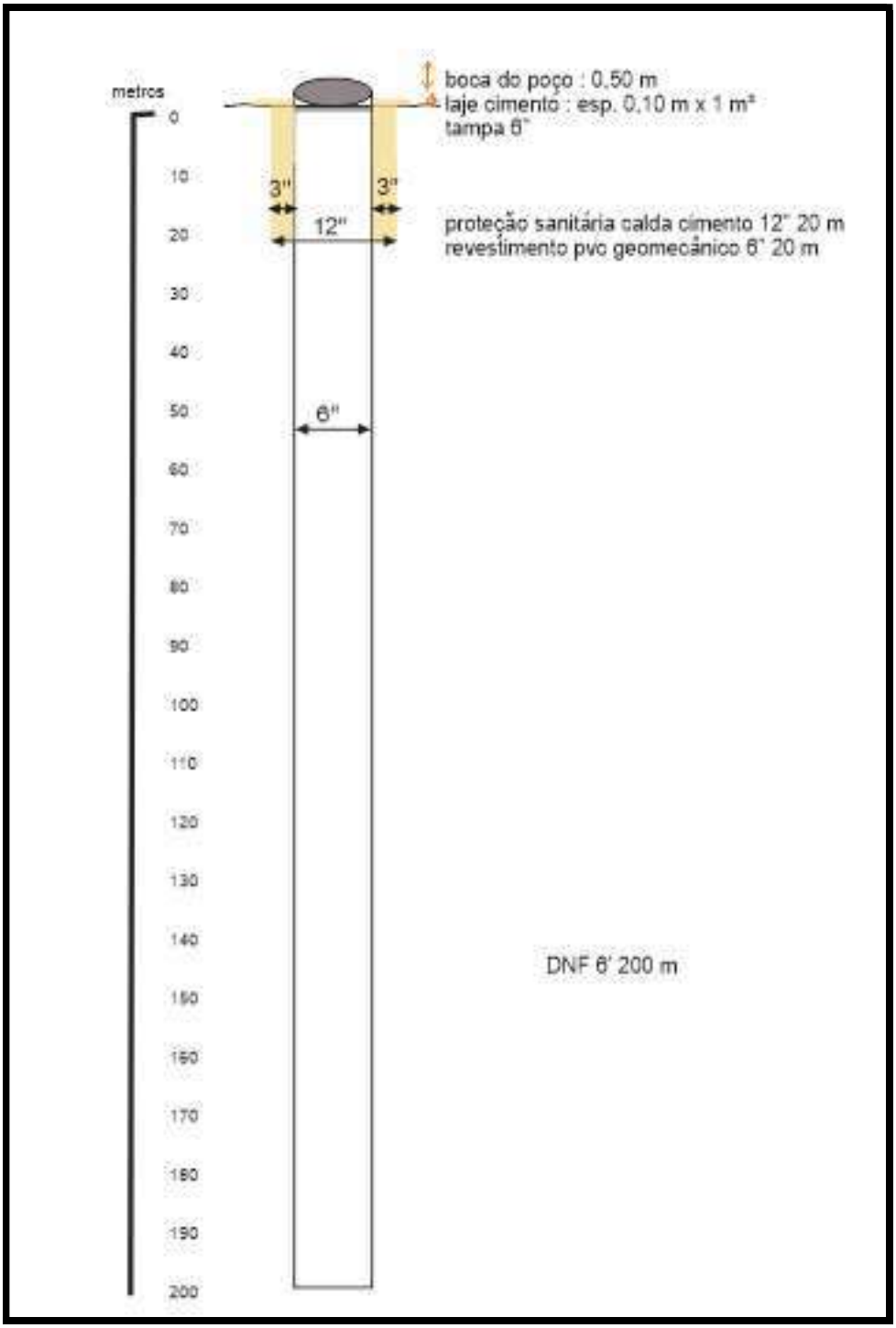


Figura 1 – MODELO DA PLACA DE OBRA.
Fonte: DECRETO ESTADUAL Nº 56.218, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

3.3.10. PROJETO CONSTRUTIVO PARCIALMENTE REVESTIDO

O projeto construtivo esquemático, sem escala, previsto para o poço a ser perfurado é apresentado na figura abaixo.

PROJETO CONSTRUTIVO DE POÇO PARCIALMENTE REVESTIDO EM ROCHA BASÁLTICA



MONTARDO E NASCIMENTO LTDA ME
Geologia, Geografia, Engenharia, Biologia
e Meio Ambiente
(55) 99131 0936 - (55) 99962 4436

4.ANEXO: ART CREA RS número 14360534

5. CONSULTAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT - NBR 12.212/1997. *Projeto de Poço para Captação de Água Subterrânea*.
ABNT - NBR 12244/2006. *Poço tubular - Construção de poço tubular para captação de água subterrânea*.
CPRM – Serviço Geológico do Brasil. *Mapa Hidrogeológico do Rio Grande do Sul. Escala 1:750.000*. Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial. Projeto Mapa Hidrogeológico do Rio Grande do Sul. Convênio SOPS-SEMA-DRH/RS-CPRM N° 029/98, novembro 2005.
IBGE. *Levantamento de Recursos Naturais. Volume 33 Folha SH.22 Porto Alegre e parte das folhas SH.21 Uruguaiana e SI.22 Lagoa Mirim*. Projeto RADAMBRASIL. IBGE: 1989.
OLIVEIRA, A. M. S. e BRITO, S. N. A. (org.) *Geologia de Engenharia*. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 1998.
RIO GRANDE DO SUL. *DECRETO ESTADUAL Nº 56.218, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021*. Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária Departamento de Habitação - Divisão de Poços e Redes. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2008.

6. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

DORIS KETZER MONTARDO:23865873049
Assinado de forma digital por DORIS KETZER MONTARDO:23865873049
Dados: 2026.05.25 16:44:22 -03'00'

Doris Ketzer Montardo – Geóloga, Ms. Geociências UFRGS
CREA RS 36334 - ART nº 14360534

Nova Ramada, 15 de abril de 2026

26/06/2026 14:57:17 SEHAB/DIVPROJETOS/469599202 PAGO A/C RENATO PIZATO - MUN. NO... 239

PLANILHA DE ORÇAMENTO: PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO EM ROCHA MAGMÁTICA

MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA - localidade de MADEIREIRA 2 META 1

RESPONSABILIDADE TÉCNICA: Geóloga Doris Ketzer Montardo CREA RS 036.334 ART 14360534

item	Discriminação	Quantidade/unidade	Material R$	Mão de obra R$	Custo R$
1	PREPARAÇÃO DA OBRA - DTM E PREPARAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS				
	MOBILIZAÇÃO GLOBAL DE EQUIPAMENTOS : transporte, instalação e desinstalação da equipe e todos equipamentos necessários à perfuração	1 un	0,00	12.000,00	12.000,00
	Fornecimento e instalação suporte de madeira para placas de sinalização em concreto 2,5 m e 7,5x7,5cm	2,0 m	77,00	46,00	123,00
TOTAL DO GRUPO 1			**77,00**	**12.046,00**	**12.123,00**
2	PERFURAÇÃO POÇOS TUBULAR PROFUNDO (Quantitativos conforme perfil projetado para poço)				
	tubo chapa preta E 3/16"; 12" ; 36KG	5,00 m	510,00	0,00	
			2.588,00	0,00	3.098,00
	cimentação: material e aplicação de calda de cimento	1,10 m	0,00	950,00	
				1.040,00	1.990,00
	PERFURAÇÃO ROTOPNEUMÁTICA - ROCHAS ALTERADAS em 12" de 0 a 20 m	20 m	0,00	2.000,00	
				4.880,00	6.880,00
	PERFURAÇÃO ROTOPNEUMÁTICA ROCHAS IGNEAS em 6" de 21 a 150 m	130 m	0,00	16.000,00	
	PERFURAÇÃO ROTOPNEUMÁTICA ROCHAS IGNEAS em 6" de 150 a 200 m (se necessária)	50 m	0,00	8.500,00	24.500,00
	INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO REVEST. GEOMECÂNICO PVC STANDARD DN 6"	20,00 m		290,00	
			5.500,00	0,00	5.790,00
	CIMENTAÇÃO DO POÇO: FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DA CALDA DE CIMENTO	1 m³	940,00	0,00	
			940,00	0,00	940,00
TOTAL DO GRUPO 2			**9.538,00**	**33.660,00**	**43.198,00**

PROA Processos Administrativos e-Gov
2517000009052

26/06/2026 14:57:17 SEHAB/DIVPROJETOS/469599202 PAGO A/C RENATO PIZATO - MUN. NO... 240

3	PROTEÇÃO SANITÁRIA E CERCA				
			50,00		50,00
	Laje de de proteção sanitária – mínimo 1 x 1 m² e 0,15 m de altura	1,00 u	330,00	0,00	330,00
	Cercamento com portão de acesso com mínimo de 2 X 2 m²	1,00 u	700,00		900,00
	Placa da obra com 2 x 2 m² (inclui confecção e instalação) - padrão Programa Mais Água RS	1,00 u	500,00		1.500,00
	Relatório técnico (perfuração, teste de vazão, análise da água etc)	1,00 u	1.200,00		1.200,00
	Tamponamento do poço (se necessário)	1,00 u	1000,00		1000,00
TOTAL DO GRUPO 3			**3.780,00**	**0,00**	4.980,00

4	**ENSAIO DE BOMBEAMENTO, OUTORGA E REGULARIZAÇÃO DO POÇO**				
	ANÁLISE FÍSICO QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA padrão DRHS / SEMA RS	1,00 UN	1.200,00	0,00	1.200,00
	ENSAIO DE BOMBEAMENTO/TESTE DE VAZÃO 24 horas com recuperaçao mínimo de 80% d	24,00 H	0,00	1.800,00	1.800,00
	LIMPEZA E DESINFECÇÃO FINAL DO POÇO COM PRODUTOS QUÍMICOS	1,00 UN	900,00	0,00	900,00
TOTAL DO GRUPO 4			**2.100,00**	**1.800,00**	**3.900,00**
5	**ALUGUEL**				
	Aluguel e instalação/desinstalação do conjunto bomba-teste		800,00		800,00
TOTAL DO GRUPO 5					800,00

TOTAL DA PERFURAÇÃO DO POÇO TUBULAR PROFUNDO			
sem BDI	**16.295,00**	**47.506,00**	**65.001,00**
com BDI	**19.692,51**	**57.411,00**	**78.553,71**
	Material R$	**Mão de obra R$**	**TOTAL R$**

DORIS KETZER MONTARDO:23865873049

Assinado de forma digital por DORIS KETZER MONTARDO:23865873049
Dados: 2026.06.25 10:43:16 -03'00'

PROA Processos Administrativos e-Gov
2517000009052

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CREA-RS Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

ART Número
14360534

Tipo: OBRA OU SERVIÇO
Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO
Motivo: NORMAL

Contratado

Carteira: RS036334 **Profissional:** DORIS KETZER MONTARDO **E-mail:** doris.montardo@gmail.com
RNP: 2202789847 **Título:** Geóloga
Empresa: MONTARDO E NASCIMENTO LTDA - ME **Nr.Reg.:** 174034

Contratante

Nome: MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA **E-mail:**
Endereço: AVENIDA GUSTAVO KONIG, 95 95 **Telefone:** **CPF/CNPJ:** 01611828000149
Cidade: NOVA RAMADA **Bairro:** CENTRO **CEP:** 98758971 **UF:** RS

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA
Endereço da Obra/Serviço: GUSTAVO KONIG,MACIEIRA,PINHAL,PRANCHADA,MADEIREIRA **CPF/CNPJ:** 01611828000149
Cidade: NOVA RAMADA **Bairro:** CENTRO E INTERIOR **CEP:** 98758971 **UF:** RS
Finalidade: CADASTRAL **Vlr Contrato(R$):** 15.000,00 **Honorários(R$):**
Data Início: 01/01/2026 **Prev.Fim:** 31/12/2031 **Ent.Classe:** APSG

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Projeto e Execução	Hidrogeologia - Requer.Outorga Água Subterr.		
Elaboração de Relatório	Hidrogeologia - Poço Tubular		
Caracterização	Geologia Básica		
Execução	Hidrogeologia – Perfil Geológico		
Execução	Hidrogeologia – Perfil Construtivo		
Execução	Hidrogeologia – parecer hidrogeológico conclusivo		
Execução	Hidrogeologia - Amostragem de Água		
Projeto e Execução	Hidrogeologia – Projeto Operacional de Poço		
Projeto e Execução	PROJETO E TERMO DE REFERÊNCIA COM PLANILHA ORÇAMENTÁRIA		

ART registrada (paga) no CREA-RS em 14/04/2026

Nova Ramada, 14/04/26	Declaro serem verdadeiras as informações acima	De acordo ALZEVIR LOTARIO DE MARCHI:27933296068 Assinado de forma digital por ALZEVIR LOTARIO DE MARCHI:27933296068 Dados: 2026.05.15 14:37:52 -03'00'
Local e Data	DORIS KETZER MONTARDO	MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA
	Profissional	Contratante

A AUTENTICIDADE DESTA ART PODE SER CONFIRMADA NO SITE DO CREA-RS, LINK SOCIEDADE - ART CONSULTA.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

TERMO DE CONVÊNIO
FPE nº 1862/2025

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, E O MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, CONFORME PROCESSO N° 25/1700-0000905-2

O **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, por intermédio da **SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, com sede na Av. Borges de Medeiros 1501, 14º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 49.429.315/0001-48, representada neste ato por seu titular, **SECRETÁRIO ANTÔNIO CARLOS GOMES DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 9066442497, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 021.427.437-30, doravante denominado **CONCEDENTE,** e o MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, com sede na Av. Gustavo König, nº 95, no Município de Nova Ramada/RS, CEP 98.758-000, inscrito no CNPJ sob o nº 01.611.828/0001-49, doravante denominado **CONVENENTE**, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. **Alzevir Lotário de Marchi,** residente na Rua José Speroni, nº 01, no Município de Nova Ramada/RS, portador da Carteira de Identidade nº 2033788189, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 279.332.960-68, com base na Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024, celebram o presente CONVÊNIO, nos termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Convênio tem por objeto **a perfuração, construção e instalação hidráulica de 01 poço tubular profundo para abastecimento de água para consumo humano**, de acordo com o Plano de Trabalho, que é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 O objeto deste Convênio será executado de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelos partícipes, com as cláusulas deste instrumento e com a Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024, e será acompanhado e fiscalizado

de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e sua plena e tempestiva execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos financeiros correrão à conta do seguinte recurso orçamentário, com empenho gravado sob o nº 25006287492, datado de 25/09/2025.

Unidade Orçamentária: 17.10
Projeto/Atividade: 3720
Subtítulo: 3720.00001
Natureza da Despesa: 4.4.40.42.4201
Rubrica: 295
Valor: R$ 100.000,00

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS EM PARCELAS

4.1 Para consecução do objeto, o CONCEDENTE repassará ao CONVENENTE o valor de R$ **100.000,00 (cem mil reais)**, o qual será liberado em **02 (duas) parcelas**.

4.2 Os recursos financeiros serão depositados e geridos em conta específica do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, a qual será movimentada pelo CONVENENTE **exclusivamente para fins deste Convênio**, visando ao pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho ou para aplicação financeira.

4.3 A liberação da **primeira** parcela, de 10% do valor do repasse, pelo CONCENDENTE ocorrerá após a **publicação da súmula do Convênio**.

4.4 A liberação da **segunda e última** parcela, de 90% do valor do repasse, pelo CONCEDENTE fica condicionada à entrega pelo CONVENENTE e aprovação pelo CONCEDENTE dos documentos, listados abaixo, relativos à execução da etapa 1 da meta 1:

4.4.1 estudo de locação e projeto do poço;

4.4.2 termo de referência para contratação da empresa perfuradora;

4.4.3 cópia do contrato de prestação de serviços de profissional habilitado ou consultoria especializada, responsável por: executar estudo de locação e projeto do poço; elaborar o termo de referência; acompanhar e fiscalizar a perfuração, a construção e a testagem do poço; e

4.4.4 Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional responsável; e

4.4.5 comprovantes da emissão e da data de entrega da notificação (item 7.1.12).

4.5 A liberação de **todas as parcelas** fica condicionada à observância dos requisitos previstos no art. 16 da IN CAGE nº 04/2024 e à **inserção dos documentos comprobatórios das despesas já executadas**, nos termos do art. 37 do mesmo diploma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA

5.1 O CONVENENTE deverá alocar, nos termos do art. 14 da IN nº 04/2024 e conforme detalhado no Plano de Trabalho aprovado, a contrapartida:

5.1.1 financeira no valor de R$00,00, parcelada de acordo com o cronograma de desembolso do Plano de Trabalho e proporcionalmente ao valor repassado pelo Estado;

5.1.2 em bens e/ou serviços no valor de R$00,00.

Parágrafo Único. O CONVENENTE fica dispensado de alocação de contrapartida, considerando Decreto Municipal de Emergência nº 5.203/2025, devidamente homologado pelo Estado do Rio Grande do Sul através do Decreto Estadual de nº58.103/2025.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

6.1 Para a consecução do objeto previsto na Cláusula Primeira do presente instrumento, caberá ao CONCEDENTE realizar as obrigações essenciais elencadas no art. 25, I, da IN CAGE nº 04/2024, dentre as quais destacam-se:

6.1.1 transferir os recursos financeiros para conta bancária específica, de acordo com o cronograma de desembolso;

6.1.2 certificar-se da atualização do respectivo registro no Sistema de Monitoramento de Convênios (art. 2º do Decreto nº 56.939, de 20 de março de 2023, c/c art. 16, I, da IN CAGE nº 04/2024);

6.1.3 observar a evolução da execução física do objeto mediante registo de dados, informações, documentos e, principalmente, fotografias anexadas ao Sistema de Monitoramento de Convênios (art. 16, II, da IN CAGE nº 04/2024);

6.1.4 cientificar-se da Declaração de Início da Execução Física e da Declaração de Conclusão da Execução Física (IN CAGE nº 04/2024 – Anexos I e III) no Sistema de Monitoramento de Convênios;

6.1.5 acompanhar a apresentação dos documentos comprobatórios da despesa no Sistema de Prestação de Contas, que deve ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do pagamento.

6.1.6 designar, mediante Portaria, servidor e respectivo suplente para fiscalizar a execução do presente Convênio, com a prerrogativa de orientar e administrar os atos cujos desvios tenham ocasionado prejuízos aos objetivos e metas estabelecidas (art. 30 da IN CAGE nº 04/2024);

6.1.7 exigir a prestação de contas na forma e nos prazos fixados neste instrumento e na legislação em vigor, em especial nos arts. 37 e seguintes da IN CAGE nº 04/2024;

6.1.8 exigir a imediata apresentação dos documentos comprobatórios da execução do Convênio, conforme estabelecido na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA do presente instrumento, ou a devolução total ou parcial, nos termos do art. 38, §3º da IN CAGE nº 04/2024 dos valores transferidos, devidamente atualizados, na forma do art. 42, § 1º, da IN CAGE nº 04/2024, sem prejuízo de instauração de tomada de contas especial, se houver dano ao erário;

6.1.9 analisar e emitir, tempestivamente, parecer sobre a regularidade das contas e da execução do Convênio (art. 25, I, "e", da IN CAGE nº 04/2024);

6.1.10 receber o objeto do Convênio, quando concluído, nos termos avençados, atestando sua efetiva execução (art. 25, I, "f", da IN CAGE nº 04/2024);

6.1.11 no caso de inadimplência ou de paralisação parcial ou total injustificadas, assumir o controle, inclusive dos bens e materiais, bem como a execução do Convênio, podendo transferir a responsabilidade a outro interessado, sem prejuízo das providências legais cabíveis (art. 25, I, "g", da IN CAGE nº 04/2024).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

7.1 Para a consecução do objeto previsto na Cláusula Primeira do presente instrumento, caberá ao CONVENENTE realizar as obrigações essenciais, elencadas no art. 25, II, da IN CAGE nº 04/2024, dentre as quais destacam-se:

7.1.1 executar o objeto conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

7.1.2 registrar, **mensalmente**, no **Sistema de Monitoramento de Convênios Administrativos**, as informações referentes à execução do Convênio, até o **dia 15 (quinze)** de cada mês, tendo como data base o período relativo ao mês anterior, nos termos do art. 26, inciso II, letra "v", da IN CAGE nº 04/2024;

7.1.3 apresentar, por meio do Sistema de Monitoramento de Convênios, a **Declaração de Início da Execução Física** e a **Declaração de Conclusão da Execução Física** (IN CAGE nº 04/2024 – Anexos I e III);

7.1.4 inserir os documentos comprobatórios da despesa no **Sistema de Prestação de Contas** no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do pagamento;

7.1.5 manter e movimentar os recursos financeiros recebidos na conta bancária específica;

7.1.6 aplicar os saldos do Convênio, enquanto não utilizados, em modalidade de aplicação financeira lastreada em títulos da dívida pública;

7.1.7 aplicar os rendimentos da aplicação financeira referida na alínea anterior exclusivamente no objeto do Convênio, destacando-os no relatório e demonstrativos da prestação de contas;

7.1.8 contribuir com a contrapartida pactuada e, no caso de contrapartida financeira, depositá-la conforme os critérios previstos na CLÁUSULA QUINTA;

7.1.9 realizar os pagamentos **mediante transferência** da conta específica para conta bancária de titularidade dos fornecedores e dos prestadores de serviços;

7.1.10 publicar o instrumento convocatório de licitação, no prazo de **90 (noventa) dias**, a contar do recebimento da primeira parcela;

7.1.11 designar, mediante Portaria, servidor e respectivo suplente responsável pelo acompanhamento, registro e fiscalização dos contratos com terceiros para a execução do objeto do Convênio, responsabilizando-se pelos recebimentos provisórios e definitivos;

7.1.12 notificar, no prazo improrrogável de **30 (trinta) dias** após o primeiro repasse dos recursos financeiros, o respectivo conselho local ou a instância de controle social da área vinculada ao programa que originou a transferência, quando houver, e a Câmara Municipal, para fins de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações pactuadas, a qual deverá ser acompanhada, impreterivelmente, de cópia do Plano de Trabalho assinado;

7.1.13 **atestar a execução das obras ao final das METAS 1 e 2, conforme especificações da cláusula décima primeira**;

7.1.14 concluir o objeto conveniado, se os recursos previstos no Convênio forem insuficientes para a sua conclusão, sob pena de ressarcimento do prejuízo causado aos cofres públicos;

7.1.15 apresentar Prestação de Contas dos recursos recebidos, obedecidas as disposições deste instrumento e da IN CAGE nº 04/2024;

7.1.16 devolver os saldos do Convênio e dos rendimentos das aplicações financeiras, por ocasião da prestação de contas ou da extinção do Convênio, que não tiverem sido aplicados no objeto ou cuja regularidade de sua aplicação não restar comprovada, observada a proporcionalidade entre a contrapartida pactuada e o valor repassado pelo CONCEDENTE, conforme guia de arrecadação de código 1146;

7.1.17 devolver, no caso da extinção antecipada do Convênio, os valores transferidos, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, de acordo com a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC - para títulos federais, acumulada mensalmente, até o mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) no mês do pagamento, sem prejuízo das ações legais cabíveis, acrescidos dos rendimentos das aplicações financeiras;

7.1.18 divulgar em seu sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, identificando o número do Convênio e o nome do CONVENENTE, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;

7.1.19 garantir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE) e do Tribunal de Contas do Estado aos processos, documentos, informações e locais de execução do objeto;

7.1.20 permitir ao CONCEDENTE, bem como à CAGE e aos órgãos de controle externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica

vinculada ao presente Convênio, não estando sujeita ao sigilo bancário perante o Estado e respectivos órgãos de controle;

7.1.21 comunicar, **tempestivamente**, os fatos que poderão ou estão a afetar a execução normal do Convênio para permitir a adoção de providências imediatas pelo CONCEDENTE;

7.1.22 solicitar o pagamento da **segunda e última parcela** (referente à 90% do valor do repasse) ao CONCEDENTE (item 4.4), logo após a concluir a META 1 – ETAPA 1. A solicitação deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

7.1.22.1 estudos de locação e projeto do poço (conforme item 10.2);

7.1.22.2 termo de referência com planilha orçamentária para contratação da empresa perfuradora (conforme item 10.2);

7.1.22.3 cópia do contrato de prestação de serviços de profissional habilitado ou consultoria especializada (referente ao item 7.1.26), responsável por executar estudo de locação e projeto do poço, elaborar o termo de referência, acompanhar e fiscalizar a perfuração, a construção e a testagem do poço (se inexistir profissional habilitado no quadro da prefeitura);

7.1.22.4 anotação de responsabilidade técnica do profissional responsável (conforme item 10.2);

7.1.22.5 comprovante da emissão e da data de entrega da notificação (referente ao item 7.1.12);

7.1.23 manter as informações cadastrais atualizadas durante a vigência do Convênio;

7.1.24 identificar o produto do convênio através de placa da obra, em local visível aos usuários, conforme o padrão estabelecido pelo CONCEDENTE;

7.1.25 garantir a implementação do **Plano de Sustentabilidade do Objeto** nos termos do art. 2º, XXXIV, da IN CAGE nº 04/2024;

7.1.26 contratar responsável técnico habilitado, geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas, no caso de inexistir profissional com tal qualificação no quadro de servidores da prefeitura, para elaborar os estudos de locação do poço, elaborar termo de referência para contratar empresa perfuradora, assim como fiscalizar a execução e atestar o recebimento provisório e definitivo da obra, sendo que este profissional não poderá ter vínculo com a empresa perfuradora;

7.1.27 submeter à apreciação e aprovação do CONCEDENTE os estudos de locação e o projeto do poço e o termo de referência (conforme item 11.1) para que sejam avaliados pela equipe técnica da CONCEDENTE que emitirá um parecer técnico de avaliação dos documentos;

7.1.28 contratar empresa perfuradora para executar a construção e testagem do poço, conforme as especificações dos estudos de locação e projeto do poço, incluindo:

7.1.28.1 elaborar e instalar placa de obra para identificação do convênio, conforme o padrão estabelecido pelo CONCEDENTE;

7.1.28.2 obtenção de Portaria DRHS/SEMA de Autorização Prévia para construção do poço;

7.1.28.3 perfuração, revestimento (parcial ou total) e selamento sanitário do poço, conforme normas da ABNT;

7.1.28.4 cercamento da área do poço, com área mínima de 4 m²;
7.1.28.5 teste de vazão de 24 horas e recuperação mínima de 80% do nível estático, conforme normas da ABNT;
7.1.28.6 análises físico-química e bacteriológica da qualidade da água, de acordo com as normas da ABNT, Portaria nº 888, de 4 de maio de 2021, do Ministério da Saúde, Portaria nº 415/2023, de 20 de março de 2023, da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul, e padrão DRH/SEMA para Outorga de Direito de Uso da Água;
7.1.28.7 cadastro do Uso da Água do poço no Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT/DRHS/SEMA) da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura;

7.1.29 executar o tamponamento do poço, caso resulte em improdutivo, com água imprópria para consumo humano ou apresente outro problema que inviabilize seu uso, devendo o respectivo procedimento ser registrado no SIOUT/DRHS/SEMA;

7.1.30 submeter à apreciação e aprovação do CONCEDENTE o laudo de conclusão do poço (conforme item 11.3) para que sejam avaliados pela equipe técnica da CONCEDENTE, que emitirá um parecer técnico de avaliação dos documentos;

7.1.31 elaborar o projeto de instalação hidráulica do poço, após a aprovação do laudo de conclusão do poço e caso o mesmo resulte em produtivo e com água própria para consumo humano. O projeto de instalação deverá visar a garantia de disponibilização da água potável em reservatório da comunidade alvo do Convênio, devendo ser elaborado por profissional habilitado da prefeitura ou contratado, no caso de inexistir profissional com tal qualificação no quadro de servidores da prefeitura;

7.1.32 submeter à apreciação e aprovação do CONCEDENTE a documentação para instalação do poço antes de iniciar os procedimentos para instalação de equipamentos para explotação da água. Esta documentação deverá incluir:
7.1.32.1 parecer técnico de aprovação emitido pelo CONCEDENTE referente ao laudo de conclusão do poço (item 7.1.30);
7.1.32.2 plano de sustentabilidade do objeto do Convênio (conforme item 7.1.25);
7.1.32.3 projeto de instalação com memorial descritivo, planta da instalação, orçamento com base na SINAPI e ART (conforme item 11.4);

7.1.33 executar a instalação do poço observando as normas técnicas e legislação, após aprovação dos documentos do item anterior pelo CONCEDENTE, durante a vigência do convênio, devendo incluir:
7.1.33.1 aquisição e instalação de motobomba d'água submersa;
7.1.33.2 quadro de comando elétrico;
7.1.33.3 dosador de cloro;
7.1.33.4 dosador de flúor (caso necessário);
7.1.33.5 filtro (caso necessário);
7.1.33.6 reservatório e torre (caso necessário); e
7.1.33.7 tubulação de ligação poço/reservatório e acessórios.

7.1.34 submeter à apreciação e aprovação do CONCEDENTE o laudo de conclusão da instalação do poço (conforme item 11.5) para que sejam avaliados pela equipe técnica da CONCEDENTE que emitirá um parecer técnico de avaliação dos documentos;
7.1.35 comunicar ao CONCEDENTE, no caso de tamponamento do poço, se o Convênio será encerrado ou se será realizada nova tentativa de perfuração e construção do poço, desde destinada ao atendimento da mesma comunidade. Caso opte por nova tentativa, o CONVENENTE ficará obrigado a reiniciar os trabalhos de locação e projeto, construção e testagem do poço, e, posteriormente, executar a instalação do poço ou o tamponamento, caso resulte em improdutivo, com água imprópria para consumo humano ou apresente outro problema que inviabilize seu uso;
7.1.36 utilizar os recursos do convênio exclusivamente para contratação dos profissionais (itens 7.1.24 e 7.1.31), construção, testagem e registro do poço (item 7.1.28), tamponamento (item 7.1.29), instalação hidráulica do poço (item 7.1.33) e, excepcionalmente, para nova perfuração para atender a mesma localidade (item 7.1.35).

CLÁUSULA OITAVA - DAS VEDAÇÕES

8.1 É vedada a assinatura de outro instrumento jurídico para perfuração de poço entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE, até que o objeto deste Convênio tenha sido aprovado pelo CONCEDENTE e a prestação de contas tenha sido iniciada;
8.2 É vedada a utilização dos recursos do Convênio para construção de rede de distribuição de água e para obtenção de Outorga de direito de uso da água do poço;
8.3 É vedada a utilização do recurso para aquisição de equipamentos e serviços distintos do objeto do convênio;
8.4 É vedada a aquisição de equipamentos para utilização futura, sendo obrigatória a aplicação de todos os itens adquiridos durante a execução das metas;
8.5 É vedada, no desenvolvimento da META 1, a CONVENENTE executar a ETAPA 2, referente à construção e testagem do poço, sem antes obter a aprovação da ETAPA 1, referente aos estudos de locação, projeto do poço e termo de referência, por parte da CONCEDENTE;
8.6 É vedada A CONVENENTE a iniciar os procedimentos referentes à META 2, referente à instalação do poço, sem antes obter a aprovação completa da META 1 e demais documentos indicados no item 7.1.33.
8.7 É vedada, no desenvolvimento da META 2, a CONVENENTE a executar a ETAPA 2, referente à execução da instalação do poço, sem antes obter a aprovação da ETAPA 1, referente ao projeto de instalação do poço, por parte da CONCEDENTE.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1 O prazo de vigência do presente instrumento será de 18 (DEZOITO) meses (548 dias), a contar da data da publicação de sua súmula no Diário Oficial do Estado.

9.2 A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação de sua súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

10.1 Este instrumento poderá ser alterado, por meio de termo aditivo, havendo concordância entre os partícipes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada, no mínimo, **60 (sessenta) dias** antes do término de sua vigência, vedada a alteração do objeto.

10.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, desde que haja manifestação do fiscal do Convênio, e que a CONVENENTE apresente:

10.1.1.1 os motivos detalhados que justifiquem o atraso ocorrido na execução e o prazo de prorrogação solicitado;

10.1.1.2 as ações que já foram realizadas para sanar os motivos apresentados como justificativa para o atraso;

10.1.1.3 extrato da conta corrente bancária específica, quando não disponibilizado automaticamente;

10.1.1.4 descrição detalhada dos itens do Plano de Trabalho que já tenham sido executados, assim como daqueles que ainda o serão, contendo a porcentagem da execução do objeto e a porcentagem dos valores já realizados;

10.1.1.5 comprovante da emissão e da data de entrega da notificação descrita na CLÁUSULA SÉTIMA, item 7.1.12, deste Convênio;

10.1.1.6 comprovante da publicação do instrumento convocatório de licitação no prazo estabelecido, bem como de sua prorrogação, se houver;

10.1.1.7 levantamento fotográfico da obra executada; e

10.1.1.8 comprovação do preenchimento tempestivo das informações no Sistema de Monitoramento de Convênios e no Sistema de Prestação de Contas.

10.1.2 A apresentação do previsto nos itens 10.1.1.5, 10.1.1.6 e 10.1.1.7 será **dispensada** quando já devidamente anexados ao Sistema de Monitoramento de Convênios.

10.2 O instrumento poderá ser prorrogado de ofício pelo CONCEDENTE quando houver atraso de repasse financeiro de qualquer parcela, desde que o convenente não haja contribuído para tal, conforme previsto no inciso I, Artigo 23 da IN 04/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FORMA DE CUMPRIMENTO DO OBJETO

11.1 O cumprimento do objeto do presente Convênio será comprovado através de documentação técnica submetida pela CONVENENTE para apreciação da CONCEDENTE após o cumprimento específico de cada meta e etapa;

11.2 META 1 – ETAPA 1: Os estudos de locação, projeto de poço e elaboração de termo de referência, por profissional habilitado, devem seguir as normas técnicas da ABNT e diretrizes do DRHS/SEMA, devendo conter:

11.2.1 caracterização geológica e hidrogeológica da região;

11.2.2 planta de localização ou croqui;

11.2.3 coordenadas geográficas do ponto de perfuração;

11.2.4 perfil construtivo e litológico;

11.2.5 especificações da perfuração, revestimento, preenchimento do espaço anular, selamento sanitário (incluindo laje) e cercamento;

11.2.6 estimativa de vazão;

11.2.7 especificações do teste de vazão;

11.2.8 especificações do teste de potabilidade (análises físico-química e bacteriológica);

11.2.9 termo de referência com tabela orçamentária;

11.2.10 anotações de responsabilidade técnica (ARTs).

11.3 META 1 – ETAPA 2: Construção do poço tubular profundo, por empresa perfuradora.

11.3.1 Caso o poço resulte **produtivo e com água própria para consumo humano**, apresentar o **laudo de conclusão do poço** de acordo com as diretrizes da DPR/DEHAB/SEHAB, devendo, no mínimo, conter:

11.3.1.1 parecer conclusivo do técnico responsável (geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas);

11.3.1.2 portaria DRHS/SEMA de Autorização Prévia para construção do poço;

11.3.1.3 perfil construtivo e litológico;

11.3.1.4 relatório do teste de vazão;

11.3.1.5 análises físico-química e bacteriológica;

11.3.1.6 relatório fotográfico, incluindo comprovação da placa da obra instalada (item 7.1.24);

11.3.1.7 comprovante de cadastro do poço no SIOUT/DRHS/SEMA;

11.3.1.8 anotações de responsabilidade técnica (ARTs);

11.3.2 Caso o poço resulte em improdutivo ou com água imprópria para consumo humano, o **laudo de conclusão do poço tamponado** de acordo com as diretrizes da DPR/DEHAB/SEHAB, deve, no mínimo, conter:

11.3.2.1 parecer conclusivo do técnico responsável (geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas);

11.3.2.2 portaria DRHS/SEMA de Autorização Prévia para construção do poço;

11.3.2.3 perfil construtivo e litológico;

11.3.2.4 relatório fotográfico, incluindo comprovação da placa da obra instalada (item 7.1.24);

11.3.2.5 relatório de tamponamento;

11.3.2.6 comprovante de registro do tamponamento no SIOUT/DRHS/SEMA;

11.3.2.7 anotações de responsabilidade técnica (ARTs);

11.4 META 2 – ETAPA 1: O **projeto de instalação hidráulica do poço**, realizado por profissional habilitado, deve conter:

11.4.1 memorial descritivo;

11.4.2 planta da instalação;

11.4.3 orçamento com base na SINAPI;

11.4.4 anotações de responsabilidade técnica (ARTs);

11.5 META 2 – ETAPA 2: Construção da instalação hidráulica do poço acompanhado por profissional habilitado, devendo apresentar o **laudo de conclusão da instalação hidráulica do poço** que deve conter:

11.5.1 projeto de instalação hidráulica do poço "as built";

11.5.2 relatório fotográfico;

11.5.3 anotações de responsabilidade técnica (ARTs);

11.6 No caso da META 1 – ETAPA 2 resultar em poço **improdutivo ou com água imprópria para consumo humano**, o objeto poderá ser considerado concluído apenas com a apresentação dos itens 11.2 e 11.3 e sem a realização da META 2 (itens 11.4 e 11.5). Na hipótese do CONVENENTE realizar uma nova tentativa de construção do poço (item 7.1.35), esta comporá o objeto do convênio e estará sujeita às comprovações das metas 1 e 2 (itens 11.2 a 11.5);

11.7 A CONCEDENTE poderá, complementarmente, através da Equipe Técnica, realizar vistoria(s) técnica(s) para verificação do cumprimento do objeto;

11.8 Outros documentos adicionais poderão ser solicitados pela CONCEDENTE, a qualquer momento, inclusive na prestação de contas, a fim de comprovar a realização do objeto do Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 A execução do presente Convênio será monitorada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena e tempestiva execução do objeto, devendo haver designação do Fiscal do Convênio e respectivo suplente por meio de Portaria do titular do CONCEDENTE.

12.1.1 O CONCEDENTE terá o prazo de até **10 (dez) dias** para emitir, por meio de apostila no sistema FPE, Portaria publicada no Diário Oficial do Estado designando o substituto de Fiscal que tenha incorrido em incompatibilização durante a vigência do Convênio.

12.1.2 O monitoramento será realizado por meio do Sistema de Monitoramento de Convênios Administrativos, instituído pelo Decreto nº 56.939, de 20 de março de 2023, com a finalidade de monitorar a execução dos Convênios administrativos celebrados pelo Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, na condição de CONCEDENTE, mediante registro de dados, informações, documentos e fotografias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 O ônus de comprovar a regularidade da aplicação dos recursos públicos compete ao CONVENENTE, por meio de documentação comprobatória de que os gastos foram efetuados de acordo com os objetivos pactuados.

13.1.1 A prestação de contas será realizada no **Sistema de Prestação de Contas**, por meio do Portal de Convênios e Parcerias.

13.1.2 A prestação de contas inicia-se **concomitantemente** com a liberação da primeira parcela do repasse estadual.

13.1.3 A inserção dos documentos comprobatórios da despesa no Sistema de Prestação de Contas deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do pagamento.

13.1.4 A Prestação de Contas deverá conter os documentos mencionados no art. 39 da IN CAGE nº 04/24, dentre os quais destacam-se:

13.1.4.1 fotografias da execução do serviço, **salvo** se já tiverem sido fornecidas pelo convenente por meio do Sistema de Monitoramento de Convênio;

13.1.4.2 termo de Compatibilidade Físico-Financeira, quando se tratar de obra não concluída, que demonstre a situação física da obra em relação aos recursos repassados, inclusive a contrapartida do executor e/ou do convenente;

13.1.4.3 relação dos bens construídos à conta do Convênio, indicando o seu destino final, quando estabelecido no instrumento;

13.1.4.4 termo de conclusão da obra ou de recebimento definitivo; e

13.1.4.5 certidões de quitação dos encargos incidentes sobre a obra, na forma da legislação em vigor e o documento hábil expedido pelo Poder Público Municipal em relação à liberação da obra para uso e utilização, em observância aos fins autorizados, quando for o caso.

13.1.5 A Prestação de Contas também deverá conter:

13.1.5.1 Documento que torna a área do poço em área de utilidade pública, ou, no caso de propriedade privada, através de Termo de concessão de uso por tempo indeterminado e respectiva servidão de passagem para acesso ao local;

13.1.5.2 Projeto básico de rede distribuição de água, incluindo planta de situação e localização, planta da rede de abastecimento de água, memorial descritivo e ART's, no caso do poço abastecer uma rede de água ainda não existente;

13.1.5.3 Caso o poço abasteça uma rede existente, apresentar um relatório, assinado por profissional habilitado (p.ex. engenheiro civil, geólogo, engenheiro de minas, engenheiro geólogo), informando que o poço atenderá rede de água existente e em funcionamento, acompanhado de croqui com identificação do poço com as coordenadas geográficas, do reservatório, da canalização de ligação entre eles e indicação de saída "para rede existente".

13.1.6 Os documentos fiscais comprobatórios das despesas realizadas devem ser emitidos em nome do CONVENENTE, **com identificação do número do respectivo Convênio**;
13.1.7 Os documentos fiscais devem conter ateste, efetuado por servidor competente devidamente identificado, do recebimento de materiais e/ou da prestação de serviços.
13.1.7.1 Não sendo possível o ateste no corpo do documento fiscal, sua formalização deve ocorrer em **documento específico**.
13.1.8 Estarão sujeitas à glosa as despesas cujos documentos fiscais não atenderem ao disposto no item 12.1.6 e 12.1.7.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS BENS REMANESCENTES

14.1 Os bens porventura adquiridos, produzidos, transformados, construídos, reformados ou ampliados com recursos oriundos deste Convênio e remanescentes na data de sua conclusão ou extinção serão de propriedade do ***CONVENENTE.***

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

15.1 O presente Convênio poderá ser denunciado por iniciativa dos partícipes a qualquer tempo, mediante prévia e expressa comunicação, por escrito, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, independentemente deste prazo, rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pelos motivos previstos no art. 42 da IN CAGE nº 04/24.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 As controvérsias que ocorrerem durante a vigência deste instrumento serão solucionadas pelas áreas técnicas, indicadas pelos Partícipes, e poderão ser objeto de autocomposição no Centro de Conciliação e Mediação do Estado, nos termos da Lei nº 14.794/15 e da Resolução nº 112/16/PGE. Em não sendo possível a autocomposição, eventual conflito decorrente do presente instrumento será dirimido judicialmente, elegendo os partícipes, para tanto, o Foro da Comarca de Porto Alegre.
16.2 E, por estarem justos e acertados, os Partícipes lavram o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, seguindo-se as demais exigências e formalidades legais, para que produza os seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, _____ de _____ de _____.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

ANTÔNIO CARLOS GOMES DA SILVA

Secretário de Habitação e Regularização Fundiária

ALZEVIR LOTARIO DE MARCHI:27933296068 Assinado de forma digital por ALZEVIR LOTARIO DE MARCHI:27933296068 Dados: 2025.12.10 09:44:03 -03'00'

ALZEVIR LOTÁRIO DE MARCHI

Prefeito Municipal de Nova Ramada

TESTEMUNHAS:

1) Assinatura _____

Nome:

CPF:

2) Assinatura _____

Nome:

CPF:

FPE nº 1862/2025

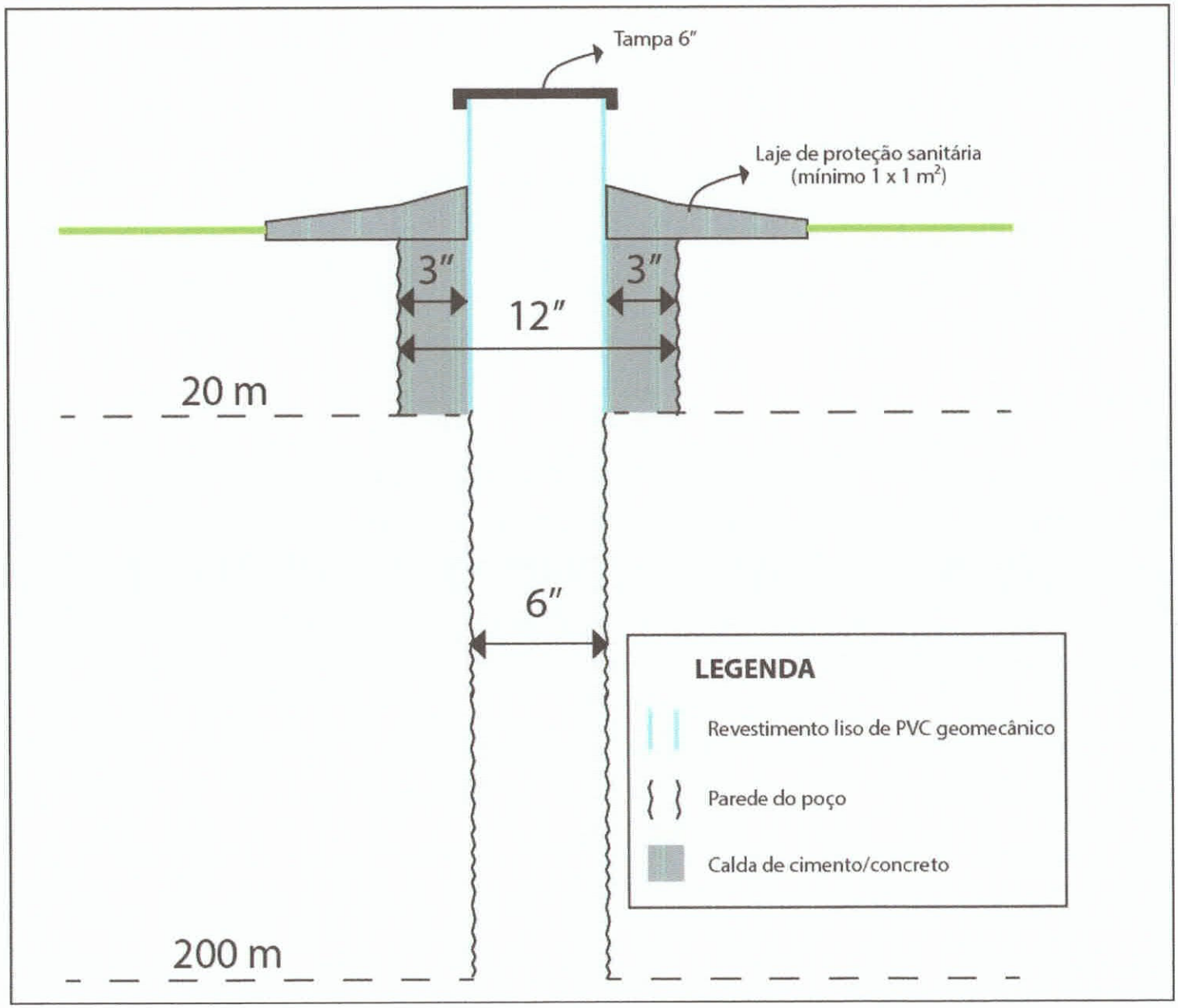
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

AVISO: ESTA PLANILHA É APENAS UM MODELO PARA CONTRATAÇÕES QUE VISAM CUMPRIR A CONSTRUÇÃO E A TESTAGEM DE POÇOS E DEMAIS ITENS DO OBJETO DOS CONVÊNIOS DE POÇOS DO **PROGRAMA MAIS ÁGUA RS**. LEMBRE-SE DE QUE HÁ DIFERENTES MANEIRAS DE PROJETAR UM POÇO TUBULAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS. DESTA FORMA, OS MATERIAIS, SERVIÇOS E METRAGENS DA TABELA ABAIXO SÃO SUGESTIVOS/EXEMPLIFICATIVOS, DEVENDO SER AJUSTADOS CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO, RECURSO DISPONÍVEL, ORIENTAÇÕES DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS, ENTRE OUTRAS PARTICULARIDADES DO LOCAL/OBRA/SERVIÇO.

PLANILHA PENSADA PARA PERFURAÇÃO ROTOPNEUMÁTICA EM CONTEXTO GEOLÓGICO DE ROCHAS VULCÂNICAS (AQUÍFERO FISSURAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXX					
Obra: Construção e testagem de 1 Poço tubular profundo, parcialmente revestido, de até 200 m de profundidade **Localidade:** XXXXXXXXXXXX					
Item	**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**	**Quant.**	**Unidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
01	Mobilização, transporte e montagem dos equipamentos e materiais	1	unidade		
02	Abertura inicial de 12" com perfuração rotopneumática – de 0 a 20 m	20	metro		
03	Perfuração rotopeneumática de 6" – de 21 a 100 m	80	metro		
04	Perfuração rotopneumática de 6" – de 101 a 200 m (se necessário)	100	metro		
05	Selo sanitário de 3" com calda de cimento – de 0 a 20 m	20	metro		
06	Tubo de revestimento PVC geomecânico liso de 6" – de 0 a 20 m	20	metro		
07	Laje de de proteção sanitária – mínimo 1 x 1 m² e 0,15 m de altura	1	unidade		
08	Limpeza e desinfecção do poço com produtos químicos	1	unidade		
09	Flange - Tampa de Poço 6"	1	unidade		
10	Teste de Vazão - 24 h de rebaixamento e recuperação mínima de 80% do NE – realizado com bomba-teste (inclui instalação e desinstalação da bomba e energia elétrica por conta da contratada)	1	unidade		
11	Análise físico-química e bacteriológica – Padrão DRHS/SEMA	1	unidade		
12	Autorização prévia de construção de poço SIOUT/DRHS/SEMA	1	unidade		
13	Cadastro do poço junto ao SIOUT/DRHS/SEMA	1	unidade		
14	Cercamento do poço com portão de acesso - mínimo de 2 x 2 m²	1	unidade		
15	Placa da obra de 2 x 2 m² (inclui confecção e instalação) - padrão Programa Mais Água RS	1	unidade		
16	Relatório técnico (perfuração, teste de vazão, análise da água etc)	1	unidade		
17	Tamponamento do poço (se necessário)	1	unidade		

ABAIXO, PERFIL ESQUEMÁTICO EXEMPLIFICATIVO (FORA DE ESCALA) DO PROJETO DE POÇO RELACIONADO À PLANILHA SUPRA.



MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA
APROVO EM ___/___/___

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

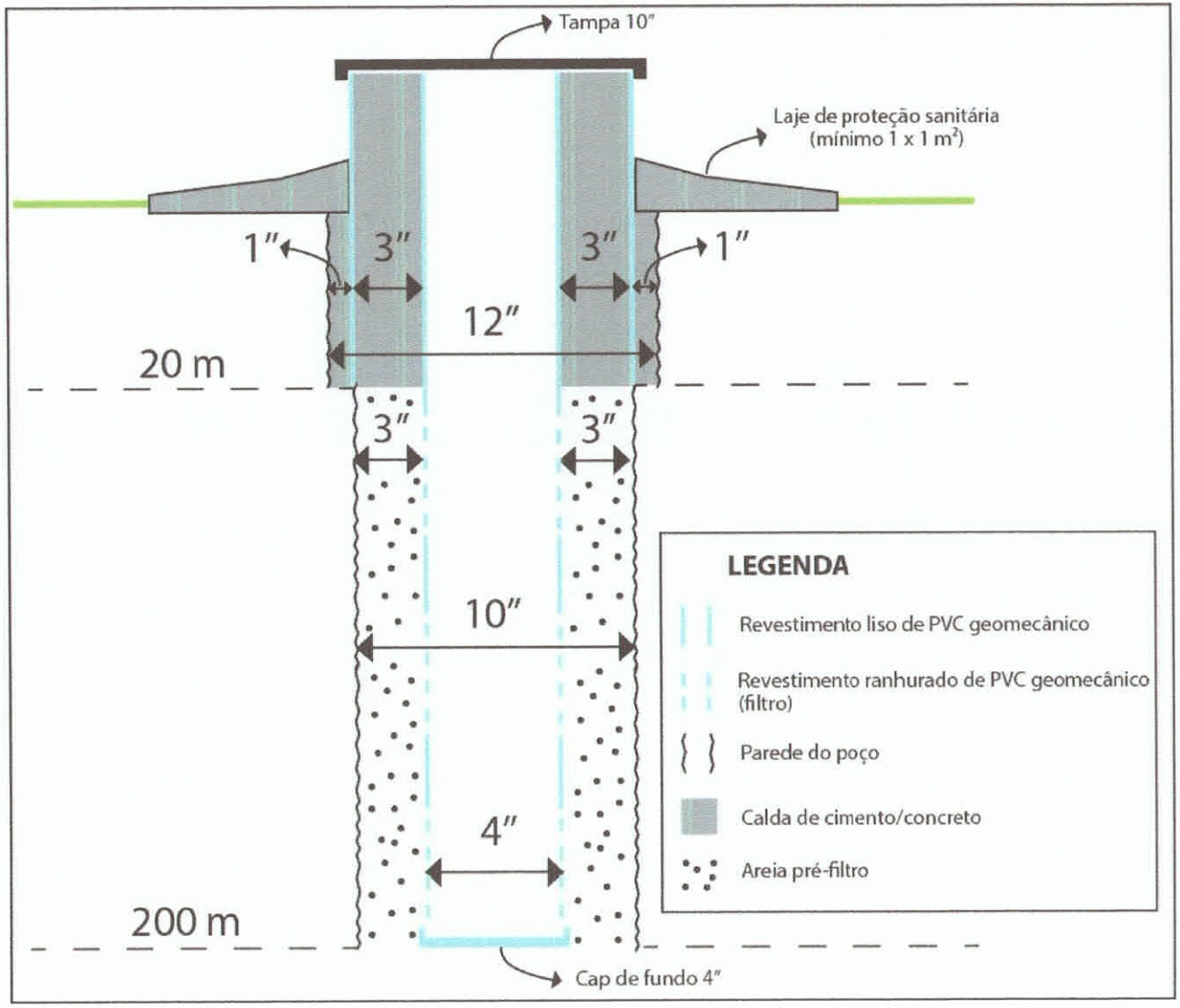
AVISO: ESTA PLANILHA É APENAS UM MODELO PARA CONTRATAÇÕES QUE VISAM CUMPRIR A CONSTRUÇÃO E A TESTAGEM DE POÇOS E DEMAIS ITENS DO OBJETO DOS CONVÊNIOS DE POÇOS DO **PROGRAMA MAIS ÁGUA RS**. LEMBRE-SE DE QUE HÁ DIFERENTES MANEIRAS DE PROJETAR UM POÇO TUBULAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS. DESTA FORMA, OS MATERIAIS, SERVIÇOS E METRAGENS DA TABELA ABAIXO SÃO SUGESTIVOS/EXEMPLIFICATIVOS, DEVENDO SER AJUSTADOS CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO, RECURSO DISPONÍVEL, ORIENTAÇÕES DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS, ENTRE OUTRAS PARTICULARIDADES DO LOCAL/OBRA/SERVIÇO.

PLANILHA PENSADA PARA PERFURAÇÃO ROTATIVA (PODENDO UTILIZAR BOMBA DE LAMA, SE NECESSÁRIO) EM CONTEXTO GEOLÓGICO DE ROCHAS SEDIMENTARES (AQUÍFERO GRANULAR)

PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXX					
Obra: Construção e testagem de 1 Poço tubular profundo, totalmente revestido, de até 200 m de profundidade **Localidade:** XXXXXXXXXXXX					
Item	**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**	**Quant.**	**Unidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
01	Mobilização, transporte e montagem dos equipamentos e materiais	1	unidade		
02	Abertura inicial de 12" com perfuração rotativa – de 0 a 20 m	20	metro		
03	Perfuração rotativa de 10" – de 20 a 100 m	80	metro		
04	Perfuração rotativa de 10" – de 100 a 200 m (se necessário)	100	metro		
05	Selo sanitário de 1" com calda de cimento – de 0 a 20 m	20	metro		
06	Selo sanitário de 3" com calda de cimento – de 0 a 20 m	20	metro		
07	Tubo de revestimento liso de PVC geomecânico de 10" – de 0 a 20 m	20	metro		
08	Tubo de revestimento liso de PVC geomecânico de 4"	120	metro		
09	Tubo de revestimento ranhurado (filtro) de PVC geomecânico de 4"	80	metro		
10	Cap de fundo de 4"	1	unidade		
11	Areia pré-filtro para preenchimento de espaço anular de 3" - de 20 a 200 m	8	tonelada		
12	Laje de de proteção sanitária – mínimo 1 x 1 m² e 0,15 m de altura	1	unidade		
13	Limpeza e desinfecção do poço com produtos químicos	1	unidade		
14	Flange - Tampa de Poço 10"	1	unidade		
15	Teste de Vazão - 24 h de rebaixamento e recuperação mínima de 80% do NE – realizado com bomba-teste (inclui instalação e desinstalação da bomba e energia elétrica por conta da contratada)	1	unidade		
16	Análise físico-química e bacteriológica – Padrão DRHS/SEMA	1	unidade		
17	Autorização prévia de construção de poço SIOUT/DRHS/SEMA	1	unidade		
18	Cadastro do poço junto ao SIOUT/DRHS/SEMA	1	unidade		
19	Cercamento do poço com portão de acesso - mínimo de 2 x 2 m²	1	unidade		

20	Placa da obra de 2 x 2 m² (inclui confecção e instalação) - padrão Programa Mais Água RS	1	unidade		
21	Relatório técnico (perfuração, perfil geológico-construtivo, teste de vazão, análise da água etc)	1	unidade		
22	Bomba de lama de perfuração (se necessário)	1	unidade		
23	Tamponamento do poço (se necessário)	1	unidade		

ABAIXO, PERFIL ESQUEMÁTICO EXEMPLIFICATIVO (FORA DE ESCALA) DO PROJETO DE POÇO RELACIONADO À PLANILHA SUPRA.



MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA
APROVO EM __/__/__

MAIS ÁGUA RS

ORIENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO – PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO

1. OBJETO DO CONVÊNIO

O convênio tem como objeto a perfuração de poço tubular profundo para abastecimento de água potável e sua instalação (caso o poço resulte produtivo – com relação a potabilidade e vazão). As etapas do convênio são:
- Contratação de profissional habilitado (geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas) para **estudo de locação** e **projeto do poço** e elaboração de **termo de referência**;
- **Construção e testagem** (vazão e potabilidade) do poço tubular profundo, por empresa perfuradora (inclui o tamponamento, se necessário);
- **Projeto de instalação hidráulica** do poço realizado por profissional habilitado; e
- **Construção da instalação hidráulica** do poço acompanhado por profissional habilitado.

2. PONTOS CRÍTICOS DE ATENÇÃO

🔴 Erro comum nº1 – Na contratação do profissional geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas:
O contrato com o profissional deve prever, obrigatoriamente:
- Estudo de locação e projeto do poço;
- Elaboração do termo de referência e planilha orçamentária; e
- Acompanhamento técnico da execução da obra, inclusive com emissão de pareceres e atestados.

O profissional fica responsável por conhecer o regulamento do convênio, o termo de convênio e o plano trabalho.
Está disponível no site do Programa Mais Água RS (https://habitacao.rs.gov.br/mais-agua-rs) uma lista de profissionais que manifestaram interesse em atuar nos convênios do programa.

🔴 Erro comum nº2 – Objeto do contrato de construção e testagem do poço:
Não é permitido contratar a instalação definitiva do poço nesta etapa. A testagem do poço (vazão e potabilidade) deverá ser realizada com um bomba-teste da empresa perfuradora, instalada provisoriamente.
Após a conclusão e aprovação da construção e testagem do poço, o projeto para instalação hidráulica definitiva (motobomba, reservatório, canalização etc.) deverá considerar as condições do poço, tais como profundidade do nível d'água, vazão, qualidade da água).

3. ETAPAS POSTERIORES DEPENDEM DE:

- Aprovação da etapa anterior por parte da equipe da Divisão de Poços e Redes (DPR/DEHAB/SEHAB/RS).
- NUNCA dar andamento em etapa sem APROVAR a etapa anterior.

4. OUTRAS ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

- O recurso estadual não pode ser utilizado para obtenção de outorga e rede de distribuição;
- O profissional contratado para a primeira etapa não pode ter vínculo com a empresa perfuradora contratada na segunda etapa;
- O poço deve ser cercado e identificado conforme normas;
- Em caso de poço improdutivo, é obrigatório o tamponamento, bem como o registro no SIOUT-RS.
- Em caso de dúvidas, não hesitem em contatar a equipe técnica da DPR: pocoseredes@sehab.rs.gov.br (51)3288-4685 ou a fiscal do convênio: andreza-soares@sehab.rs.gov.br (51)99456-5373.

MAIS ÁGUA RS

ORIENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO – PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO

1. OBJETO DO CONVÊNIO

O convênio tem como objeto a perfuração de poço tubular profundo para abastecimento de água potável e sua instalação (caso o poço resulte produtivo – com relação a potabilidade e vazão). As etapas do convênio são:

- Contratação de profissional habilitado (geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas) para **estudo de locação** e **projeto do poço** e elaboração de **termo de referência**;
- **Construção e testagem** (vazão e potabilidade) do poço tubular profundo, por empresa perfuradora (inclui o tamponamento, se necessário);
- **Projeto de instalação hidráulica** do poço realizado por profissional habilitado; e
- **Construção da instalação hidráulica** do poço acompanhado por profissional habilitado.

2. PONTOS CRÍTICOS DE ATENÇÃO

● Erro comum nº1 – Na contratação do profissional geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas:

O contrato com o profissional deve prever, obrigatoriamente:

- Estudo de locação e projeto do poço;
- Elaboração do termo de referência e planilha orçamentária; e
- Acompanhamento técnico da execução da obra, inclusive com emissão de pareceres e atestados.

O profissional fica responsável por conhecer o regulamento do convênio, o termo de convênio e o plano trabalho.
Está disponível no site do Programa Mais Água RS (https://habitacao.rs.gov.br/mais-agua-rs) uma lista de profissionais que manifestaram interesse em atuar nos convênios do programa.

● Erro comum nº2 – Objeto do contrato de construção e testagem do poço:

Não é permitido contratar a instalação definitiva do poço nesta etapa. A testagem do poço (vazão e potabilidade) deverá ser realizada com um bomba-teste da empresa perfuradora, instalada provisoriamente.
Após a conclusão e aprovação da construção e testagem do poço, o projeto para instalação hidráulica definitiva (motobomba, reservatório, canalização etc.) deverá considerar as condições do poço, tais como profundidade do nível d'água, vazão, qualidade da água).

3. ETAPAS POSTERIORES DEPENDEM DE:

- Aprovação da etapa anterior por parte da equipe da Divisão de Poços e Redes (DPR/DEHAB/SEHAB/RS).
- NUNCA dar andamento em etapa sem APROVAR a etapa anterior.

4. OUTRAS ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

- O recurso estadual não pode ser utilizado para obtenção de outorga e rede de distribuição;
- O profissional contratado para a primeira etapa não pode ter vínculo com a empresa perfuradora contratada na segunda etapa;
- O poço deve ser cercado e identificado conforme normas;
- Em caso de poço improdutivo, é obrigatório o tamponamento, bem como o registro no SIOUT-RS.
- Em caso de dúvidas, não hesitem em contatar a equipe técnica da DPR: pocoseredes@sehab.rs.gov.br (51)3288-4685 ou a fiscal do convênio: danielli-sampaio@sehab.rs.gov.br (53)991968283.

MAIS ÁGUA RS

ORIENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO – PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO

1. OBJETO DO CONVÊNIO

O convênio tem como objeto a perfuração de poço tubular profundo para abastecimento de água potável e sua instalação (caso o poço resulte produtivo – com relação a potabilidade e vazão). As etapas do convênio são:

- Contratação de profissional habilitado (geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas) para **estudo de locação** e **projeto do poço** e elaboração de **termo de referência**;
- **Construção e testagem** (vazão e potabilidade) do poço tubular profundo, por empresa perfuradora (inclui o tamponamento, se necessário);
- **Projeto de instalação hidráulica** do poço realizado por profissional habilitado; e
- **Construção da instalação hidráulica** do poço acompanhado por profissional habilitado.

2. PONTOS CRÍTICOS DE ATENÇÃO

🔴 Erro comum nº1 – Na contratação do profissional geólogo, engenheiro geólogo ou engenheiro de minas:

O contrato com o profissional deve prever, obrigatoriamente:

- Estudo de locação e projeto do poço;
- Elaboração do termo de referência e planilha orçamentária; e
- Acompanhamento técnico da execução da obra, inclusive com emissão de pareceres e atestados.

O profissional fica responsável por conhecer o regulamento do convênio, o termo de convênio e o plano trabalho.
Está disponível no site do Programa Mais Água RS (https://habitacao.rs.gov.br/mais-agua-rs) uma lista de profissionais que manifestaram interesse em atuar nos convênios do programa.

🔴 Erro comum nº2 – Objeto do contrato de construção e testagem do poço:

Não é permitido contratar a instalação definitiva do poço nesta etapa. A testagem do poço (vazão e potabilidade) deverá ser realizada com um bomba-teste da empresa perfuradora, instalada provisoriamente.
Após a conclusão e aprovação da construção e testagem do poço, o projeto para instalação hidráulica definitiva (motobomba, reservatório, canalização etc.) deverá considerar as condições do poço, tais como profundidade do nível d'água, vazão, qualidade da água).

3. ETAPAS POSTERIORES DEPENDEM DE:

- Aprovação da etapa anterior por parte da equipe da Divisão de Poços e Redes (DPR/DEHAB/SEHAB/RS).
- NUNCA dar andamento em etapa sem APROVAR a etapa anterior.

4. OUTRAS ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

- O recurso estadual não pode ser utilizado para obtenção de outorga e rede de distribuição;
- O profissional contratado para a primeira etapa não pode ter vínculo com a empresa perfuradora contratada na segunda etapa;
- O poço deve ser cercado e identificado conforme normas;
- Em caso de poço improdutivo, é obrigatório o tamponamento, bem como o registro no SIOUT-RS.
- Em caso de dúvidas, não hesitem em contatar a equipe técnica da DPR: pocoseredes@sehab.rs.gov.br (51)3288-4685 ou o fiscal do convênio: gilberto-rosa@sehab.rs.gov.br (51)982017271.

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente: MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA				CNPJ: 01.611.828/0001-49
Endereço: AVENIDA GUSTAVO KÖNIG, N° 95, CENTRO				
Cidade: NOVA RAMADA	UF: RS	CEP: 98.758-000	DDD/Telefone: (55) 99975-7098	
Nome do Responsável: ALZEVIR LOTÁRIO DE MARCHI				C.P.F.: 279.332.960-68
C.I. / Órgão Expedidor: 2033788189		Cargo: Prefeito	Função:	
Endereço: RUA JOSÉ SPERONI, 1, BAIRRO PINHAL, NOVA RAMADA				C.E.P.: 98.758-000
Home page: www.novaramada.rs.gov.br		E-mail: gabinete@novaramada.rs.gov.br adm@novaramada.rs.gov.br		

2. OUTROS PARTICÍPES

Nome:	CNPJ/CPF:
Endereço:	CEP:

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: Poço Tubular Profundo	Período de Execução:	
	Início: (APDOE-a partir da publicação no DOE)	Término: 365 dias
Identificação do Objeto: (Indicar: Tipo de Obra e Localidade(s) a serem beneficiadas) 1. **PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO NA LOCALIDADE DE MADEIREIRA; E** 2. **INSTALAÇÃO HIDRÁULICA DO POÇO PARA ABASTECIMENTO DA LOCALIDADE MADEIREIRA.**		
- Justificativa da Proposição: O Município de Nova Ramada está localizado na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, tem acesso pelas Rodovias RS 155, RS 514. Sua área territorial é de 254,91 km² representando 0.0948% do Estado, 0.0452% da Região e 0.003% de todo o território brasileiro. Possui uma população de 2.163 habitantes, segundo Censo do IBGE 2022. O Município possui grande potencial agrícola, tendo sua economia voltada principalmente para a agricultura. Com a execução deste projeto objetiva-se atender a demanda para o abastecimento de água		

potável da população residente na localidade de Madeireira, que abriga cerca de 26 famílias que serão beneficiadas diretamente, totalizando aproximadamente 80 pessoas, em área rural do município de Nova Ramada, distante cerca de 7 Km da sede do município, através perfuração/construção de um poço tubular.

Na localidade já existe poço artesiano, reservatório de água e rede de distribuição, mas que está se tornando insuficiente para atender à necessidade da população local.

- Indicação do público-alvo incluindo número de famílias beneficiadas:

Toda a população residente da localidade de Madeireira, aproximadamente 26 famílias.

- Problema a ser resolvido:

A perfuração de 01 (um) poço tubular profundo na localidade de Madeireira visa aumentar o suprimento de água, objetivando mitigar os problemas de falta de água que vem acontecendo regularmente, os quais aumentam ainda mais nas épocas de estiagem.

- Descrição dos resultados esperados:

A presente proposta tem por objetivo melhorar o sistema de abastecimento, visando aumentar a capacidade de distribuição de água, assegurando aos munícipes um direito básico de toda a população.

- Informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto:

O Município de Nova Ramada irá contratar empresa especializada com profissional habilitado Geólogo/ Eng. de Minas/ Eng. Geólogo para efetuar estudos do local, elaboração do projeto de poço e termo de referência, bem como para acompanhar e fiscalizar a perfuração e construção do poço.

A contratação de empresa com profissional da área se dará em virtude de que o Município de Nova Ramada não dispõe de profissional Geólogo/ Eng. de Minas/ Eng. Geólogo em seu quadro técnico.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

META	ETAPA/ FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FISICO		DURAÇÃO	
			Unidade	Quantidade	Inicio	Término
1	1	Estudo de locação, projeto de poço e elaboração do termo de referência, por profissional habilitado (Geólogo/Eng. de Minas/Eng. Geólogo ou consultoria especializada)	unid.	01	APDOE	365 dias
1	2	Construção do poço tubular profundo, por empresa perfuradora (inclui o tamponamento, se	unid.	01	APDOE	365 dias

		necessário)				
2	1	Projeto de instalação hidráulica do poço realizado por profissional habilitado	unid.	01	APDOE	365 dias
2	2	Construção da instalação hidráulica do poço acompanhado por profissional habilitado	unid.	01	APDOE	365 dias

5. PLANO DE APLICAÇÃO (R$ 1,00)

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL	CONCEDENTE	PROPONENTE
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
	Contratação de profissional (Geólogo/Eng. de Minas/Eng. Geólogo) ou consultoria especializada para estudo de locação e projeto de poço, elaboração de Termo de Referência, acompanhamento e fiscalização da construção do poço	R$10.000,00	R$10.000,00	R$0,00
	Contratação de empresa perfuradora para a perfuração e construção do poço tubular profundo (inclui o tamponamento, se necessário), acompanhado por profissional habilitado	R$60.000,00	R$60.000,00	R$0,00
	Contratação de profissional para elaboração de projeto da instalação hidráulica do poço e Termo de Referência	R$10.000,00	R$10.000,00	R$0,00
	Contratação de empresa para a construção da instalação hidráulica do poço, acompanhado por profissional habilitado	R$20.000,00	R$20.000,00	R$0,00
TOTAL GERAL		R$100.000,00	R$100.000,00	R$0,00

6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R$ 1,00) (CONCEDENTE E PROPONENTE)

CONCEDENTE (Repasse do Estado: 1ª parcela 10%; 2ª parcela 90%)

FASE	1ª PARCELA	2ª PARCELA
1	R$ 10.000,00	R$ 90.000,00

PROPONENTE (Contrapartida: 1ª parcela 10%; 2ª parcela 90%)

FASE	1ª PARCELA	2ª PARCELA
I	R$ 0,00	R$ 0,00

7. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do Prefeito Municipal de Nova Ramada declaro, para fins de prova junto a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, para os efeitos e sob as penas de Lei, que:

1. Os atos para formalização do processo referente à celebração do Convênio não contrariam a Lei Orgânica Municipal.

2. Não há qualquer débito em mora ou situação de inadimplência junto aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Estado do Rio Grande do Sul, na forma deste Plano de Trabalho.

Nova Ramada, 24 de junho de 2025

Alzevir Lotário de Marchi
Prefeito

8. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

APROVADO

Local e Data

Concedente